



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



**ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS
USUÁRIOS REFERENCIADOS PELO CRAS TERRA NOVA EM MANAUS.**

MANAUS/AM

2017

VIVIANE DOS SANTOS BENES

**ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS
USUÁRIOS REFERENCIADOS PELO CRAS TERRA NOVA EM MANAUS**

ORIENTADORA: PROF^a. DRA. AMÉLIA REGINA BATISTA NOGUEIRA

**MANAUS/AM
2017**

VIVIANE DOS SANTOS BENES

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Benes , Viviane dos Santos

B465u Assistência Social: uma análise sobre as condições de vida dos usuários referenciados pelo Cras Terra Nova em Manaus / Viviane dos Santos Benes . 2017
151 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Amélia Regina Batista Nogueira
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Empobrecimento . 2. Assistência Social. 3. Proteção Social Básica . 4. Cras Terra Nova. I. Nogueira, Amélia Regina Batista. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

VIVIANE DOS SANTOS BENES

**ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS
USUÁRIOS REFERENCIADOS PELO CRAS TERRA NOVA EM MANAUS**

DEFESA DE DISSERTAÇÃO: 03 DE NOVEMBRO DE 2017

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Presidente

Prof^a. Dra. Lidiany de Lima Cavalcante
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Membro

Prof. Dr. Marcos Castro de Lima
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Membro

MANAUS – AM
2017

À minha Avó Dica e ao meu pequeno “Príncipe”. Em vida foram amor, ternura, um pedacinho de céu. Trouxeram o céu para mais perto de mim. Dedico este trabalho a vocês que me ensinaram a suportar o que eu não aguento (Perder). Ao partir, deixaram imensuráveis saudades e sentidas ausências. Mas, garanto, se estivessem aqui hoje, amanhã, me amariam para sempre, apenas para sempre, sempre.

AGRADECIMENTOS

Uma das conquistas mais difíceis da minha vida tem sido “bancar” este sonho, cursar o mestrado em Serviço Social. Diante disto, faço questão de expressar minha gratidão. Deixar registrado o quanto me sinto amada, agraciada por ter cada pessoa aqui citada em minha vida que de maneira direta ou indireta contribuiu na minha caminhada. Sou privilegiada. E acreditem, só resisti e venci os inúmeros desafios impostos e sobrepostos na realização desse sonho, pois encontrei em vocês força, calma, esperança, firmeza, ânimo, paz, alento, alegria e até respostas para as minhas dúvidas e angústias. Vocês me acrescentam e me fazem ser quem sou!

Primeiramente, agradeço à Deus, à Nossa Senhora, à todos os Santos, à todas as forças, energias e luzes que conspiraram, me sustentaram e me conduziram até aqui. Apesar da pouca espiritualidade, das raríssimas idas a igrejas. Eu sei que sou filha de Maria, sei que sou coberta por seu Manto Sagrado e tenho cada livramento que só eu mesma.

À minha família (Júlio, Juscelino, Dominique, Giselle, Mara Rúbia, Manoel, Lourdes, Josias, Alcira, sobrinhos, avós, tias e tios, primas e primos e cunhados, enfim, todos) pelo empenho de esforços e constante apoio, torcida e investimento. Vocês trazem cores novas a minha vida e são o que tenho de melhor, vocês são a minha melhor versão. Obrigada pelas orações e desculpem-me pelas inúmeras ausências, pelos meus distanciamentos. Apesar disto, os trago em meu coração com amor, admiração e respeito. Amo vocês!

À estimada Professora Amélia Regina, por ser ética, admirável, competente, comprometida, uma pessoa linda, doce, sábia, delicada, generosa, do bem, uma diva. MUITÍSSIMO obrigada por ter me acolhido, por acreditar em mim, por ter lutado por mim, por não ter me abandonado ou desistido de mim quando até eu mesma já havia entregado os pontos. Mas, principalmente, por ser essa pessoa tão autêntica e diferente de tudo o que eu vi/conheci e não gostei na Ufam. A senhora foi fundamental, se eu estivesse sob a orientação de qualquer outra professora eu jamais teria terminado essa caminhada com êxito. Serei eternamente grata por tudo o que a senhora fez por mim. Foi uma honra inenarrável tê-la como orientadora.

À primeira amiga que o Serviço Social trouxe para a minha vida. Sula, ainda bem que você me amou desde que me viu, pois seria muito difícil não me apaixonar por você, por sua essência, luminosidade, inteligência e letra... (Risos). Eu poderia ter ido para qualquer faculdade. Mas tive que ir para o Dom Bosco, para assim te ter em minha vida para sempre. Serei eternamente grata por sua amizade, amor, paciência, respeito. Foi você a primeira pessoa que acreditou em mim, nunca esquecerei isto. E desde então temos as nossas almas entrelaçadas. Amo-te e lhe admiro demasiadamente, minha preta! Espero um dia ser tão forte, linda, humana, inteligente, racional quanto você.

À minha amiga Help, companheira de muitas jornadas, aventuras e descobertas. Serei eternamente grata por seu amor incondicional e dedicação. Obrigada por fazer de mim uma pessoa única, rara e especial! Você me ensinou muito em todos esses anos de convívio e apesar das nossas diferenças você sempre procurou o melhor em mim, sempre me deixou ser. Bebê, muitíssimo obrigada por cada livro, caderno, caneta, por cada mimo! A minha vida é mais colorida e cheia de coisinhas com você. Amo você até o infinito e além!

À amada Ângela Emília Gama, mais que amiga e companheira, uma mãe que o Serviço Social trouxe para minha vida. Sim, sua filha, sua família, é isto que sinto, me sinto... E que privilégio ter você perto de mim, com toda a sua luz e generosidade, ainda que seja para me puxar pelas orelhas quando necessário, me aconselhar. Você me faz ser calma, paz, equilíbrio, controle, em meio ao meu caos constante. Bebê, não existe palavras para agradecer-lá por todo o convívio, aprendizado, parceria e cuidado para comigo. De todas as pessoas que me ajudaram a realizar este sonho, as tuas mãos firmes fizeram uma enorme diferença. Te amo! E sei que ainda vamos realizar muitas coisas juntas.

À Ana Beatriz por ser uma amiga tão preciosa e especial. Obrigada pelo socorro em cada apuro. Sou grata pelo constante apoio e incentivo! As minhas angústias foram minimizadas nos momentos de conversas e aconselhamentos, sem eles não estaria aqui. Amo você!

À Renata Mendes, querida, amiga, companheira. Agradeço pelo constante apoio e incentivo, por acreditar em mim mais do que eu mesma, pelas intermináveis conversas e inúmeras trocas de ideias que me possibilitaram profundas reflexões, pelas orientações e desorientações, pelos momentos de sanidade e até aqueles de insanidades. Sou grata pelas vezes que me obrigou a rotina de estudo e produção, sou ainda mais grata pelas vezes que me tirou da rotina. Obrigada por ter caminhado comigo, ajudando-me não só na construção deste trabalho, mas nas dificuldades da vida! Você me fez acreditar no inacreditável. Eu preciso da tua chatice na minha vida. Te amo, Re!

Aos amigos Marluce Graça e Reginaldo Júnior por suas inúmeras contribuições que me possibilitaram está na Ufam, cursar cada disciplina e até respirar outros ares. Agradeço pela amizade, reciprocidade e lealdade. Mas, principalmente, por me socorrerem nos momentos mais adversos. Vocês são pessoas únicas. Contem comigo sempre!

Às amigas e amigos das muitas andanças que fiz ao longo da minha vida... Alguns já não caminham ao meu lado, mas já caminharam e fizeram uma enorme diferença, me ensinaram muito e deixaram um pouco de "si", foram de suma importância para o meu adentrar e/ou permanência na Pós-graduação e nos meus dois cargos públicos. Meu muitíssimo obrigada, Graciele Oliveira, Rosemary Barbosa, Marilac Pimentel, Cecília Freitas, Mirela Vaz, Valéria Soares, Marúcia Herculano, Lanimar Almeida, Luíza Helene, Guaracema Tupinambá, Maria Clevanilce (Cleo), Karin Silva, Mary Joyce Magalhães, Lenise Trindade, Daniel Guedes, Ester Lira, Núbia Pinheiro, Carla Aline, Juliane Leite, Kátia Benayon, Marilaine Queiroz, Cristiano Brandão, Josiara Reis, Alice Ponce de Leão, Tainá Abecassis, Aline

Pedraça, Mirlene Caldas, Edna Patrícia, Gleide Costa, Juliana Pinto, Alex Silveira, Amarildo Soares, Socorro Marinho, Indayah Pereira, Henrique Redmam.

Aos mestres da minha vida, cada professor/a que tive desde a infância. Muito obrigada pelos ensinamentos que contribuíram e permitiram que eu chegasse até aqui! Agradeço de maneira especial às professoras Yoshiko Sasaki e Lidiany Cavalcante pelas generosas e luminosas contribuições no exame de qualificação.

Às minhas eternas e inesquecíveis companheiras de trabalho do CRAS Terra Nova. Vocês me ensinaram coisas que jamais teria aprendido noutro lugar. Muito obrigada pelas realizações e conquistas coletivas, fizemos coisas maravilhosas juntas. Agradeço em especial a ti, amada Rosicléia Sini Gabaldi, você foi a melhor coordenadora que já tive na vida, nunca haverá outra igual a ti, tão sábia e generosa, uma pessoa tão sensível e acessível. A mãe que me acalentou, puxou as orelhas, que foi meu chão e me deu asas quando precisei voar. Desculpe-me pelo mau jeito, pelas malcriações e todo o transtorno causado. Sem o teu apoio e incentivo eu jamais teria conseguido. Você sempre estará em meu coração, sempre será inspiração por ser esse exemplo de pessoa, profissional. Te amo de paixão, Rosi!

Aos sujeitos usuários da Política de Assistência Social, especialmente aqueles imersos no universo desta pesquisa por todos os ensinamentos ao longo dos 6 anos de convívio. Muito obrigada por fazerem de mim uma pessoa mais sensível, humana, competente e comprometida a partir das suas trajetórias de vida e exigências. A atuação profissional junto a vocês me colocou à prova por muitas vezes. Mas sempre procurei ser exímia no exercício da profissão que escolhi pra mim.

Às minhas alunas e colegas de docência pelos constantes ensinamentos, por fazerem de mim uma pessoa melhor, mais segura, generosa, tolerante, dedicada. Vou sentir a eterna necessidade de mais tempo com vocês. Obrigada pelas maravilhas que vocês plantaram em minha vida!

Às colegas de turma, companheiras de jornada, em especial a turma de 2016, por me terem “adotado” com ternura e afeto. Desejo-lhes sucesso e felizes realizações!

Ao Washington Silva por ser exímio no exercício da sua profissão, a acolhida, as orientações que foram de suma importância em todo esse processo.

À Ufam pela vivência única, uma experiência sem igual, inimaginável. Um dia sentir tudo o que vivenciei e aprendi neste lugar cheio de encantos e desencantos.

Onde foi parar nosso sossego
E aonde tudo isso vai chegar
Acordar todo dia atrás de emprego
Fila pra comer, fila pra pagar
Foi-se o tempo da pesca e da borracha
Se fechava o comércio pra almoçar
E a tal da superpopulação
Não existe mais muro sem pichar
Nossa Zona Franca na UTI
Já tem carro demais pra transitar
E pra acabar de piorar
O caboclo tem que entender
Indexação, globalização, PIB, superávit, IPC
Bolsa, juros, mora diária, DARF, ISS, carga tributária
Quantas ruas vão ter de duplicar?
Já se faz até rebelião
Tem programa local de televisão
"Sou o olho do cidadão"
Exibindo a miséria humana
Pensando na próxima eleição
E já que o futuro é a água
Imagine essa massa baré
Indo pro trabalho de canoa
Engarrafando nossos igarapés
E voltamos pro velho ditado
De que o futuro nada mais é,
Do que a reedição do passado
Então seja o que Deus quiser
Poluição, superpopulação, violência, corrupção

(Parabólicas - Nicolas Jr.)

RESUMO

As disparidades na distribuição de renda e a desigualdade social evidenciadas no território brasileiro não podem ser compreendidas apenas no teor dos seus efeitos da realidade que avistamos hoje, mas a partir de uma construção sócio histórica - de um país considerado subdesenvolvido não como estágio, mas como condição - que paulatinamente afeta diretamente as condições de vida das populações, considerando suas particularidades, principalmente as famílias que vivenciam situações de vulnerabilidades sociais em Manaus, a capital do Amazonas, localizada na região norte do país, sobretudo as que estão situação de pobreza extrema. Neste sentido, a política de Assistência Social na realidade brasileira foi preconizada na Constituição Federal de 1988, objetivando o enfrentamento às situações de pobreza vivenciada pelas famílias pobres, por meio de seus níveis de proteção. Neste sentido, este estudo teve como objetivo geral: Analisar as condições de vida dos usuários acompanhados pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS Terra Nova. Para tanto, os objetivos específicos delimitaram-se em: Apresentar as condições de vida da população brasileira dando foco na região norte do país; Levantar as ações da Assistência Social no âmbito da Proteção Social Básica em Manaus; Conhecer como vivem os usuários do CRAS Terra Nova quanto as suas necessidades; Refletir quais os impactos da política de Assistência Social na vida dos usuários acompanhados. O estudo tem como metodologia uma abordagem qualitativa, com pesquisa documental e seus resultados, os quais mostram os principais dados divulgados, por meio do Relatório de Gestão, Relatórios Mensais de Atividades – RMA/SAGI, Prontuário Suas dentre outros disponibilizados pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos – SEMMASDH dos usuários referenciados no CRAS Terra Nova. Quanto aos resultados, identificou-se que os equipamentos da proteção social básica são insuficientes para acolher, atender e acompanhar os usuários da área de abrangência do CRAS Terra Nova, o qual recebe demandas que residem em sua maioria em bairros da periferia do município de Manaus, estando em vulnerabilidade social sobrevivendo em condições precárias em seu cotidiano. Deste modo, este estudo buscou contribuir para as discussões sobre o tema, bem como para informar a sociedade acerca dos usuários da Assistência Social, fornecendo dados que possam balizar as ações do Poder Público através das políticas sociais que possibilitem o desenvolvimento social desses usuários.

PALAVRAS-CHAVE: Empobrecimento; Assistência Social; Proteção Social Básica.

ABSTRACT

The disparities in the distribution of income and the social inequality evidenced in the Brazilian territory cannot be understood only in the content of their effects of the reality that we see today, but from a socio-historical construction - of a country considered underdeveloped not as a stage, but as a condition - which gradually directly affects the living conditions of populations, considering their particularities, especially families who experience situations of social vulnerabilities in Manaus, the capital of Amazonas, located in the north of the country, especially those who are in a situation of extreme poverty. In this sense, the Social Assistance policy in the Brazilian reality was recommended in the Federal Constitution of 1988, aiming to face the situations of poverty experienced by poor families, through their levels of protection. In this sense, this study had the general objective: To analyze the living conditions of users monitored by the Social Assistance Reference Center - CRAS Terra Nova. To this end, the specific objectives were limited to: Presenting the living conditions of the Brazilian population, focusing on the northern region of the country; Raise Social Assistance actions within the scope of Basic Social Protection in Manaus; Knowing how CRAS Terra Nova users live in terms of their needs; Reflect on the impacts of the Social Assistance policy on the lives of the monitored users. The study has a qualitative approach as methodology, with documental research and its results, which show the main data disclosed, through the Management Report, Monthly Activity Reports - RMA/SAGI, Handbook, among others made available by the Municipal Women's Department, Social Assistance and Human Rights – SEMMASDH of users referenced in CRAS Terra Nova. As for the results, it was identified that the basic social protection equipment is insufficient to welcome, assist and monitor users in the area covered by CRAS Terra Nova, which receives demands that reside mostly in neighborhoods on the outskirts of the city of Manaus, being in social vulnerability surviving in precarious conditions in their daily lives. Thus, this study sought to contribute to discussions on the subject, as well as to inform society about Social Assistance users, providing data that can guide the actions of the Public Power through social policies that enable the social development of these users.

KEYWORDS: Impoverishment; Social assistance; Basic Social Protection.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - O EMPOBRECIMENTO E AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA: REGIÃO NORTE EM FOCO.....	19
1.1 Breves reflexões sobre o empobrecimento.....	19
1.2. A caracterização das condições de vida da população brasileira	32
1.3. O retrato da vulnerabilidade social: o contraste entre crescimento e desenvolvimento.....	46
CAPITULO II- O ENFRETAMENTO À POBREZA A PARTIR DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	64
2.1 A inclusão da Assistência Social na agenda política do Estado	64
2.2 Os instrumentos de construção dos direitos socioassistenciais.....	74
2.3 A Proteção Básica no atendimento das demandas sociais	80
2.3 Os serviços de Proteção Social Básica da Assistência Social em Manaus- Amazonas	83
2.3.1 Quanto aos serviços ofertados e as demandas atendidas:	85
CAPÍTULO III – AS CONDIÇÕES DE VIDA NA PERIFERIA DA ZONA NORTE CIDADE DE MANAUS	107
3.1 Manaus -“tão linda e desigual”: Os serviços de Proteção Social Básica da Assistência Social	107
3.2 Os usuários do CRAS Terra Nova: quem são? Como vivem e sobrevivem? 110	
3.3 Usuários e suas demandas: quais suas vulnerabilidades sociais?.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	144
ANEXOS	150

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do território brasileiro	33
Figura 2 – Distribuição de cor e raça por região	34
Figura 3 – Distribuição do arranjo familiar por domicílio nas macrorregiões.	35
Figura 4 - Proporção de crianças até 4 anos de idade sem acesso a serviços de saneamento básico por domicílio.....	38
Figura 5 - Segurança alimentar de crianças de 4 anos de idade por domicílio	39
Figura 6 – Taxa de Homicídio por arma de fogo a cada 100 mil habitantes por de idade.....	42
Figura 7 – Taxa bruta de acesso à escola em grupos de idade por domicílio.....	43
Figura 8 – Taxa líquida de frequência no ensino superior por população de 18 a 24 anos de idade	44
Figura 9 – Faixa para leitura do desenvolvimento humano – IDHM Brasil.....	49
Figura 10 – Comparativo dos últimos IDHM brasileiro	50
Figura 11 – Comparativo dos últimos IDHM na região Norte	51
Figura 12 - Comparativo dos últimos anos: subíndices de IDHM brasileiro	52
Figura 13 – Legenda para o índice de vulnerabilidade social (IVS).	55
Figura 14 – Representação do índice de vulnerabilidade social (IVS) brasileiro das pesquisas dos anos 2000 a 2010	55
Figura 15 – Índice de vulnerabilidade social (IVS) por número de municípios.	56
Figura 16 – IVS infraestrutura urbana dos anos de 2000 e 2010.....	58
Figura 17 – IVS Capital Humano dos anos de 2000 e 2010	60
Figura 18 – IVS de renda e trabalho dos anos de 2000 e 2010.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese da Divisão e organização da Proteção Social.....	81
Quadro 2 – Quantitativo de atendimento da Assistência Social na Rede SUAS.....	84
Quadro 3 – Serviços e demandas atendidas em Manaus.....	85
Quadro 4 – Vinculação e desvinculação no SCFV.....	89
Quadro 5 – Programas e demandas.....	92
Quadro 6 – Cursos Ofertados.....	95
Quadro 7 – Serviços CadÚnico.....	100
Quadro 8 – Perfil das famílias atendidas no CadÚnico.....	101
Quadro 9 – Atendimento no GAC.....	103
Quadro 10 – Benefícios eventuais.....	103
Quadro 11 – Quantitativo de atendimentos dos Benefícios eventuais.....	105
Quadro 12 – Demonstrativo do ranking do IDHM Amazonas/Manaus e IVS Manaus.....	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Bairro de domicílio dos usuários pesquisados.....	115
Gráfico 2 – Composição familiar usuários pesquisados.....	117
Gráfico 3 – Perfil etário dos usuários em acompanhamento no CRAS Terra Nova	119
Gráfico 4 – Renda familiar dos usuários em acompanhamento.....	121
Gráfico 5 – Condições de habitações: tipo de residência	124
Gráfico 6 – Condições de habitações: acesso à rede elétrica	126
Gráfico 7 – Principais necessidades que motivaram a escuta qualificada dos usuários pesquisados	131
Gráfico 8 – Principais vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias.....	132
Gráfico 9 – Encaminhamentos para aquisição de serviços e benefícios socioassistenciais.	136

LISTA DE SIGLAS

BPC- Benefício de Prestação Continuada
CAPS- Caixas de Aposentadorias e Pensões
CEME - Central de Medicamento
CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
DATAPREV - Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
FUNABEM - Fundação de Bem Estar do Menor
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INPS - Instituto Nacional da Previdência Social
IVS - Índice de Vulnerabilidade Social
LBA - Legião Brasileira de Assistência
LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social
MDSA - Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário
ONG - Organizações Não Governamentais
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família
PBF - Programa Bolsa Família
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB - Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PNUD - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
RMA - Relatórios Mensais de Atividades
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEMMASDH - Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos
SISC - Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
SUAS - Sistema Único de Assistência Social

INTRODUÇÃO

A discussão acerca da Assistência Social vem sendo adensada, se espalhando pelo território brasileiro, sendo objeto de estudo de inúmeros estudiosos das diversas áreas do conhecimento, principalmente, das chamadas ciências aplicadas, é caso do Serviço Social. A temática aqui proposta é atual e relevante por focar nos usuários desta política, suas necessidades que não se limitam à renda.

Desta forma este estudo pretende formar base teórica sobre o tema e manejar os dados obtidos que permitirão melhor apreensão do assunto no âmbito local, escolhendo como objeto de estudo as condições de vida das famílias usuárias dos serviços socioassistenciais que vem sendo acompanhadas no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS da cidade de Manaus.

Vale ressaltar que o interesse em realizar a pesquisa, a qual resultou nesta dissertação, originou-se a partir dos seis anos de exercício profissional na Proteção Social Básica da Assistência Social me permitindo perceber que a realidade social, as condições de vida dos usuários da Política de Assistência Social, bem como suas formas de sobrevivência, resistência à condição de empobrecimento estão permeadas de particularidades por habitarem uma região multifacetada como a Amazônia.

No estudo da Assistência Social é possível perceber a correlação de forças e relação de poder, e os seus impactos sobre os usuários que dela necessitam. Considerada como uma estratégia do Estado para o desenvolvimento social faz-se necessário compreender a totalidade a qual permeia este processo de intervenção estatal através de ações que minimizem os impactos da pobreza. Uma vez que os meandros da sociedade capitalistas arrebatam os que estão minimamente protegidos, vinculados ao mercado de trabalho, e os seus efeitos sobre os que estão marginalizados do mercado formal ou inseridos de maneira precária é ainda mais devastador.

As desigualdades sociais retratadas na territorialidade brasileira não podem ser compreendidas apenas no teor dos seus efeitos da realidade que avistamos hoje, mas a partir de uma construção sócio-histórica, que paulatinamente afetam diretamente as condições de vida das populações, principalmente as famílias que vivenciam situações de vulnerabilidades sociais.

O padrão de desenvolvimento promovido no Brasil o colocou dentre os países periféricos por sua reiterada condição de dependência e subordinação econômica. De modo que diversos são os problemas desse modelo, onde a questão social e suas múltiplas expressões materializam-se com feições genéricas e específicas nas diversas regiões desse país com proporções continentais.

E neste processo, a questão social é produto do capitalismo e o empobrecimento é uma de suas expressões mais latentes, por sua vez não pode ser naturalizado, pois se configura a banalização da vida humana, principalmente, da classe subalterna por estar privada de suprir suas condições básicas de sobrevivência.

Diante disso, as políticas públicas brasileiras buscam dar enfrentamento para amenizar os impactos da questão social, onde a Política de Assistência Social a partir de 2004 visa garantir por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS de 2005, a quem dela necessitar, programas, projetos, benefícios e serviços sob o prisma dos mínimos sociais. A Assistência Social vem sendo um tema bastante explorado por estudiosos nas chamadas ciências sociais aplicadas nas últimas décadas, entretanto, as discussões não se esgotaram, pois os usuários desta política apresentam peculiaridade na sua forma de sobrevivência, como também no enfrentamento de suas necessidades, inclusive os que residem no município de Manaus.

Este estudo tem como objetivo geral analisar as condições de vida dos usuários acompanhados pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS Terra Nova. Para tanto, os objetivos específicos delimitaram-se em apresentar as condições de vida da população brasileira dando foco na região norte do país, também levantar as ações da Assistência Social no âmbito da Proteção Social Básica em Manaus, além de conhecer como vivem os usuários do CRAS Terra Nova quanto as suas necessidades, se propondo a refletir quais os impactos da política de Assistência Social na vida dos usuários acompanhados.

O projeto de pesquisa submetido à banca de qualificação foi pautado numa pesquisa de campo, que teria enquanto lócus o Centro de Referência da Assistência Social- CRAS, localizado no bairro Colônia Terra Nova I, na cidade de Manaus. Sob a gestão da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos - SEMMASDH, entretanto, não foi possível dar continuidade devido a não autorização da pesquisa pela secretaria.

Diante disso, o presente estudo foi redirecionado para uma pesquisa documental, com abordagem qualitativa, sem excluir os dados quantitativos. A coleta de dados se deu a partir da análise dos documentos oficiais, a saber, do Relatório de Gestão do ano de 2016, Relatórios Mensais de Atividades – RMA/SAGI do ano de 2016, Prontuário Suas do ano de 2016, os mesmos foram disponibilizados pela SEMMASDH, os quais apontam quanto ao atendimento e acompanhamento dos usuários referenciados no CRAS Terra Nova. Temos ainda os relatórios divulgados nos sites oficiais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, bem como o site do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento – PNUD, dentre outras bibliografias.

Além dos relatórios anuais disponibilizado, o manejo da pesquisa documental se deu a partir do universo de 166 Prontuários Suas arquivados no CRAS Terra Nova desde o ano de 2015, os mesmos seguiram os seguintes critérios de escolha: Famílias acompanhadas no período mais recente – a pretensão de investigação eram os registros do ano de 2017, entretanto não foi autorizado devido os dados não terem sido divulgado para os relatórios internos da SEMMASDH, o qual exigiu corte determinando o período entre agosto e dezembro do ano de 2016, restando-lhes em 93 prontuários; Prontuários com informações de famílias acompanhadas pelo período igual ou superior a seis meses – resultando em cortes, restando-lhes em 52 prontuários; Prontuário de Famílias com o mínimo de registro realizados pela pesquisadora, pois fazendo parte da equipe técnica do CRAS Terra Nova a política interna não é de centralização ou divisão das famílias por técnicos de referência, ao contrário, tanto as informações quanto o atendimento é realizado pelo profissional disponível no ato do atendimento. Realizado os cortes, restaram-lhe 17 prontuários. Outro critério foi para prontuários com o máximo de preenchimento de informações onde restou uma amostra de 9 prontuários.

A pesquisa assume relevância para a temática da Assistência Social, adensando as discussões do tema no âmbito da Proteção Social Básica na medida em que se conhece a realidade usuários dos serviços socioassistenciais, permitindo a reflexão sobre os que se encontram em situação de extrema pobreza, portanto em vulnerabilidade social e residem em Manaus. Ainda assume relevância pela possibilidade de novas produções científicas que oportunizem as informações sobre os usuários e os resultados balizem ações mais efetivas da Assistência Social, além

do questionamento acerca das ações desenvolvidas, bem como o conhecimento da sociedade acerca da realidade dos usuários.

Para tanto, esta dissertação está dividida em três capítulos, sendo que o Capítulo I tem por título “O empobrecimento e as condições de vida da população em um país subdesenvolvido: a região norte brasileira em foco” este primeiro capítulo consiste em apresentar as características das condições de vida no território brasileiro dando ênfase à região norte do país, considerando a perspectiva de países subdesenvolvidos.

O Capítulo II com o título “O enfrentamento à pobreza a partir da política de Assistência Social” este segundo capítulo apresentou como a Assistência Social se tornou estratégia do Estado brasileiro no enfrentamento a pobreza, além de enfatizar os instrumentos que compõe a política no âmbito da Proteção Social Básica.

O Capítulo III com o título “As vulnerabilidades sociais na periferia da zona norte cidade de Manaus” traz os resultados obtidos através dos documentos e relatórios oficiais disponibilizados pela SEMMASDH acerca dos usuários referenciados no CRAS Terra Nova localizado na zona norte do município de Manaus no estado do Amazonas.

CAPÍTULO I - O EMPOBRECIMENTO E AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA: REGIÃO NORTE EM FOCO

Este primeiro capítulo consiste em apresentar as características das condições de vida no território brasileiro dando ênfase à região norte do país, considerando a relação entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Diante disso, pretende-se demonstrar alguns dados demográficos sobre a população, os arranjos familiares, a distribuição de renda, o acesso à educação e trabalho. Também buscou-se apontar o índice de desenvolvimento humano e suas dimensões de análise, os indicadores que assinalam o Índice de Vulnerabilidade Social – IVS dos municípios.

Para se obter dados fidedignos, este estudo tem como parâmetro os seguintes documentos oficiais: “a Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016”, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE que se baseou na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2015 e no Censo Demográfico 2010; também temos o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA junto ao Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento – PNUD; e ainda o “Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros” publicado pelo IPEA em 2015.

1.1 Breves reflexões sobre o empobrecimento

Os conceitos de pobreza, empobrecimento e vulnerabilidade social dentre outros são confundidos ou até mesmo tidos por sinônimos entre si em alguns debates. Desta forma, nos cabe neste estudo contextualizar sobre os mesmos para fundamentar nossa discussão, bem como refletir sobre os impactos causados de maneira desigual entre as regiões brasileira, além de apresentar como o Estado dar enfrentamento a estas questões através da política de Assistência Social.

A pobreza é um fenômeno que atinge as sociedades existentes, entretanto o seu impacto pode ser evidenciado de diversas formas, inclusive mais adensados em alguns países e regiões do que em outros, sobretudo pela desigualdade na distribuição de renda para a maioria das famílias, exigindo que um enorme contingente sobreviva ao cotidiano estando abaixo da linha de pobreza.

Os autores Salama e Valier (1997) consideram diferenciações nos conceitos de pobreza e empobrecimento. Para os autores, os termos são distintos, mas facilmente são confundidos, distinguem-se quando consideram que “a pobreza refere-se às condições sociais de reprodução dos indivíduos [...] o segundo termo diz respeito às condições de vida desses indivíduos”. (SALAMA e VALIER, 1997, p.25)

Quanto à pobreza, os autores supracitados assinalam que a pobreza está relacionada em como os indivíduos e respectivamente suas famílias garantem sua sobrevivência, ou seja, a renda que possuem diz se estão abaixo ou não da linha de pobreza. Ressaltando neste sentido duas formas de mensuração da pobreza: se um indivíduo e/ou família estão inferior à linha de pobreza ou se estão abaixo da linha de indigência, conhecida como pobreza extrema ou absoluta. E suas respectivas mensurações seguem os seguintes princípios:

Em primeiro lugar, trata-se de determinar qual é a cesta de bens necessária apenas para a reprodução do indivíduo (ou família). Calcula-se então o número de calorias necessárias à sobrevivência e converte-se esse número em uma série de produtos alimentares de acordo com os costumes de alimentação do conjunto da população. Uma vez definidos esses bens, eles são convertidos em dinheiro. O preço utilizado é diferente do nível geral dos preços ou de qualquer outro índice de preços, na medida em que ele reflete a composição da cesta. A quantidade de dinheiro necessária para comprar esses bens define a linha de indigência. Obtida essa linha, aplica-se a ela um multiplicador chamado de ‘Engel’ para agregar as despesas necessárias para o vestuário, o transporte, a moradia e, chega-se à linha de pobreza. (SALAMA e VALIER, 1997, p.25-26)

Conforme a definição dada pelos autores, a linha de indigência é dada pela renda obtida para conseguir garantir a alimentação e a linha de pobreza está no limiar de garantia da alimentação e as demais necessidades básicas para sobrevivência, considerando que a ausência de renda para garantia de sobrevivência pode descrever em qual dos aspectos se enquadram os indivíduos e/ou famílias.

Quanto ao empobrecimento, os autores Salama e Valier (1997, p.39) destacam que “consideramo-nos pobres quando empobrecemos. O empobrecimento é então sentido como uma mudança de condição”. Prosseguem assinalando que a pobreza, bem como o empobrecimento podem ser percebidos e sentidos de acordo com o processo histórico e as relações sociais e culturais de uma determinada população. Para tanto,

O empobrecimento diz respeito simultaneamente, embora de modo distinto, aos pobres, que se tornam mais pobres, aos que não são pobres, mas cuja renda se torna menor mesmo que permaneça acima da linha de pobreza e, finalmente, aos que não eram pobres e se tornaram pobres. (SALAMA e VALIER, 1997, p.39)

E nestes aspectos, os autores também se posicionam em dizer que o empobrecimento como condição de vida pode ser alterado para aqueles que não são considerados pobres, mas que por alguma razão sentem a diminuição de seus bens. De igual modo, o crescimento da pobreza dos que já estavam nesta condição, bem como a diminuição da pobreza.

Ainda com os autores citados, outro termo deve ser considerado e distinto da pobreza, mas importante o qual seria “as necessidades básicas não satisfeitas” a qual para os mesmos podem definir a pobreza estrutural, onde seu termo se distingue da pobreza (linha de pobreza e/ou pobreza extrema (absoluta). Trata-se, portanto, conforme explica Salama e Valier (1997, p. 44):

As necessidades básicas não satisfeitas incluem água e esgotos, eletricidade, o hábitat, o nível de educação das crianças, a assistência escolar aos menores, o tempo disponível e o mobiliário do lar. Se uma das características definidas não é satisfeita, o indivíduo (ou família) é considerado pobre. Bastaria, por exemplo, que um indivíduo não tivesse acesso à água encanada para que fosse considerada pobre, mesmo se seu nível de renda ultrapassasse o mínimo definido pela linha de pobreza.

A compreensão dos autores para as necessidades não satisfeitas apesar de parecer com os conceitos antes descritos sobre a pobreza diz respeito a condição social em que vivencia as pessoas em sua realidade, como também é demonstrada neste sentido a desigualdade de renda, onde a depender da realidade vivida pode ser maior ou menor. Vale ressaltar que os conceitos dados até agora neste estudo através dos autores Salama e Valier (1997) por ser base de esclarecimento para diversas entidades que buscam mensurar a pobreza através de relatórios estatísticos, é o caso dos dados fornecidos pelo Banco Mundial se baseia acerca do assunto, bem como as políticas sociais de enfrentamento à pobreza desenvolvido em vários países.

Consideramos também a necessidade de compreender este fenômeno primeiro por esta linha, e ao decorrer deste estudo ir tecendo críticas e reflexões acerca da temática. Para tanto, ao refletir sobre o tema proposto, podemos perceber que tanto a pobreza quanto o empobrecimento sofrem variações e significâncias particulares. Independente da espacialidade em que esta se efetive, pode

corresponder à privação ou ausência do suprimento das necessidades básicas, o que indica que os impactos vivenciados nas relações sociais encontradas em um espaço-tempo de diferentes formas.

Dado os conceitos, podemos dar ênfase a outra discussão neste trabalho, seria o fato de haver divergências entre diversos autores a respeito do acontecimento da pobreza e o empobrecimento, onde alguns pensadores tratam em seus estudos que estes termos são fenômenos considerados exclusivos da sociedade capitalista, uma vez que se evidencia que as sociedades pré-capitalistas já demonstravam que ocorria a pobreza.

À exemplo de sociedades pré-capitalistas marcadas pela inexistência de distribuições de renda e principalmente pela pobreza, é a sociedade construída na idade média, período de formação das cidades, arraigada pelos espaços de relações de poderes, simbolismo que demonstravam suas riquezas e poder. Com relação a estes espaços, o autor Le Goff (1998, p. 71) assinala que “a cidade, bela e rica, é também fonte de idealização: a de uma convivência harmoniosa entre as classes”, até o ponto dos interesses de alguns não serem afetados em detrimento de outros, neste caso, até que os pobres não ameacem a convivência com os abastados de grandes fortunas.

Para o autor supracitado, a cidade e suas construções são representações simbólicas que demonstram a materialidade das condições sociais, sendo simbolicamente um refúgio, um lugar seguro e protegido. E para os que não atendiam os “pré-requisitos” da cidade era isolados e excluídos, ou seja, os pobres, doentes e impedidos de trabalho eram afastados. Prosseguindo, Le Goff (1998, 82-83) descreve que:

O desemprego propriamente dito quase não aparece antes do século XIV. É somente nessa época que ele se torna o resultado não apenas da doença, mas também de uma crise, mas como não se percebem os mecanismos econômicos, pensa-se que se trata de uma atitude, uma recusa de trabalhar e, portanto, um perigo. Os não trabalhadores de repente provocam medo. Assim, cada vez mais, constroem-se esses edifícios equívocos que, de certo modo, são obras de caridade, mas ao mesmo tempo, lugares de aprisionamento, de exclusão.

A partir do pensamento do autor é possível aferir que os impactos causados pelo desemprego e pobreza são pouco mencionados na literatura, até mesmo por não se reconhecer o fenômeno como uma situação de risco as pessoas. Pois ser um

possuidor de bens, habitação ou obter condições básicas de sobrevivência estava relacionado ao merecimento, este imaginário social era consolidado entre as classes. E os espaços construídos pelas cidades da idade média foram fortes representações simbólicas que buscavam segregar pobres e ricos, bem como tudo que estava dentro e fora da cidade, onde o campo era tido como inferior.

Le Goff (1998) ressalta que a igreja é um exemplo de instituição que segregava os pobres dos mais afortunados, onde suas estruturas composta por sinos, pinturas formavam simbolismos que demarcam a riqueza, o poder e o espaço político para diálogos de poderosos. Prossegue o autor em afirmar que a igreja executava ações caritativas que buscava transmitir a compaixão ao próximo, entretanto reproduzia a exclusão e aprisionamento daqueles que ameaçavam a ordem pública, ou seja, os pobres.

Neste sentido, eram os bispos, os responsáveis para “guardar as cidades”, e o movimento comunal é a revolução dos comércios, na verdade a tomada de poder das cidades pelos burgos e de modo violento, assim como as demais autoridades violentamente estabeleciam o poder com os pobres. Mas, o relato de Le Goff (1998, p. 97-98) mostra claramente a emancipação da cidade:

Temos uma narrativa célebre da emancipação da cidade de Laon, no norte da França, no início do século XII. É uma enorme rebelião, uma revolta dirigida contra o bispo que é o senhor da cidade. A narrativa mostra o bispo fugindo dos rebelados, entrando no pátio de um prédio da cidade, escondendo-se dentro de um barril; ele é descoberto, arrastado- para a rua, assassinado, cortam-lhe o dedo que levava o anel, tomado como símbolo não de sua função religiosa, mas de seu poder temporal, e seu corpo é transportado pela cidade exibindo-se o dedo com o anel. Outras vezes, as coisas se fazem de modo mais pacífico. Os burgueses, em todo caso, arrancam ao senhor da cidade, primeiramente, privilégios, depois, uma carta, isto é, um texto dando-lhes jurisdição sobre a cidade.

O simbolismo do poder é representado pela igreja, bispos, anel dentre outros, estes marcam a idade média com a resistência e organização social de superação. Os burgueses ditam agora suas próprias regras e articulam com as classes subalternas nesta relação de dependência e subordinação. O espaço político reproduzido na cidade representava a constante legitimação das instituições, da figura de pessoas emblemáticas para solucionar as nuances da sociedade.

Tanto a cidade quanto o campo vivenciavam o processo de dominação, segregação e exclusão daqueles que não atendiam as leis sociais. Esta relação de

poder estabelecida nos espaços políticos são representações que demonstram os aspectos de segurança, refúgio e modelo para as pessoas. Pois são as cidades “representações de valores culturais e suas construções são realizadas nestas perspectivas. É materialidade das condições sociais, uma representação imaginária” (NOGUEIRA, 2016)

A citação do livro de Le Goff (1998) é unicamente para exemplificar que a desigualdade social, bem como a pobreza são fenômenos que ocorriam em outras sociedades. Estes fenômenos foram na idade média e posteriormente assuntos que influenciaram a organização social, bem como os demais aspectos da sociedade que revela as ideologias que foram baseadas.

Neste sentido, compreende-se que tanto a pobreza quanto outros indicadores se aprofundaram mediante a acumulação de riqueza que buscam manter a ordem burguesa, sobretudo quando expressam impactos particulares mediante ao processo histórico marcado por decisões econômicas, políticas, culturais e sociais em diferentes países. Fato que nos ajudará a evidenciar o empobrecimento das classes subalternas, esclarecendo, portanto, o ponto de vista central deste estudo. De acordo como descreve Yazbek (2015, p. 26):

A categoria *subalterno*, legado gramsciano, por sua expressividade, e por dar conta de um conjunto diversificado e contraditório e situações de dominação [...] a subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política. Neste sentido, não podemos abordar indivíduos e grupos subalternos isolando-os do conjunto da sociedade [...]. (grifos da autora)

Primeiramente, é possível aferir que a autora utiliza a categoria subalterno que nos remete a expressão utilizada pelo estudioso Antônio Gramsci filósofo que traz em suas teorias uma afinidade com as teorias marxianas, e nos seria este conceito escolhido melhor para trabalhar a relação antagônica entre as classes, e principalmente o que descreve o processo de dominação e sinalizando o ponto de partida para reflexão e análise.

Desta maneira, o processo produtivo que modificara as relações econômicas, bem como trouxera também mudanças ainda maiores para as sociedades no âmbito político e social vai se firmando como um novo padrão econômico. Este fenômeno que

inicia na Europa, depois se espalha pelo mundo e se impõe como novo modelo é também conhecido como capitalismo, e consolida e ganha maior notoriedade com a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra.

Dentre muitas etapas vivenciadas pelo capitalismo, temos, portanto, a primeira fase, a qual é chamada de capitalismo comercial ou mercantil. Segundo nos descreve o autor Benaion (2006) esta fase é representada pela predominância marítima, onde a Europa possuía grandes navegações e estabelecia suas relações comerciais, assim como também a acumulação do capital através da produção de artesões - também conhecidos como a burguesia - juntamente com as manufaturas e consumo em expansão.

Entretanto, seria a sua segunda fase, chamada de industrial- concorrencial é notável pelo fato da burguesia, aqui tratada como classe dominante, assumir em grande escala a produção de bens e consumo, e neste sentido passou a fornecer manufaturas para os demais países, onde esta distribuição incluía os países que lhes forneciam as matérias-primas necessárias para a produção. Vale ressaltar que o autor destaca que o apogeu desta segunda fase acontece entre os anos de 1860 a 1870 quando esta passou a dominar o mercado pela livre concorrência. (BENAION, 2006)

É importante considerar os impactos dessas mudanças, principalmente as duas primeiras fases que a sociedade vai vivenciar entre os séculos XVIII e XIX. Podemos constatar essa preocupação através do livro de Thomas Piketty chamado “O Capital no século XXI” o qual relata de maneira elegante as principais reflexões acerca da desigualdade de riqueza e renda, o mesmo se utiliza de grandes romancistas como Jane Austin e Balzac para descrever o cenário da Europa no século XVIII e XIX. O autor também busca apresentar os reflexos desse processo causou à sociedade do século XXI, tais reflexões geram questionamentos pertinentes sobre o sistema societário vigente, o capitalismo. Para tanto, Piketty (2014, p.12) ressalta que tais reflexões se iniciam com os relatos do inglês Arthur Yong em sua viagem a França descrevem as preocupações acerca da pobreza:

a narrativa de Yong, publicada em 1792 não esconde os preconceitos nacionalistas e comparações equivocadas. [...] Yong estava convencido de que só um sistema político à moda inglesa, com Câmaras separadas para aristocratas e plebeus, além do direito de veto a nobreza, permitiria um desenvolvimento harmonioso e tranquilo liderado por pessoas responsáveis. Estava certo de que a França caminhava para o fracasso ao aceitar em 1789-1790, que membros de todas as classes sociais estivessem num mesmo Parlamento. [...] quando se discute a distribuição de riqueza, a política está

sempre por perto, e é difícil escapar aos preconceitos e interesses de classes que predominam em cada época.

É possível compreender que a supremacia dos países europeus já era existente, sendo que a poderosa Inglaterra considerava-se o modelo a ser seguido. Destaca o autor que uma grande preocupação rondava a Europa, e as opiniões Arthur Yong demonstram a segregação entre a nobreza e plebeus, e que somente os afortunados eram pessoas responsáveis e competentes para garantir a integridade da sociedade, enquanto a França que vivenciava um período de revolução e grandes mudanças por isso caminhava ao fracasso.

Piketty (2014) assinala que a compreensão de Arthur Yong a respeito do cenário francês influenciou os pensamentos de nada mais que Thomas Malthus, o qual publicou em 1798 ensaios que amedrontaram o Reino Unido afirmando que a superpopulação esgotaria os recursos, e por sua vez a classe abastarda (entende-se dominante), bem como o planeta estavam ameaçados com a pobreza rural evidenciada na França. Esta afirmação reproduziu desigualdades ainda maiores, além do desejo incessante da elite europeia em exterminar os empobrecidos.

Como destacado anteriormente, Piketty (2014) sinaliza que a desigualdade social na Europa era quase sempre tema de vários romances, onde a literatura ocidental se manifesta através de autores clássicos destacando a realidade inglesa e francesa esclarecendo que esta realidade foi marcada pela desigualdade social entre as classes, e buscavam demonstrar a realidade vivida na época e, por outro lado buscava-se amenizar sua própria condição em escritas em mundos de imaginação e fantasia.

Assim como Piketty (2014) já citado anteriormente pode-se destacar a literária inglesa Jane Austen, a qual ganhou notoriedade pelo destaque de romances famosos como *Orgulho e Preconceito*, *Razão e Sensibilidade*, *Emma*, *Persuasão*, dentre outros que puderam descrever a desigualdade social existentes na Inglaterra no final do século XVIII e meados do século XIX. Suas obras quase sempre destacavam as relações matrimoniais, o convívio entre homens e mulheres que tinham como base parte de sua experiência de vida, e assim expressou suas opiniões através dos romances inapropriados vivenciados pelos seus personagens.

A autora narra em sua obra *Orgulho e Preconceito*, a história da família Bennet, uma família tradicional da área rural do Reino Unido, que possuía uma pequena

propriedade, onde o Sr. e Sra. Bennet tinham cinco filhas, a qual a segunda filha, Elizabeth Bennet é a protagonista da história. E de maneira irônica e irreverente, Austen relata a realidade inglesa que ver no matrimônio uma relação de negócio rentável, onde casar por amor é uma possibilidade remota em que homens e mulheres se tornam propriedade de alguém. Segundo o trecho do romance de Austen (2012, p.11) destaca:

É uma verdade universalmente reconhecida que um homem solteiro, possuidor de uma grande fortuna, deve estar em busca de uma esposa. Embora pouco conhecidos sejam seus sentimentos ou opiniões de tal homem quando ele adentra, pela primeira vez, em uma vizinhança, essa verdade é tão bem fixada nas mentes das famílias ao seu redor que ele é considerado a propriedade de direito de alguém ou de uma de suas filhas.

O título da obra “Orgulho e preconceito” se dá pelo temperamento entre o casal protagonista, Elizabeth que é uma jovem determinada a casar apenas por amor, e não por negócio recusa os pedidos de casamentos de vários pretendentes, apaixonou-se por um homem rico, o Sr. Darcy, mas que mesmo apaixonado por ela, resiste o sentimento pela posição social da moça. Como mulher de sua época, Elizabeth prioriza seus princípios, sentimentos e segue na contramão da sociedade inglesa da época. Enquanto houve preconceito de sua posição, Elizabeth também recusou o pedido de casamento de Sr. Darcy, pois casar por amor era a maior das transgressões na sociedade do Reino Unido do século XVIII. (AUSTEN, 2012)

O enredo descrito por Austen (2012) não seria apenas obra de ficção, onde sua história pessoal, bem como de muitas pessoas também se assemelhava aos seus personagens. Era comum a representação de casamentos impedidos pelas condições econômicas desfavoráveis de suas famílias. A trama descrita pela autora possibilita verificar o preconceito por conta da posição social, além da subjugação das mulheres as quais lhes era negado propriedades de valores, fato que incentivavam famílias estabelecerem alianças matrimoniais que lhes rendessem uma negociação valorosa.

Os diversos romances escritos por Austen foram para fazer críticas a sociedade de sua época, principalmente aos homens poderosos, detentores de grandes fortunas. Diferente de suas protagonistas, a autora não teve um final feliz com o homem a quem amava, o seu amado casou-se com outra mulher de posição mais elevada. Ela recusou pedidos de outros pretendentes, mas manteve-se solteira por acreditar que

poderia ser diferente do que a sociedade lhe determinava, morreu aos 41 anos de idade e é famosa por suas publicações até os dias de hoje.

Para tanto,

Os personagens dos romances do século XIX aparecem muitas vezes como arquétipos do grande proprietário, figura odiada na nossa modernidade democrática e meritocrática. Nada mais natural, entretanto, que se demandasse ao capital produzir uma renda certa e segura: esse é, de fato, o objetivo de um mercado de capitais “perfeito” no sentido dos economistas. Seria bastante equivocado imaginar que o estudo de riquezas do século XIX nada tenha a ensinar ao mundo de hoje. (PIKKETY, 2014, p. 116)

Pois bem, diferente do que o autor Piketty realizou em sua obra, a descrição do romance de Jane Austen neste estudo não pretende ser aprofundada em análise, antes se busca dar como exemplo a pobreza e desigualdade da distribuição de renda nas perspectivas literárias, sobretudo no que tange as relações sociais e o que temos de resquícios na atualidade.

Desta maneira, pode-se retomar a ideia que a pobreza não é fruto do modo de produção capitalista, e que já existia nas sociedades e modelos econômicos que o antecederam, entretanto o aprofundamento dos impactos vai tomar proporções maiores no modelo societário vigente. E o seu enfrentamento é assim como em outras sociedades é realizada de forma tímida, pois esta temática é dada como naturalizada.

À medida que produz riqueza também produz e reproduz a pobreza, e neste sentido vários acontecimentos de resistência vão se dando na Europa. Segundo descreve Santos (2012) que a concentração de produção que reuniu muitos trabalhadores em linha de montagem nas fábricas e passou a concentrar esta população nas áreas urbanas onde passaram a residir ao redor das fábricas, e isto incrementa o processo de urbanização. Demonstrando, portanto, condições precárias de acesso a serviços, havia “ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de morbidade, mortalidade da população infantil e adulta, habitações em locais insalubres, doenças, fome, baixos salários.” (SANTOS, 2012, p. 37)

Ademais, havia uma jornada intensa de trabalho que causava ainda mais exaustão nos trabalhadores, e suas condições de vida não propiciavam qualidade de vida. Estes fatores desencadearam inúmeras manifestações realizadas dentro das fábricas européias, a qual se destacou o movimento Ludista, este se caracterizou pela

destruição das máquinas, mas conforme a autora “[...] ainda não atesta a consciência de classe ‘para si’ já que era incapaz de mirar o alvo correto, ou seja, de captar que atingindo as máquinas não atingiam seu verdadeiro opositor: o capitalista”. (SANTOS, 2012, p.40)

Mesmo não agindo de modo organizado, acredita-se que é o movimento ludista que influenciou a resistência dos trabalhadores através de outras manifestações a partir dos anos de 1830 do século XIX, bem como as diversas manifestações intelectuais que buscavam compreender este fenômeno a qual chamaram de questão social.

A questão social é compreendida por Nascimento (2004, p. 48) a partir do contexto em que a “expressão da contradição fundamental da ordem burguesa: [é] a exploração do trabalho pelo capital”. Fato que Yamamoto (2004, p. 27-28) conceitua a questão social como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura [...] é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem”.

Embora muitas situações sejam confundidas com a questão social, vale ressaltar que tanto o empobrecimento, a desigualdade social, dentre outras a pobreza não são sinônimas ao conceito, mas são consideradas expressões da questão social por serem adensadas mediante ao processo capitalista que rege o mundo. Criando desta forma uma ordem societária que claramente segrega, subjulga o modo de vida, além de manipular uma relação de dependência e subordinação daqueles que detém o mínimo de recursos financeiros para sobreviver.

Esta relação de dependência e subordinação é visível entre as classes sociais, sendo possível perceber que a riqueza se concentra no controle do grupo minoritário, enquanto a maioria padece diante da banalização da vida humana, a exemplo disso são os países subdesenvolvidos ou países periféricos, conforme as ideias de Benaion (2006, p. 66) tem o objetivo de “fornecer elementos para acumulação do capital dos países do centro, que os impedia de atingir o estágio alcançado pelos países desenvolvidos”, reafirmando desta forma que a condição de subdesenvolvimento serve apenas para interesses de acumulação de riquezas para países desenvolvidos os condenando a “compor zonas de pobreza permanentes” (Benaion, 2006).

A realidade no Brasil, não é diferente dos países situados na América Latina, o padrão de desenvolvimento econômico que o situa como um país periférico é o mesmo que o condiciona à relação de dependência e subordinação aos países

centrais, estes também conhecido como países desenvolvidos. Neste caso, é compreendido como uma das expressões contraditória determinada pelo modo de produção capitalista na exploração do trabalho pelo capital. Para Siqueira (2013, p. 21):

Trata-se da desigualdade e da pobreza num país que situa-se em posição *periférico* no capitalismo mundial, que na sua fase imperialista estabelece uma relação de *dependência* no processo de desenvolvimento desigual e combinado (onde boa parte da riqueza aqui produzida é transferida para países centrais- seja pela transferência de capitais intrafirma, seja pelo pagamento dos juros da dívida externa, seja pela dependência tecnológica e financeira). [Grifos da autora]

Embora o Brasil seja um país dotado de riquezas naturais, é também reconhecido mundialmente por seus elevados índices de desigualdades e níveis de pobreza, onde parcela significativa de sua população não tem acesso as satisfações de suas necessidades básicas. Gonçalves (1999, p. 52) evidencia que “[...] os níveis elevados tanto de pobreza como de desigualdade resultam não da escassez de recursos, mas de processos históricos concentradores”, ou seja, estes fenômenos ocorridos no Brasil se dão pela exploração iniciada no período do colonialismo, perpassados pelo imperialismo, reiterados e adensados conjuntura após conjuntura até o momento contemporâneo.

Partindo deste pressuposto, pensar no binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento no caso do Brasil é analisar como se deu a sua industrialização. É partir da análise histórica, incorporando a esfera política e os aspectos ocasionados nas suas relações sociais. Ainda na condição de colônia, o Brasil era o fundo de garantia para o arrendamento para custear os gastos e investimentos de Portugal a Inglaterra, para Ianni (1991, p.3) “a questão social estava posta de modo aberto e transparente” desde o período escravocrata até a emergência do trabalho livre, em que o capitalismo se adensou.

O Brasil vivenciou vários períodos econômicos, a saber, é período escravocrata, depois modelo primário-exportador até 1930 quando iniciou o processo de industrialização e assumiu o a economia da substituição de importação nacionalizando suas tecnologias, entretanto vivenciou anos depois o período de modernização conservadora no processo de desnacionalização que acarretou em problemas para produção de novas tecnologias e ciência que o colocou novamente

na subordinação reiterada por considerar a supremacia das tecnologias internacionais que foi fortemente apoiada no golpe militar de 1964. (BENAION, 2006)

Após vinte e um anos de ditadura militar, o Brasil continuou crescendo em desigualdade de renda em relação a outros países, inclusive entre suas regiões federativas. Desta forma, identifica-se que há particularidades em cada região, as quais possuem a organização social com bases em seus aspectos políticos, econômicos, social, culturais e territoriais. Percebe-se que as regiões Nordeste e Norte tiveram o crescimento tardio em relação as demais regiões, fato que até o enfrentamento destas expressões da questão social também foram postergadas. Para Arretche (2015, p. 218):

No regime militar e nos conturbados anos 1980, que coincidiram com o processo de redemocratização, os municípios das regiões Sul e Sudeste experimentaram taxas de melhoras superiores às demais regiões. Durante o governo de FHC, na década de 1990, foram os municípios da região Centro-Oeste que apresentaram incremento mais expressivos de renda e acesso a serviços. Por fim no governo Lula, na década de 2000, foram os municípios das regiões Norte e Nordeste que experimentaram incrementos mais expressivos em condições de renda e taxas de cobertura de serviços essenciais.

Nota-se a partir das falas da autora que é evidente as desigualdades entres as regiões, onde a sociedade vem padecendo em seu cotidiano a falta de acesso aos suprimentos de suas necessidades básicas. E por vezes a classe subalterna é revitimizada, e se faz necessário conhecê-la, e para o enfrentamento das suas necessidades humanas.

A caracterização de necessidades humanas de acordo com Pereira (2007, p. 67) pode ser dada a partir de “ocorrência de *sérios prejuízos* à vida material dos homens e à atuação destes como sujeitos” (grifos da autora) quando os mesmos não conseguem satisfazê-las adequadamente. Ela prossegue em afirmar que estes prejuízos geram impactos negativos que produzem “sério risco a possibilidade objetiva dos seres humanos de viver física e socialmente em condições de poder expressar a sua capacidade de participação ativa e crítica”. (PEREIRA, 2007, p. 67-68)

Uma vez que não podemos restringir o homem a dimensão biológica e econômica, fato que sinalizado pelo autor Marx. Por sua vez o autor de Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, se ocupou dentre outras questões refletir sobre da hominização e da contradição do sistema capitalista ao buscar a manutenção de seus

interesses sacrificando as necessidades humanas. Desta forma, sem conceituar tais necessidades versou sobre as consequências perversas do moderno sistema que produz carências ao passo da busca pela satisfação. Assim,

Quanto menos cada um comer, beber, comprar livros, for ao teatro ou ao baile, ao bar, quanto menos cada um pensar, amar, teorizar, cantar, pintar, poetar, etc., mais economizará, maior será a sua riqueza, que nem a traça nem a ferrugem corroerão, o seu capital. Quanto menos cada um for, quanto menos cada um expressar a sua vida, mais terá, maior será a poupança da sua vida alienada. (MARX, 2006, p. 151-152)

A compreensão do pensamento do autor se dar em que o homem precisa se sacrificar para acumular, no sentido que o sistema societário que a sociedade vivencia impõe as prioridades, o capitalismo priva o homem da sua própria vida, se tornando um ser alienado por não obter os bens que produz, bem como seria egoísta por ser individualista em atender suas necessidades, além de nem sempre ser capaz de refletir criticamente sobre sua condição.

Desta forma, o empobrecimento é uma condição que afeta inúmeras pessoas e famílias, onde o cotidiano lhes exige a sobrevivência e resistência desta condição. E cabe o conhecimento ainda que minimamente sobre as condições de vida da população segundo seus aspectos econômicos, sociais e culturais.

Sendo assim, nenhum processo de enfrentamento à pobreza, ao empobrecimento e as desigualdades sociais pode ser realizado sem o reconhecimento prévio, e por isso existem documentos oficiais que fundamentam as políticas públicas, os quais buscam caracterizar a população. Fato que trataremos nos tópicos posteriores do qual buscará tratar melhor sobre as condições de vida da população brasileira e as particularidades da região norte.

1.2. A caracterização das condições de vida da população brasileira

O Brasil como dito anteriormente está dentre os países considerados subdesenvolvidos por apresentar condição de dependência e subordinação econômica. Portanto, este subitem buscará contextualizar as características da população brasileira através dos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o qual divulgou a Síntese de indicadores sociais: uma

análise das condições de vida da população brasileira 2016. A pretensão neste estudo é demonstrar através desses dados os impactos do empobrecimento em um país subdesenvolvido como o Brasil.

Em outros aspectos o Brasil também ganha notoriedade por possuir um território muito extenso, com muitas particularidades, de modo que é considerado um país com proporções continentais. Neste sentido, os dados apresentados pelo IBGE (2013) através do Atlas do Censo Demográfico 2010 indicam que até a data do último censo o Brasil possuía um contingente populacional de 190.755.799 habitantes. É possível identificar na figura 01 a diferença territorial do Brasil em relação aos países da América – Latina, bem como:



Figura 01: Mapa do território brasileiro
Fonte: Site do IVS - IPEA (2017)

Ressalta-se que o censo é uma pesquisa realizada a cada dez anos, porém há outras fontes que realizam outros estudos em prazos menores e são utilizadas como base pelo IBGE, a exemplo disso tem-se a PNAD realizada em 2015. Esta forneceu dados para a Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, a qual é um relatório produzido pelo IBGE (2016) e tem como principal objetivo traçar o perfil das condições de vida da população brasileira.

Para tanto, a pesquisa aponta que houve um acréscimo significativo da população brasileira chegando ao total de 204, 9 milhões de habitantes que se distribuem nas cinco macrorregiões federativas – Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste - onde o território brasileiro possui vinte e sete estados, além de um distrito federal e conta com 5.570 municípios.

Ainda como dados da pesquisa, o Brasil é o quinto maior país em volume de população com uma taxa de crescimento de 1,0% ao ano (2005-2015), onde a região Sudeste apresentou 41,9% da população, seguida respectivamente da região Nordeste com 27,6%, Sul com 14,3%, Norte representado por 8,6% e a região Centro-Oeste com o percentual de 7,6% de habitantes. (IBGE, 2016)

Quanto à população, o reconhecimento de cor e raça possui duas descrições. A primeira descrição contém as informações do Censo de 2010 (IBGE, 2017) e estão apresentadas na Figura 02 e informam os resultados do último Censo, a segunda está baseada na pesquisa realizada pelo IBGE (2016) fundamentada pela Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio – PNAD, conforme ilustrado e descrito a seguir na figura 02:

Brasil e Grande Regiões	Distribuição da população por cor ou raça (1) (%) - 1999				
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
Brasil	54,0	5,4	39,9	0,5	0,2
Norte (2)	28,0	2,3	68,3	0,2	0,9
Nordeste	29,7	5,6	64,5	0,1	0,1
Sudeste	64,0	6,7	28,4	0,8	0,1
Sul	83,6	3,0	12,6	0,5	0,2
Centro-Oeste	46,2	3,5	49,4	0,4	0,5

Figura 02: Distribuição de cor e raça por região – CENSO 2010
Fonte: Site IBGE (2017)

Nos dados do último censo realizado apresentam que o ano levantado a população brasileira declarava ser 54% branca, 39% parda, 5,4% preta, 0,5% amarela, 0,2% indígena. E dos resultados demonstrado, destaca-se a região norte com o menor percentual da população branca sendo de 28%; seguido do maior percentual de população declarada pardas com 68,3% e também o percentual de 0,9 % de pessoas declaradas indígenas.

O IBGE (2016) informa através do PNAD em 2015 que mais da metade da população se declaravam de cor ou raça preta ou parda representada pelo percentual de 53,9%, enquanto o percentual de 45,2% representa as pessoas que se declaram branca. Este dado variou entre as grandes regiões, onde o percentual de pessoas declaradas de cor ou raça preta ou parda foi de 77,3% das pessoas da Região Norte, 73,0% no Nordeste, 59,9% no Centro-Oeste, 46,2% no Sudeste enquanto na região Sul declarou o menor percentual com 22,5%.

Desta forma é possível aferir que houve um aumento entre o censo de 2010 e os dados obtidos em 2015 quanto à população que se declarou de cor ou raça preta ou parda, bem como a diminuição de pessoas declaradas brancas em todo país. Este dado demonstra que apesar do território da região norte - composto pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins e contém 449 municípios, IBGE (2013) - ter o território mais extenso dentre as macrorregiões não é o mais populoso, entretanto sua população tem o maior contingente de pessoas autodeclaradas de cor ou raça preta ou parda.

Outra característica relevante é o perfil de arranjo familiar existente, o qual é conceituado pelo o IBGE (2016, s.p) “o arranjo corresponde a uma pessoa ou grupo de pessoas, ligadas ou não por laços de parentesco, que morasse em um domicílio particular [...], por meio de sangue, adoção ou casamento”. Conforme a figura 03 a seguir:

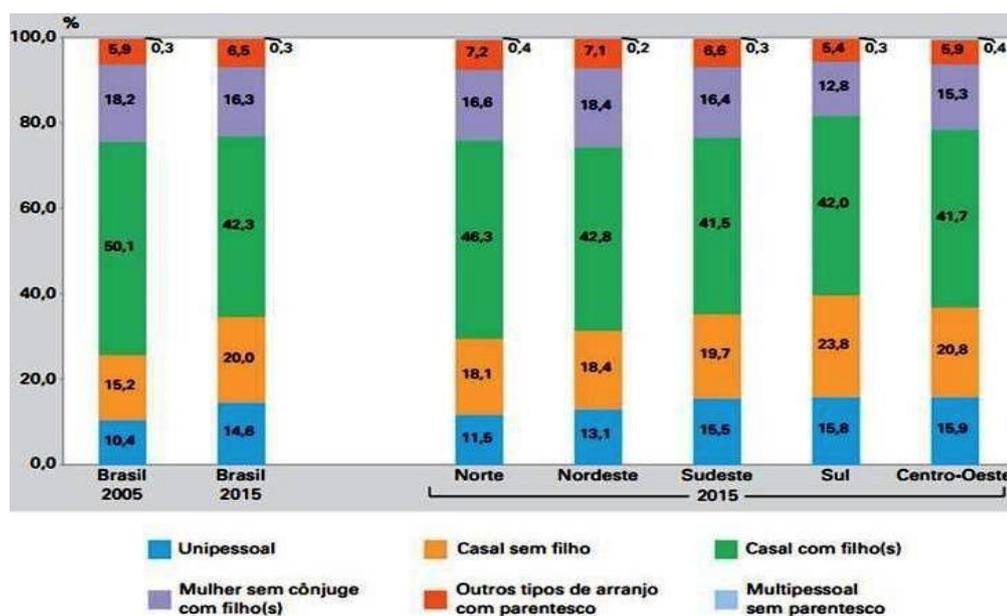


Figura 03: Distribuição do arranjo familiar por domicílio nas macrorregiões

Fonte: Dados obtidos no documento “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016”, (IBGE, 2016)

O percentual apresentado na figura 03 acerca dos arranjos familiares considerados pela PNAD em 2015, divulgada pelo IBGE (2016) em 2015 foi de 14,6% correspondente ao número de pessoas que moram sozinhas, também chamadas de arranjo unipessoal. Temos também 20,0% como percentual para casais sem filho, enquanto para casais com filho (s) o percentual é de 42, 3%, e para mulheres sem

maridos que possuem filhos o percentual é de 16,3%, para outros tipos de arranjos com algum tipo de parentesco o percentual é de 6,5%, por fim o arranjo multipessoal correspondente a pessoas que moram em um mesmo domicílio sem parentesco o percentual foi de 0,3%.

Vale ressaltar que a concepção de família levanta debates entre pensadores, principalmente, pelas modificações que vem ocorrendo ao longo dos anos. Essa característica é relevante pelas propostas de melhorias de condições de vida, e pode ser pensada a partir de família e não por indivíduo isolado. Inclusive veremos com maior ênfase no próximo capítulo as ações de enfrentamento das políticas públicas a partir desse princípio. Entretanto, é possível perceber que o IBGE (2016) não evidencia na sua totalidade as especificidades de “novos arranjos” familiares, mas foca na concepção de família nuclear formada por pai, mãe e filhos.

De acordo com Sarti (2015) são diversas as razões que contribuem para a formação de novos arranjos familiares, onde estas mudanças trouxeram um impacto moral religioso na concepção de família fora do termo nuclear. Contudo, para esta autora considera-se a utilização da pílula anticoncepcional e a inseminação artificial como uso de uma tecnologia em que somado as horas de trabalho remunerado das mulheres se tornaram um marco do movimento feminista e de mudanças de chefia familiar. Assim, Sarti (2015, p. 33) assinala que “as intervenções tecnológicas sobre reprodução introduzem uma tensão no imaginário social, entre o caráter ‘natural’ atribuído a família e a quebra da identificação desta natureza [...] a família constituiu-se em um terreno ambíguo”.

Para tanto,

Embora culturalmente constituído, ele comporta uma singularidade: cada família constrói sua própria história, ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjetivamente acessíveis aos indivíduos na cultura em que vivem. (SARTI, 2015, p. 37)

Compreende-se a partir de Sarti (2015) que ao pensar em família não cabe buscar uma única definição de significado, mas considerar sua trajetória de vida, as escolhas, as influências para sua formação. Importa saber que não só a família nuclear ou tradicional é família, mas todas as variações a depender onde cada pessoa expressará sobre si e sua realidade, sobretudo por serem permeadas de particularidades e singularidade.

A saber, a taxa de mortalidade também é um indicador que pode influenciar os arranjos familiares, ademais é um componente demográfico no qual a esperança de vida ao nascer é um indicador diretamente ligado a este componente. Estes indicadores podem traduzir também outros aspectos do modo de vida brasileiro que serão demonstrados neste estudo.

A projeção de vida para a população brasileira por sexo divulgada pelo IBGE (2016) afirma que a estimativa para esperança de vida ao nascer para os brasileiros corresponde 71,9 anos para os homens e 79,1 anos para as mulheres, transparecendo desta forma uma diferença de 10%. Na região norte, a maior expectativa de vida ao nascer para os homens está no estado do Amapá com 71,0 anos, já para as mulheres de 77,2 no estado do Acre. E as mais baixas são encontradas para os homens no estado de Rondônia 68,1 anos e para as mulheres foi de 74,0 anos no estado de Roraima. É importante informar que em todos estados a expectativa de esperança de vida ao nascer é maior para as mulheres.

Como já foi dito, o indicador de esperança de vida ao nascer corresponde ao componente demográfico de mortalidade. Estas projeções são realizadas com bases na estimativa para os anos de 2000 a 2060 o IBGE (2016, s.p) diz que este indicador “reflete mudanças nas condições médico-sanitárias e nos fatores socioeconômicos na sociedade, e expressa o número médio de anos de vida que se espera que um recém-nascido viva, ao manter o padrão de mortalidade observado no período”.

Outro indicador é a taxa de mortalidade infantil que de acordo com o IBGE (2016) ainda é um número significativo no Brasil, e prossegue em informar que este indicador também corrobora a refletir as condições de desenvolvimento socioeconômico, a infraestrutura, também o acesso e qualidade de serviços à saúde materna e população infantil. Para tanto pode ser medido através da razão entre os números de crianças mortas até o primeiro ano de idade e o número de crianças nascidos vivos em determinado ano e local. Desta maneira temos como estimativa da mortalidade infantil no ano de 2015 no Brasil com o total de 13,8 mortes a cada mil crianças nascidas vivas.

O IBGE (2016) também divulgou que estes dados tiveram disparidades entre as macrorregiões no mesmo ano da pesquisa, onde a região Norte apontou o maior número na estimativa de taxa de mortalidade infantil com 18,1 óbitos a cada mil nascidos vivos, seguidos do Nordeste com 17,5 óbitos a cada mil nascidos vivos e

Centro- Oeste com 14,8 mortes a cada mil crianças nascidas vivas, este número chamou atenção por estar acima da média nacional.

As demais macrorregiões apresentaram valores abaixo da média nacional onde o Sul com 9,7 e sudeste com 10,7 óbitos a cada mil nascidos vivos. Em uma comparação internacional, os países desenvolvidos apresentam o indicador de 5 mortes por mil nascidos vivos enquanto nos países subdesenvolvidos o indicador aponta o total de 39,0 óbitos a cada mil crianças nascidas vivas no mesmo período. (IBGE, 2016)

Os indicadores de expectativa de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer também contribuem para pensar em outros grupos específicos, no caso das pessoas idosas na sociedade brasileira o Sistema de Informação de Mortalidade – SIM em 2014 aponta que quando as causas de morte de causas definidas estavam em maior número por doenças do aparelho circulatório representado pelo percentual de 36,3%, depois pelo percentual de 18,6% para neoplasias e seguida do percentual de 18,6% de doenças do aparelho respiratório.

Neste sentido, as condições ambientais também se apresentam neste relatório de condições de vida da população brasileira. E dentro dos grupos específicos, apresenta-se as condições de acesso aos serviços básicos nos domicílios que residem crianças de 0 a 4 anos nas grandes regiões, conforme demonstra a Figura 04 a seguir:

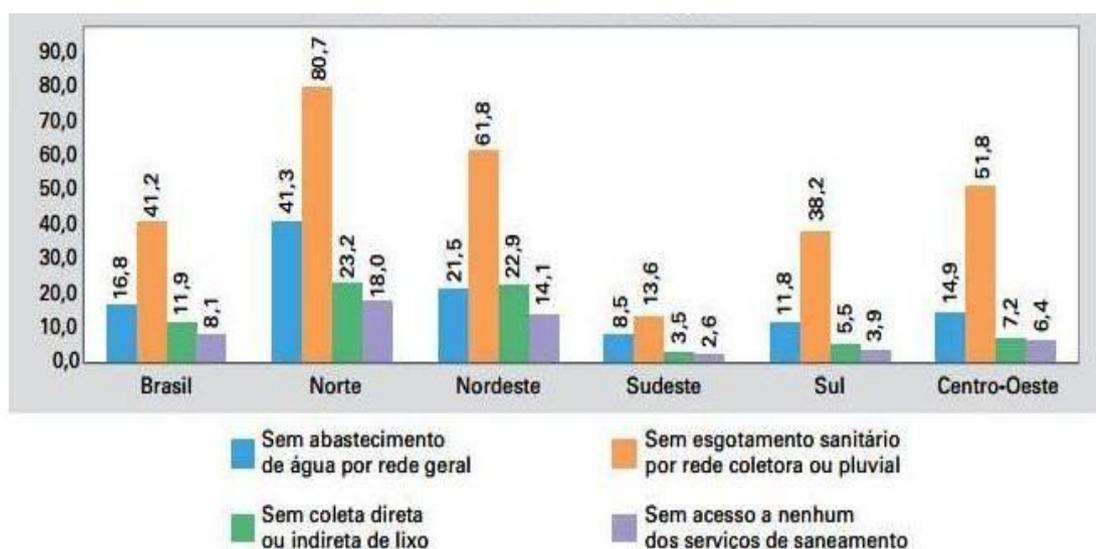


Figura 04: Proporção de crianças até 4 anos de idade sem acesso a serviços de saneamento básico por domicílio.

Fonte: Dados obtidos no documento “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016”, (IBGE, 2016)

Os dados apresentados divulgados pelo IBGE (2016) são a respeito da proporção de crianças de 0 a 4 anos de idade que residem em domicílio brasileiros, onde na média nacional nota-se o percentual de quem não possui acesso ao abastecimento de água por rede geral é de 16,8%, crianças que não possui acesso ao serviço de esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial é de 41,2%, para crianças em domicílios a falta de acesso a coleta direta e indireta de lixo o percentual é de 11,9% e ainda para aquelas que não possuem acesso a nenhum desses serviços o percentual é de 8,1%.

Dentre os dados alarmantes, temos os valores obtidos na região norte, a qual possui os maiores percentuais em todos os quesitos no comparativos com as demais regiões, estando muito acima da média nacional, principalmente, no percentual correspondente crianças que residem em domicílios que não possuem nenhum tipo de serviço de saneamento. Portanto, a proporção de crianças em domicílios na região que não possui acesso ao abastecimento de água por rede geral é de 41,3%, para crianças que não possui acesso ao serviço de esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial é de 80,7%, crianças em domicílio com a falta de acesso a coleta direta e indireta de lixo o percentual é de 23,2% e também as crianças em domicílios que não possuem acesso a nenhum desses serviços o percentual é de 18%.

Quanto aos aspectos de segurança alimentar para este mesmo grupo de idade, a Figura 05 apresentada a seguir aponta dados obtidos pela pesquisa do IBGE (2016) por grupos de idade, sexo, cor ou raça e zonas de localização dos domicílios:

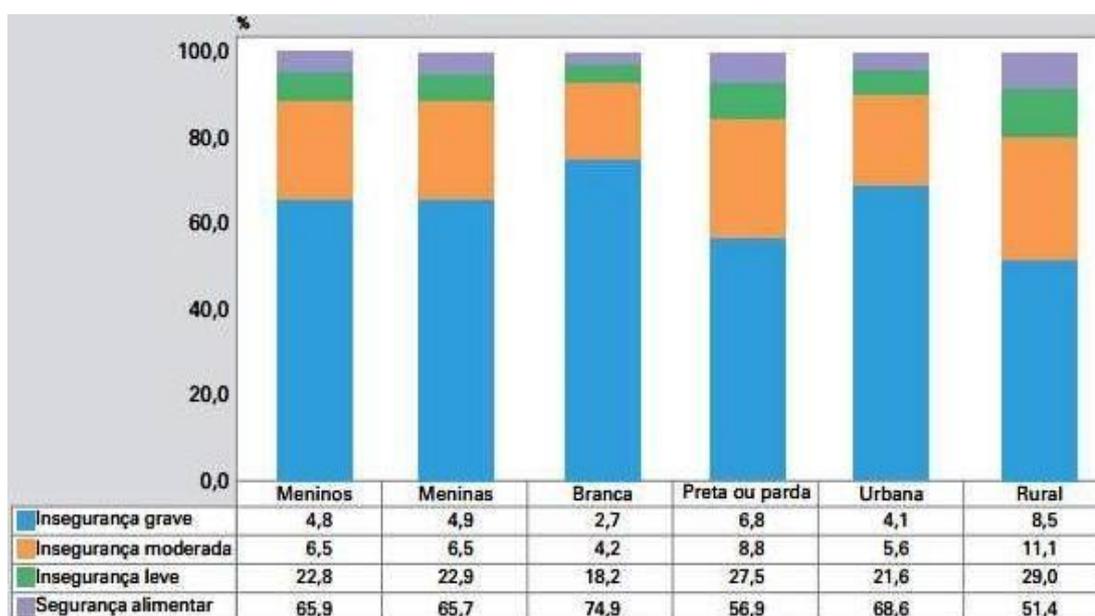


Figura 05: Segurança alimentar de crianças até 4 anos de idade por domicílio

Fonte: Dados obtidos no documento “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016”, (IBGE, 2016)

Conforme os dados da figura 05 o IBGE (2016) indica que na proporção de cor ou raça, as crianças pretas ou pardas são as que mais residem em domicílios com insegurança alimentar correspondem ao percentual de 43,1% somando todos os graus pesquisados. Obtendo uma diferença pequena no quesito por sexo no somatório o total é 34,1% de meninos em insegurança alimentar e 34,3% de meninas em situação de insegurança alimentar. Quanto à situação do domicílio, os valores somados de todos os graus pesquisados apontam que o maior número de crianças em situação de insegurança alimentar reside em domicílios rurais com a somatória do percentual igual 48,6% das crianças. Nestes aspectos, percebe-se que no grau de insegurança alimentar grave as crianças que residem em domicílios rurais representam 8,5% do valor obtido na pesquisa, sendo mais que o dobro de crianças que residem em domicílios urbanos estando estas representadas pelo percentual de 4,1%.

Estes dados dizem respeito a segurança alimentar, para obter os valores que demonstram a realidade de crianças em situação de insegurança familiar. Segundo o IBGE (2016) no Brasil, tem-se este indicador como um dos maiores responsáveis pela mortalidade no grupo de crianças e adolescentes.

Para tanto, entende-se por:

- Segurança Alimentar - acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. E sequer se sentiam na iminência de sofrer restrição no futuro próximo;
- Insegurança Alimentar Leve – preocupação ou incerteza quanto à disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas;
- Insegurança Alimentar Moderada – redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos;
- Insegurança Alimentar Grave - redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; fome.

Estes conceitos foram base para o IBGE por meio do Suplemento de Segurança Alimentar realizada pela PNAD 2013. Neste sentido, vale esclarecer que os graus perguntados na pesquisa de acordo com a percepção das famílias quanto ao acesso aos alimentos são preocupações pertinentes, pois a redução deste indicador influencia diretamente no indicador de mortalidade infantil. E mesmo com os valores de segurança alimentar apresentada na figura 06, sabe-se que crianças estão

dentro do grupo mais vulneráveis, e, portanto, se faz necessário não apenas a redução, mas a erradicação.

Outro dado importante no relatório do IBGE diz respeito ao grupo de crianças e adolescentes entre 10 e 13 anos de idade que estão em situação de trabalho infantil. O grupo etário de crianças e adolescentes entre 10 e 13 anos de idade que estão em situação de trabalho infantil, segundo os dados do IBGE (2016) representados na figura por região, houve uma redução significativa desde o ano de 2005 ao ano da pesquisa em 2015. Percebe-se que no Brasil em 2005 haviam 9,5% de crianças e adolescente na faixa etária de 10 a 13 anos de idade nesta condição e chegando no ano de 2015 com o percentual de 2,7%. Considerando a diminuição dos percentuais pela pesquisa, o ano de 2014 em todas as regiões e zonas tem um aumento em relação aos anos anteriores, voltando a ser reduzidos no ano de 2015.

No comparativo entre as grandes regiões, dos anos de 2005 a 2009 a região do Nordeste liderava em relação ao grupo etário em situação de trabalho infantil, seguido da região norte, entretanto percebe-se que do ano de 2011 a 2015 é a região norte que passa a liderar os resultados de crianças e adolescentes de 10 a 13 anos de idade em situação de trabalho infantil. Quanto a domicílios, as crianças que residem na zona rural ainda são desde 2005 as que mais estão submetidas ao trabalho infantil com o percentual 26,9% no ano de início da pesquisa e em 2015 com o percentual de 8,0%. Fato que ainda exige atenção, pois a erradicação do trabalho infantil contribui para o bem estar não só do grupo etário em questão como para o convívio da família se obtiverem melhor condição de vida.

O que diz respeito a taxa de homicídios em diferentes grupos etários da população brasileira, os dados do relatório do IBGE (2016) são representados pela Figura 06 a seguir a respeito da taxa de homicídios por arma de fogo a cada 100 mil habitantes no que tange os grupos etários:

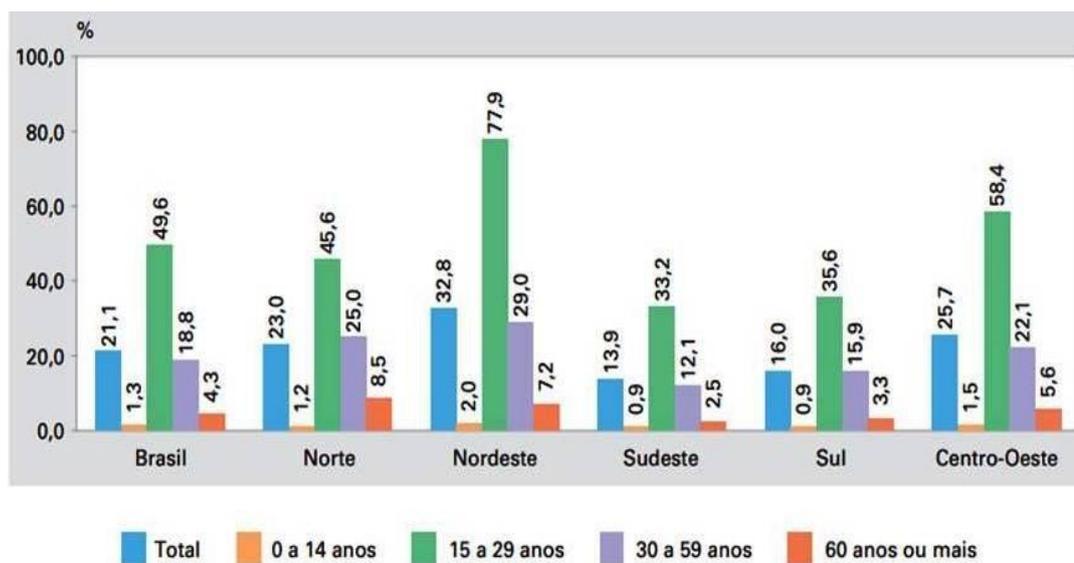


Figura 06: Taxa de homicídio por arma de fogo a cada 100 mil habitantes por grupos de idade
Fonte: Dados obtidos no documento “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016”, (IBGE, 2016)

Os dados representados pela figura 06 apontam que o grupo etário mais atingido pela violência cometido através de homicídios por arma de fogo a cada 100 mil habitantes são os de 15 a 29 anos de idade. Na média nacional, o Brasil apresenta o total de 21,1% de homicídios por arma de fogo a cada 100 mil habitantes, com o maior percentual de 49,6%. Dentro as regiões, os maiores valores são encontrados no nordeste que lidera com o total de 32,8% de homicídios por arma de fogo a cada 100 mil habitantes com maior percentual de 77,9% no grupo etário de 15 a 29 anos, seguido da região centro-oeste com o total de 25,7 % de homicídios e maior percentual de 58,4%, também no grupo etário entre 15 a 29 anos de idade a região norte apresentou o total de 23,0% com o maior percentual de 45,8% de homicídios por arma de fogo a cada cem mil habitantes no grupo etário de 15 a 29 anos de idade.

Quanto aos dados de acesso à educação, buscou-se através do IBGE (2016) apresentar em resumo a taxa de frequência dos grupos etários de 0 a 17 anos de idade, entende-se que a mesma é organizada em dois níveis, sendo básica e superior, onde “a educação básica, por sua vez, divide-se em três níveis: educação infantil, que compreende formalmente a faixa de 0 a 5 anos de idade; ensino fundamental, de 6 a 14 anos de idade; e ensino médio, de 15 a 17 anos de idade”. (IBGE, 2016, s.p). Conforme a figura 07 a seguir:

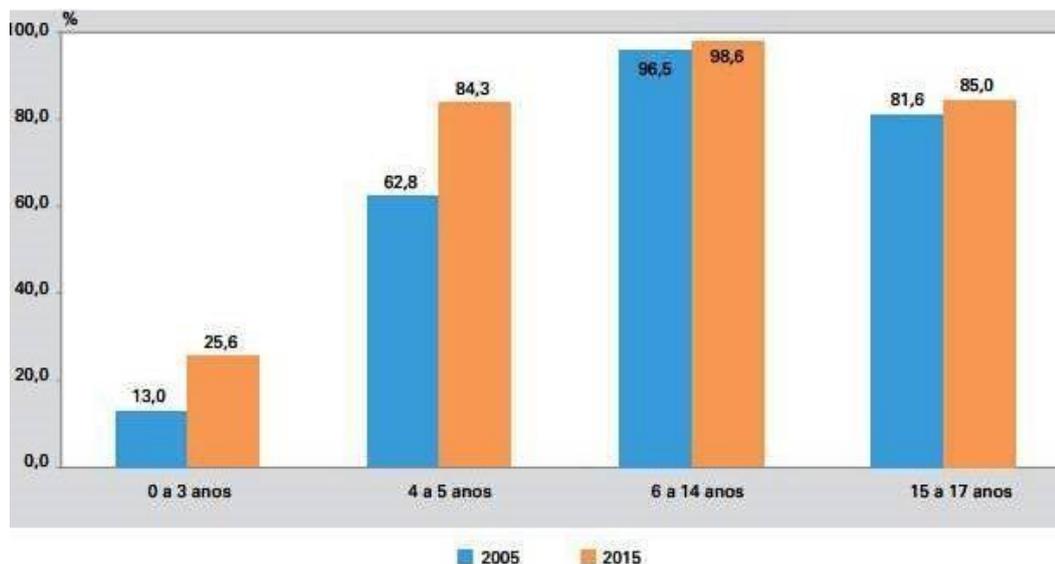


Figura 07: Taxa bruta do acesso à escola em grupos de idade por domicílio

Fonte: Dados obtidos no documento “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016”, (IBGE, 2016)

Conforme os dados da figura 07 a taxa bruta do acesso a escola por grupos etários aumentou entre os anos de 2005 a 2015. No grupo etário de 0 a 3 anos de idade houve um acréscimo de 12,6% no acesso a escola, enquanto no grupo etário de 4 a 5 anos de idade houve aumento de 21,5% e para os demais grupos etários mantiveram-se os percentuais aproximados. Sendo no grupo etário em 2005 o percentual foi de 96,5% com acesso a escola e em 2015 o percentual foi de 98,5% e para o grupo etário de 15 a 17 anos no ano de 2005 o percentual foi de 81,6% e para o ano de 2015 o valor atingiu o percentual de 85,0%.

O IBGE (2016) afirma que os dados obtidos ao longo dos dez anos pelo PNAD demonstram que houve melhoras quanto a desigualdade no acesso a educação básica. O qual também prossegue em afirmar que a oferta obrigatória de educação infantil para crianças a partir de 4 anos de idade melhorou o resultado.

Quanto a educação de nível superior, sabe-se que a conclusão da educação infantil é requisito para ingressar no ensino superior, e precisa considerar as particularidades. Neste sentido o IBGE (2016) divulgou dados representados pela Figura 08. A pretensão de demonstração é apresentar qual a situação do Brasil em relação ao acesso ao ensino superior. Para este dado considera-se o grupo etário de 18 a 24 anos, além do sexo, cor ou raça nas pesquisas realizadas entre os anos de 2005 a 2015, conforme se verá a seguir:

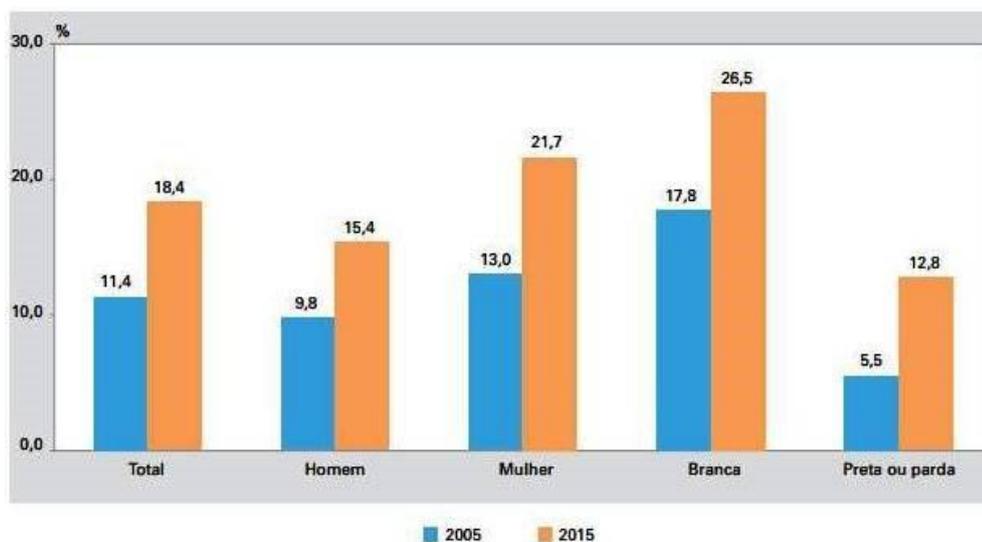


Figura 08: Taxa líquida de frequência no ensino superior por população de 18 a 24 anos de idade
Fonte: Dados obtidos no documento “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016”, (IBGE, 2016)

A figura 08 corresponde a taxa de frequência no ensino superior no grupo etário de 18 a 24 anos entre os anos de 2005 a 2015. O total da média nacional aponta que no ano de 2005 o percentual para este grupo etário era de 11,4% e para o ano de 2015 houve um acréscimo representado pelo percentual de 18,4%. Dados o valor por sexo aferiu-se que nos últimos dez anos houve um aumento significativo para as mulheres que em 2005 eram representadas pelo percentual de 13% e em 2015 obteve um percentual de 21,7% de mulheres frequentando o ensino superior.

No item entre cor ou raça, ainda há uma disparidade relevante ao acesso do ensino superior. Têm-se os dados que no ano de 2005 a diferença entre pessoas declaradas brancas era de três vezes maior do que as pessoas declaradas pretas ou pardas que frequentavam o ensino superior. Apesar da redução na disparidade no ano de 2015 a respeito do item por cor ou raça ainda há uma grande diferença. Sendo assim no ano de 2015 o percentual de pessoas declaradas brancas foi de 26,5% valor um pouco mais de duas vezes maior que o percentual de 12,8% de pessoas declaradas pretas ou pardas que frequentam o ensino superior.

Das características apresentadas pelo IBGE (2016) quanto à distribuição de renda entre a população brasileira por meio da PNAD. Os dados foram obtidos através do índice de Gini, qual segundo Salama e Valier (1997) é o indicador de desigualdade mais conhecido e baseia principalmente os dados divulgados pelo Banco Mundial, que vai de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 (um) maior é compreendida a desigualdade.

O percentual de distribuição de renda mensal de pessoas com 15 anos ou mais oscila entre os anos pesquisados e decaí. Para os dados nacionais, a distribuição de renda no ano de 2005 era de 0,548 segundo o índice Gini e para o ano de 2015 este índice caiu para 0,491 a qual demonstrou uma redução significativa no território brasileiro.

O Brasil está entre os países com maior índice de desigualdade na distribuição de renda. Onde a pobreza tem impacto significativo nas relações sociais da população, seria ela uma das expressões da questão social, presente em todas as regiões do território brasileiro. A condição de degradação é histórica, presenciada no cotidiano, vivenciada pelas classes subalternas e inúmeros grupos chamados minoritários que reivindicam melhorias no acesso aos bens e serviços para garantia da cidadania plena. Para Yazbek (2001, p.35):

A pobreza é parte de nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade.

Os dados apresentados ao longo desta caracterização das condições de vida da população brasileira reforçam os impactos vivenciados no cotidiano, não apenas com a ausência ou baixa de renda, mas quando as necessidades não satisfeitas agravam a debilidade em sobreviver. A autora Yazbek (2001) descreve os impactos da pobreza na experiência diária de quem a vive e a ela resiste, pois fica claro que os relatórios oficiais apresentam estatísticas que aparentemente demonstram melhorias nas condições vivenciadas, e mesmo havendo redução da desigualdade, melhoria em comparação aos anos anteriores é notável a insuficiência para superação da pobreza.

Temos por exemplo as regiões Nordeste e Norte que respectivamente são as regiões mais afetadas pela pobreza, a contextualização dos dados do IBGE corresponde ao pouco desenvolvimento humano, ainda que o crescimento econômico aconteça. Fato que se torna contraditório aos princípios fundamentais estabelecidos no artigo 3º da Constituição Federal de 1988, a saber:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Os princípios determinados pela Constituição Federativa têm sofrido inúmeros percalços, considerando que o crescimento econômico de um país, não garante o desenvolvimento social como objetivados. Para um país subdesenvolvido as decisões tomadas, legisladas promovem consequência para a sociedade. Devemos considerar que um país não só possui prioridades econômicas, mas os aspectos políticos e sociais estão inteiramente imbricados

Deste modo, percebe-se que os dados apresentados são indicadores que apontam as condições de vida da população brasileira, onde a região norte está entre as mais pobres do país e apesar de sinalizar a precariedade em determinadas situações percebe-se que são genéricas, resultados superficiais, pois é preciso identificar as particularidades vivenciadas por cada família de acordo com as regiões.

1.3. O retrato da vulnerabilidade social: o contraste entre crescimento e desenvolvimento

A reflexão acerca da pobreza, empobrecimento e também a desigualdade apresentada neste estudo, bem como os dados divulgados em relatórios oficiais baseiam a discussão sobre a realidade da classe subalterna e suas demandas sociais no contexto de um país subdesenvolvido. Este cenário é uma preocupação não só nacional, mas discutida também a nível internacional.

Neste sentido, demonstra-se que o modelo econômico que a sociedade vivencia tem grande preocupação com o crescimento econômico, e seus impactos refletem no modo de vida das pessoas. E por isso, há divergências entre o termo crescimento e desenvolvimento, que em alguns momentos são confundidos e até mesmo tidos como sinônimos.

Dentre muitas concepções ao longo dos anos, inicialmente as ideias eram conduzidas apenas por ideologias liberais, de acordo com Behring (2006) esta concepção liberal tratava-se de priorizar o equilíbrio através do mercado, afirmando

que este era suficiente para equilibrar as relações sociais, e garantir desta forma a igualdade de oportunidade entre os indivíduos da sociedade.

Assim, a economia se consolidou como centralidade das relações na sociedade, entretanto, como foi apresentado anteriormente a produção e reprodução da exploração agrava a pobreza, bem como banaliza as condições de vida humana, agravando sua experiência diária. Neste sentido, busca-se distinguir o conceito de crescimento e desenvolvimento, onde para Furtado (1983. p.90):

O conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente [...] O conceito de crescimento deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. Esse crescimento não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção, isto é, na forma em que se combinam os fatores no setor produtivo em questão.

Compreende-se através do que foi descrito por Furtado que o desenvolvimento está além do crescimento, tendo em vista que o crescimento diz a respeito a uma vertente estritamente econômica, a reprodução econômica de um determinado lugar. Não sendo capaz de garantir o desenvolvimento humano, o qual seria o termo para dar conta por si só da melhoria da qualidade de vida, das demandas sociais de uma sociedade. Um país pode obter ótimos índices de crescimento econômico sem oferecer condições necessárias para o desenvolvimento humano que possibilite qualidade de vida, e nestes aspectos padecem em condições desumanas para sobreviver.

Na mensuração do crescimento econômico usa-se o índice do Produto Interno Bruto – PIB que foi muito utilizado para caracterizar determinadas regiões, entretanto, o resultado era considerado insuficiente partindo da lógica que a economia é uma face da sociedade e não consegue mensurar outras questões. De acordo com Farias e Bezerra (2016) o PIB é obtido por meio do somatório de produtos e serviços finais realizado em determinada localidade em certo período de tempo. Desta maneira, o PIB mensura crescimento econômico através do acréscimo na produção de bens e serviços, o que por consequência aumenta o consumo dessa produção.

Pensando na mensuração destes dados, Matos e Rovella (2010) assinalam que houve a necessidade de desenvolver um novo índice que pudesse dar conta de mensurar o desenvolvimento humano, portanto, tem-se desde a década de 1990 o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Este indicador é realizado por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD objetivam resumir o progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde, oferecendo um contraponto ao PIB *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. (PNUD, 2015)

Para tanto,

O desenvolvimento significa alargar as escolhas humanas atribuindo maior destaque à riqueza das vidas humanas, e não, de forma redutora, à riqueza das economias. O trabalho constitui uma base fundamental tanto para a riqueza das economias como para a riqueza das pessoas, mas a tendência tem sido conceptualizar o trabalho em termos econômicos e não em termos de desenvolvimento humano. O Relatório do Desenvolvimento Humano 2015 vai além dessa convenção e associa diretamente o trabalho à riqueza das vidas humanas.

O conceito de desenvolvimento na concepção do PNUD demonstra que a prioridade é a qualidade de vida humana, portanto, não se dá ênfase ao crescimento econômico. A promoção de priorizar as riquezas humanas tem relacionado o trabalho como o grande motivador, incentivador do desenvolvimento humano. Fato que explica o texto do último relatório de desenvolvimento humano traduzido para o idioma português do ano de 2015 com o tema “trabalho como motor do desenvolvimento humano”.

As dimensões trabalhadas no cerne do Desenvolvimento Humano, de forma que se concebe a organização em dois sentidos: 1) Busca reforçar efetivamente as capacidades humanas – Vida longa e saudável; conhecimento; além do nível de vida digno. As dimensões buscam também 2). Criar condições para o desenvolvimento humano – através da Participação na vida política e comunitária; Sustentabilidade ambiental; Direitos Humanos e Segurança; Promover a igualdade e a justiça social.

Quanto ao trabalho, a concepção do PNUD (2015) é o de considerá-lo como um fator de valor social, onde não se limita em proporcionar benefícios individuais, antes possibilita o cumprimento de objetivos coletivos em comum. Assim, “os trabalhadores podem também estabelecer laços econômicos e sociais e reforçar a

confiança nos outros e nas instituições, o que também consolida a coesão social”. (PNUD, 2015, p. 42)

Neste sentido, é possível observar que tanto as dimensões do desenvolvimento humano como o entendimento do trabalho, bem como o seu valor social descritos pelo relatório do PNUD 2015 se assemelham ao Art. 1º instituídos na Constituição Federal de 1988 do Brasil, a qual contempla como fundamentos: “I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político”.

Vale ressaltar que o indicador do IDH é verificado também a nível nacional para que possa identificar o desenvolvimento humano nas regiões, portanto, são divididos em faixas de desenvolvimento. Neste sentido, têm-se os valores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM divulgado por meio do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2013 em uma parceria entre o PNUD e IPEA, dados que contribuíram para o relatório do Desenvolvimento Humano das macrorregiões brasileiras em 2016 divulgado pelo IPEA. A leitura para as faixas IDHM é representada pela Figura 09 a seguir:

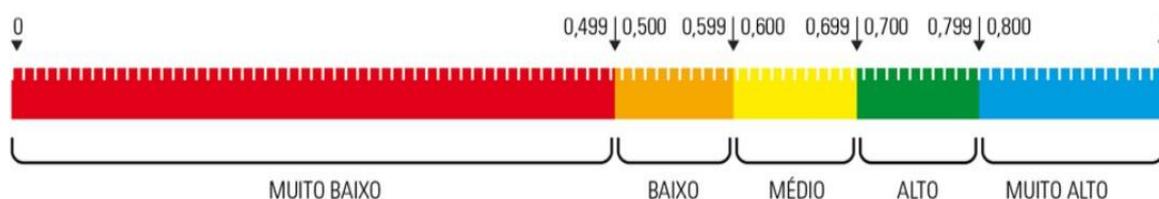


Figura 09: Faixas para leitura do Desenvolvimento Humano – IDHM Brasil
 Fonte: Dados obtidos no Atlas do Desenvolvimento Humano por municípios (PNUD, 2013)

Conforme a figura 09 apresentada, lê-se a faixa muito baixo desenvolvimento humano de valores entre 0 a 0,499; Baixo desenvolvimento humano quando os valores são de 0,500 até 0,599; Médio desenvolvimento humano quando os valores estão de 0,600 até 0,699; Alto desenvolvimento humano para valores de 0,700 até 0,799 e por fim lê-se Muito Alto desenvolvimento humano quando encontra-se valores de 0,800 até 1.

Em consonância com o PNUD (2013) o IDHM possui três subíndices que auxiliam na mensuração do desenvolvimento humano das regiões, a saber, o IDHM

Educação, IDHM Longevidade e IDHM Renda podendo estes ser lidos através da faixa de valor entre 0 a 1 quanto mais aproximado de 1, maior é considerado o IDH.

Nos últimos anos, o IPEA e o PNUD realizaram as pesquisas que mostraram um comparativo dos últimos IDHM realizados nos anos de 1991, 2000 e 2010. Os resultados constaram que as regiões obtiveram mudanças, e desta maneira contextualizadas a evolução a cada dez anos como podemos identificar pela ilustração da Figura 10 a seguir:

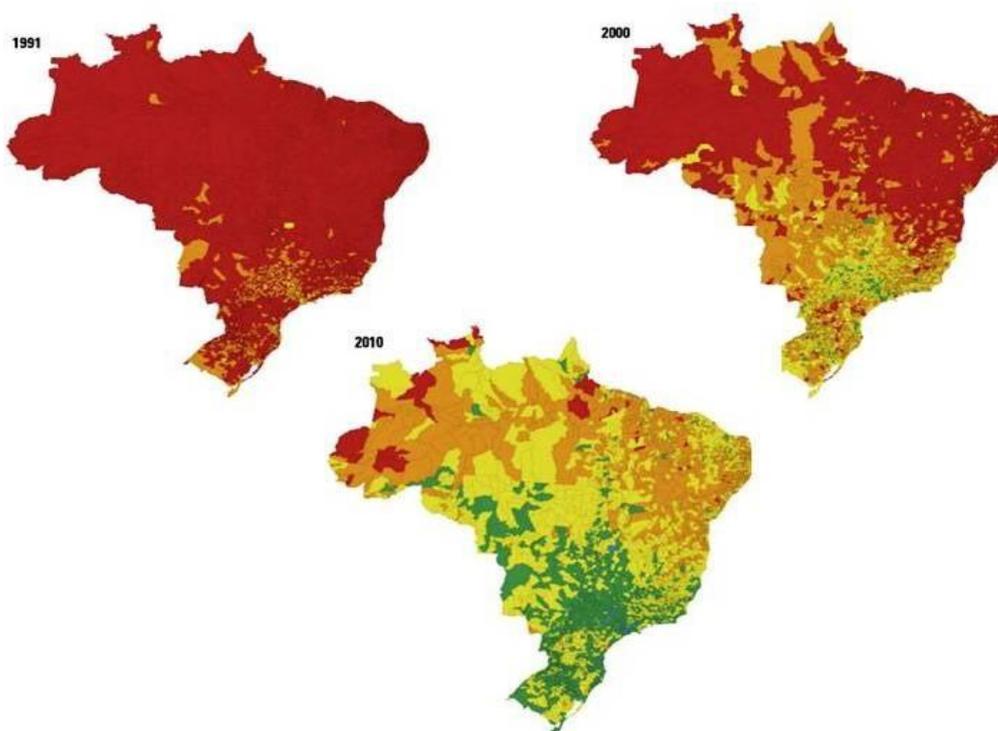


Figura 10: Comparativo dos últimos IDHM brasileiros

Fonte: Dados obtidos no Atlas do Desenvolvimento Humano por municípios (PNUD, 2013)

Conforme a figura 10 nas representações por cores, percebe-se pela ilustração que as áreas de cores avermelhadas são os 4.777 municípios correspondentes ao percentual de 85,8% na situação de Muito Baixo desenvolvimento humano (0 até 0,499) situação predominante no território brasileiro ano de 1991, seguido de 745 municípios e percentual de 13,4% que encontravam-se em situação de baixo desenvolvimento humano (0,500 até 0,599) representados pela cor laranja, e apenas 43 municípios com percentual de 0,8% em situação de médio desenvolvimento

humano (0,600 até 0,699) representada pela cor amarela. Não houve nenhum município brasileiro em situação de alto e muito alto desenvolvimento.

Nos anos seguintes que foram realizadas as pesquisas o PNUD (2013) informa que houve melhoras significativas nos municípios, bem como nas regiões. Em um salto de vinte anos, no ano de 2010 o Brasil possuía 40 municípios em situação de muito alto desenvolvimento, ou seja, acima de 0,800 correspondente ao percentual de 0,8% representados pela cor azul, também apresentou 1.889 municípios e o percentual de 39% que se encontrava em situação de alto desenvolvimento humano representado pela cor verde, houve melhoras também para 2.233 municípios com o percentual de 40,1% em situação de médio desenvolvimento. Na faixa de baixo desenvolvimento houve 1.367 municípios correspondentes ao percentual de 24,6%, esse acréscimo foi explicado pela diminuição na faixa de muito baixo desenvolvimento que no mesmo ano da pesquisa com o percentual de 0,6% correspondia a 32 municípios.

Os valores publicados no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil foram base para o Relatório do IDH nas macrorregiões brasileiras (IPEA, 2016). Portanto, dando ênfase ao detalhamento dos resultados para a região norte do Brasil tem-se sobre os anos de 1991 a 2010 valores positivos, onde houve significativas melhoras conforme apresentado na Figura 11 a seguir:

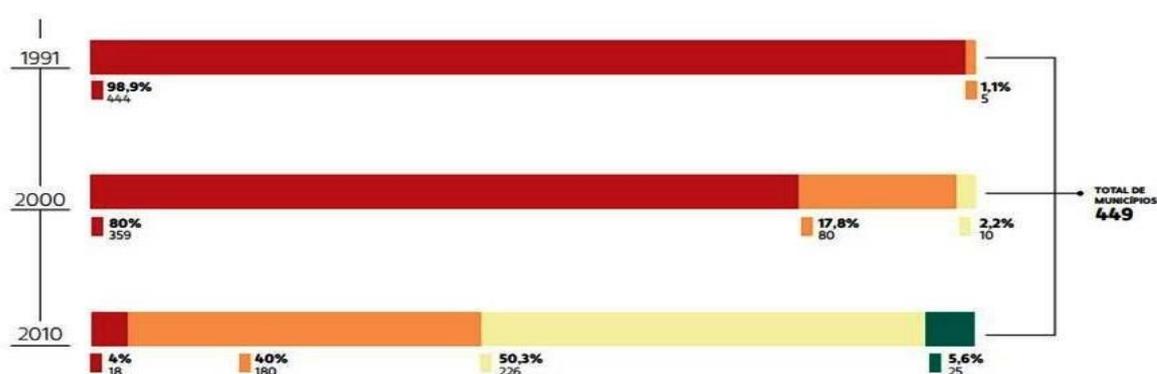


Figura 11: Comparativo dos últimos IDHM brasileiros na Região Norte
Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano nas macrorregiões brasileiras (IPEA, 2016)

Conforme a representação da Figura 11 para os 449 municípios da região norte no ano de 1991 possuía 444 municípios e percentual de 98,9% em situação de muito baixo desenvolvimento humano, e apenas 5 municípios e percentual de 1,1% em situação baixo desenvolvimento humano. No ano de 2000 o IDH obteve melhoras na

região, onde havia 359 municípios e percentual de 80% em situação de Muito baixo desenvolvimento humano, seguidos de 80 municípios representados pelo percentual de 17,8% em situação de Baixo desenvolvimento e já apresentando 10 municípios e percentual de 2,2% em situação de Médio desenvolvimento. Nos anos de 1991 e 2000 a região não possuía nenhum município nas faixas de Alto ou Muito Alto Desenvolvimento Humano.

Segundo os dados apresentados pelo IPEA (2016) foi somente no ano de 2010 que a região norte apresentou significativas mudanças no desenvolvimento da população. Apresentando, portanto, havia o ano da pesquisa 25 municípios representados pelo percentual de 5,6% em situação de Alto desenvolvimento, 226 municípios e percentual de 50,3% em médio desenvolvimento, 180 municípios e percentual de 40% em situação de baixo desenvolvimento, 18 municípios e percentual de 4% em situação de muito baixo desenvolvimento humano.

Para estes resultados tanto o PNUD (2013) quanto o IPEA (2016) se basearam nos subíndices investigados pelo IDH que centra em três dimensões, a saber, Educação, Renda e Longevidade. Para os aspectos brasileiros a faixa dos subíndices do IDHM a respeito dos anos de 1991, 2000 e 2010 são representados pela Figura 12 a seguir:

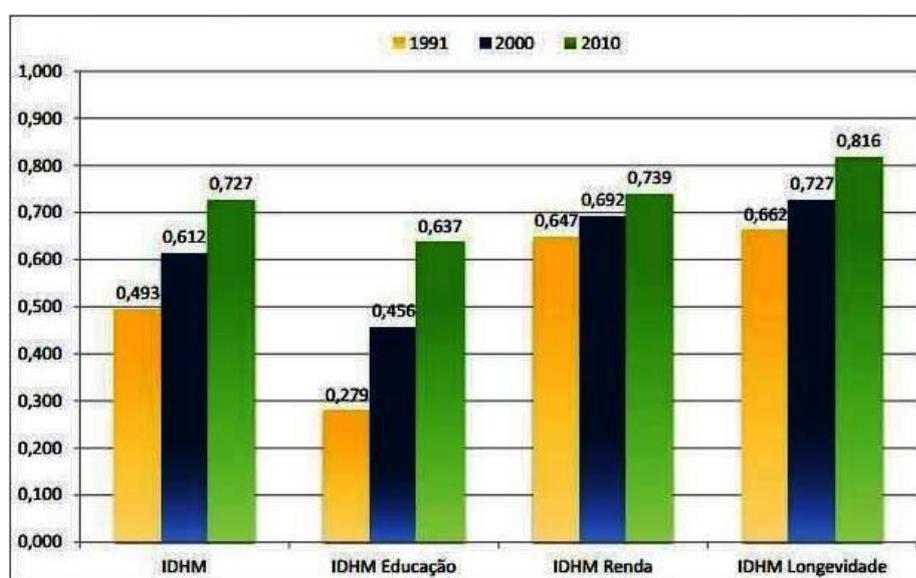


Figura 12: Comparativo dos últimos anos: Subíndices de IDHM brasileiros

Fonte: Dados obtidos no Atlas do Desenvolvimento Humano por municípios (PNUD,

Em consonância com os dados apresentados pelo PNUD (2013) o IDHM brasileiro obteve um salto nas últimas duas décadas da pesquisa saindo de situação muito baixo desenvolvimento no ano de 1991 com IDH de 0,493 estando em 2010 com IDH de 0,727 em situação de Alto Desenvolvimento Humano, uma faixa considerada positiva. Para o detalhamento dos subíndices no comparativo dentre os anos de 1991 a 2010 também houve melhoras.

Assim, para o Subíndice de Educação o PNUD (2013) divulgou que o IDHM Educação saiu de 0,279 em 1991 e saltou para 0,637 no ano de 2010 estando na faixa de Médio desenvolvimento. É considerado como o IDHM mais promissor dentre os subíndices, apesar de não ter contribuído na somatória final, mas há credibilidade por possuir o maior Hiato, o qual corresponde ao valor que falta para chegar em 1, ou seja, é o que crescer mais e com possibilidade maior de saltar entre as faixas.

Esta dimensão indica através de percentuais que no ano de 2010 o subíndice de Escolaridade da população adulta (18 anos ou mais) com ensino fundamental completo é de 54,9 e IDHM 0,549; Para o subíndice de escolarização na população jovem o IDHM foi de 0,686 e os percentuais são de: 91,1% de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola; 84,9% de crianças de 11 a 13 frequentando os anos finais do ensino fundamental; 57,2% de adolescentes e jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; 41,0% de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. Considerada nestes aspectos que foi a dimensão que mais avançou nos últimos anos.

A dimensão de Renda também apresenta uma melhora, sendo que a ilustração representa o IDHM em 1991 de 0,647 e a renda *per capita* de R\$447,56 o que aponta a situação de médio desenvolvimento, e em 2010 o IDHM foi de 0,739 e a renda *per capita* de R\$793,87. Estes valores indicam um crescimento de 14% durante o período pesquisado, onde 73% dos municípios obtiveram crescimentos superiores à média nacional, e, portanto, esta dimensão esta na faixa de Alto desenvolvimento até o ano pesquisado. (PNUD, 2013)

Este subíndice corrobora para a concepção sobre o trabalho que este “aumenta o rendimento e reduz a pobreza não só diminui as desigualdades como pode mitigar tensões sociais, ao mesmo tempo em que o rendimento do trabalho pode ser tributado a fim de gerar recursos para o desenvolvimento humano”. (PNUD, 2015, p. 42)

Para a dimensão de Longevidade que também identifica a esperança de vida ao nascer tem-se que no ano de 1991 o IDHM foi de 0,662 representado pelo percentual de 64,7% no território brasileiro estando em situação de médio

desenvolvimento e já para o ano de 2010 houve um acréscimo no IDHM, onde foi de 0,816 e percentual de 73,9 de esperança de vida ao nascer deixando este subíndice na faixa de muito alto desenvolvimento. Estes resultados apontam impactos na fecundidade e mortalidade infantil no Brasil, em que demonstram uma queda significativa nas últimas décadas pesquisadas.

Os dados contextualizados neste estudo por meio da divulgação do PNUD e IPEA demonstram melhoria no desenvolvimento humano, o qual demonstra a preocupação pelas populações além da renda produzida, as riquezas econômicas em cada país, região e municípios que seria a mensuração do PIB. Ademais o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (2015) afirma que a nível internacional os resultados são positivos. Entretanto, o IDH é um dos indicadores que podem demonstrar a realidade das populações. E por isso tem-se como outro documento oficial que contribui para sinalizar dados que se contrapõe aos resultados e mudanças de faixas nos municípios brasileiros.

Enquanto os relatórios do IDH demonstram resultados positivos para o desenvolvimento humano há outro documento que busca identificar aos acessos de serviços necessários para a sobrevivência humana em sociedade. Tem-se o Atlas da Vulnerabilidade Social construído a partir dos indicadores do Atlas de Desenvolvimento Humano (ADH) como documento oficial, sua última publicação é do ano de 2015. Segundo o IPEA (2015, p. 12) este tem como principal objetivo mensurar dentre os municípios brasileiros, os quais “o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns ‘ativos’ em áreas do território brasileiro, os quais deveriam, a princípio, estar à disposição de todo cidadão, por força da ação do Estado”.

O IPEA (2015) considera como “ativos” os bens e serviços públicos do território nacional, onde é de responsabilidade do Estado ofertá-los para a sociedade. Neste sentido a falta de acesso é considerada como vulnerabilidades, e são sinalizados por faixas de Índices de Vulnerabilidades Sociais (IVS).

Os municípios são analisados em três dimensões, também podendo ser chamada de subíndices da infraestrutura urbana, o capital humano e por fim a renda e trabalho. O IPEA (2015) também divulgou os dados que vai de 0 (zero) a 1(um), e que quanto mais o índice se aproxima do 1 (um) significa que é maior a vulnerabilidade social, conforme a figura 13 a seguir:

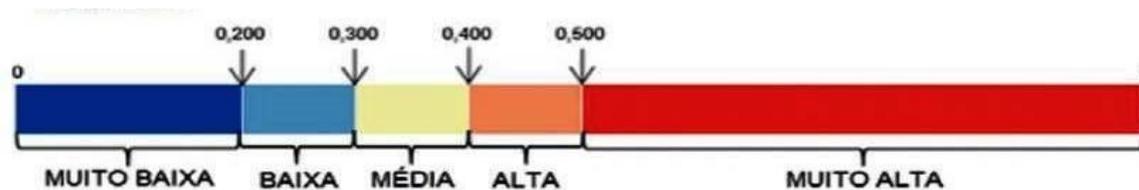


Figura 13: Legenda para o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

Fonte: Dados obtidos no documento “Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros”, (IPEA, 2015)

Para tanto,

Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500 são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social. (Ibidem, p. 18)

As faixas apresentadas acima buscam subsidiar a leitura dos mapas divulgados pelo IPEA, bem como indicar a situação dos municípios brasileiros segundo as macrorregiões. Ainda que as regiões venham apresentando mudanças positivas nos últimos anos, as macrorregiões ainda são muito afetadas pelo baixo Índice de Vulnerabilidade Social, principalmente a região norte do país, a qual é representada no mapa da figura 14 a seguir com o mais baixo IVS entre os anos de 2000 e 2010:

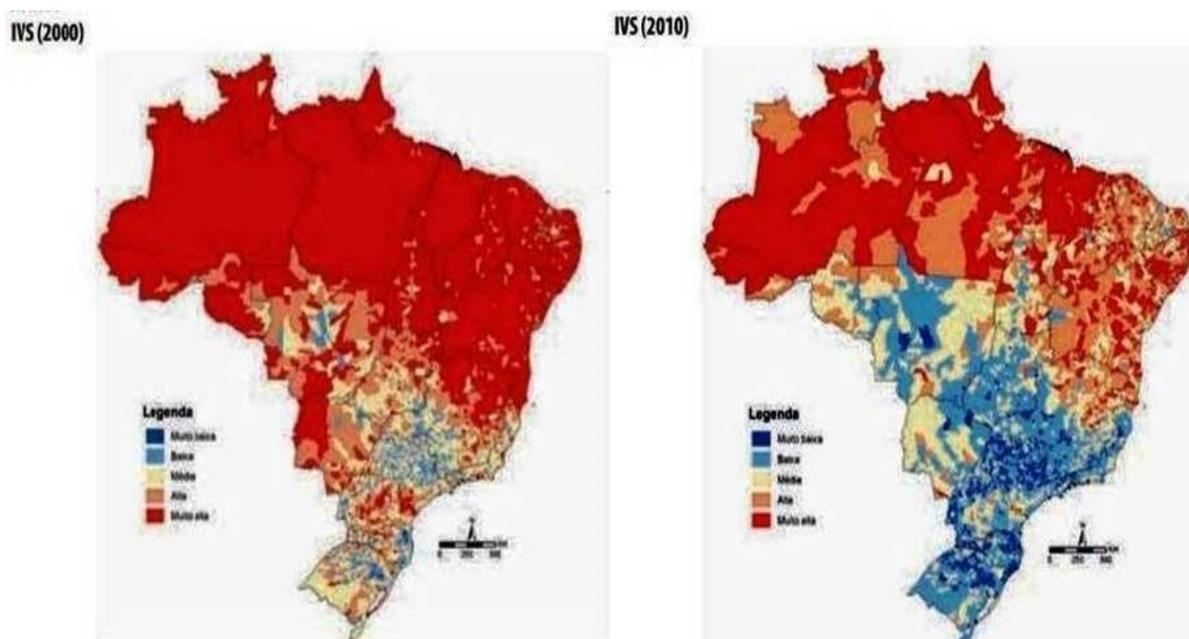


Figura 14: Representação do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) brasileiro das pesquisas dos anos 2000 e 2010

Nos anos 2000 a Região Norte apresentou em seu território condições de Muito Alta Vulnerabilidade Social (entre 0,501 e 1) , conforme indica sua faixa de IVS. Já no ano de 2010 a faixa do IVS passou a sinalizar que alguns municípios apresentaram melhoras que os colocaram como Alta Vulnerabilidade Social (entre 0,401 e 0,500). Uma mudança que torna um país subdesenvolvido como o Brasil ainda mais preocupante, pois em dez anos h indique a região tinha a maior parte do seu território com os valores entre houve pouco acesso aos bens e serviços públicos na região norte. Em comparação as outras macrorregiões, o mapa do IVS indica uma diferença ainda maior, principalmente na região sul e sudeste, que no mapa apresenta condições melhores.

Na última pesquisa divulgada pelo IPEA (2015) com os resultados por macrorregiões no ano de 2010 é possível identificar o quantitativo de municípios brasileiros e suas respectivas faixas de IVS. Um pouco mais detalhado estes resultados evidenciam que a região norte de fato é a mais afetada pela desigualdade social, portanto, em vulnerabilidade social, conforme a figura 15 a seguir:

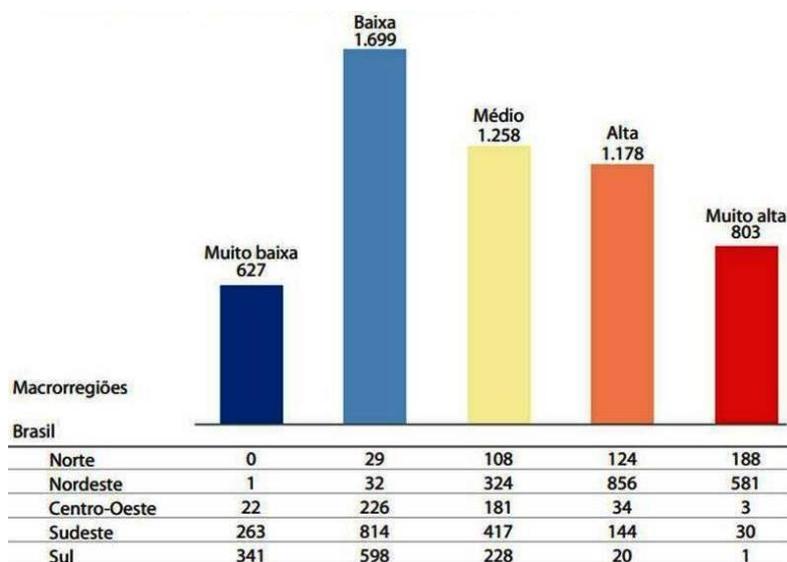


Figura 15: Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) por número de municípios

Fonte: Dados do “Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros”, (IPEA, 2015)

Os números apresentados na figura 15 sinalizam que os municípios da região norte se encontram sem nenhum município em muito baixa vulnerabilidade social, enquanto a maioria dos seus municípios, representado pelo quantitativo de 188, encontram-se na faixa de muito alta vulnerabilidade social. Em contraste temos 341

municípios da região sul em muito baixa vulnerabilidade social e 1 município na faixa de muito alta vulnerabilidade social.

Segundo os dados apresentados pelo IPEA (2015, p.54) existem 41,9% dos municípios da região norte na faixa muito alta vulnerabilidade social, com maior incidência o estado do Amazonas com o percentual de 80,6% seguido do estado do Pará com o percentual de 63,6%. O relatório também sinaliza que dentre as sete capitais da região norte, Belém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco e Macapá estão inclusas no percentual de 24% de municípios em situação de médio IVS, enquanto as capitais Palmas e Boa Vista encontram-se dentre os poucos municípios na faixa de baixa vulnerabilidade social.

Segundo Elias (2010, p.147) “a aceleração da urbanização e crescimento numérico e territorial das cidades estão entre os mais contundentes impactos do processo de globalização econômica”. O pensamento da autora indica que esta aceleração urbana é uma das principais consequências dos padrões capitalista de gerar a sociedade através da acumulação do capital. E os impactos na organização, dinâmica e paisagem de cada território são de acordo com o contexto histórico destes mesmos municípios, pois segundo a autora este processo intenso de urbanização modificou o espaço geográfico, bem como transformou o modo de vida da população.

Conforme Furtado (1983) o desenvolvimento de determinadas localidades não é a mesma coisa que crescimento econômico, de igual modo os municípios possuem suas particularidades. Para tanto, a região norte que vivenciou um processo de ocupação diferenciado das demais regiões, teve um processo tardio como já sinalizado por Arretche (2015), em um país subdesenvolvido também é mais impactada pela ausência de equipamentos, bens e serviços importantes para que a população possa conduzir seu cotidiano em melhores condições de vida.

Dentre as dimensões investigadas pela IPEA (2015, p.28) está o subíndice de Infraestrutura, esta dimensão é responsável por identificar o acesso, ausência e precarização de coleta de lixo, água e esgoto inadequado, também o tempo gasto no trajeto de casa para o trabalho. Ainda em um comparativo entre os anos de 2000 e 2010 segue o mapa conforme a figura 16:

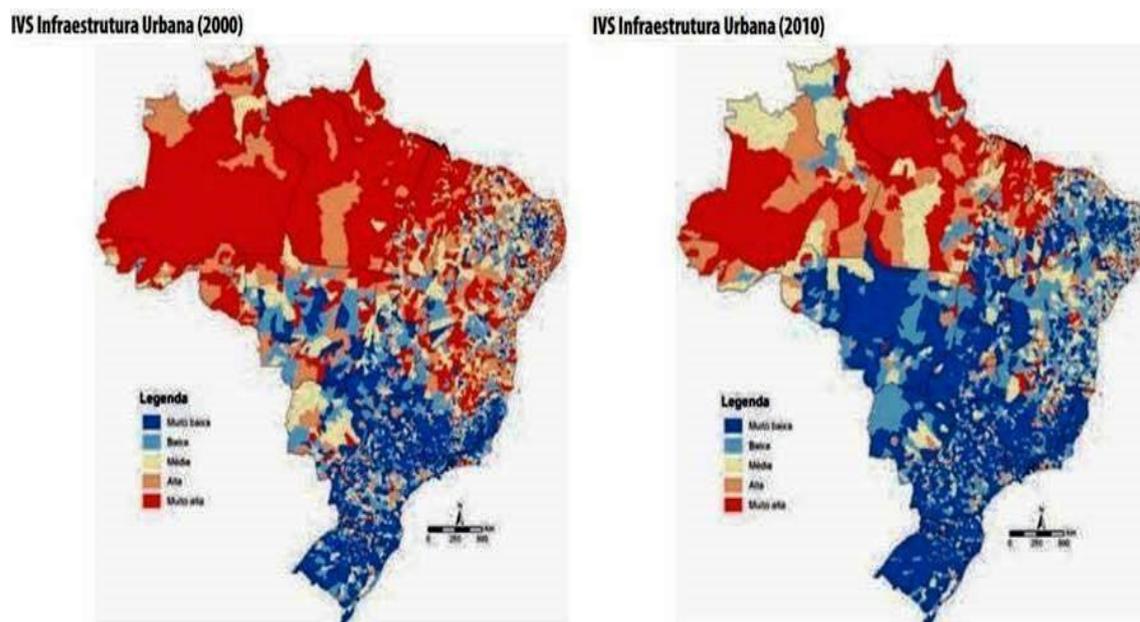


Figura 16: IVS Infraestrutura Urbana dos anos de 2000 e 2010

Fonte: Dados do “Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros”, (IPEA, 2015)

Nesta dimensão, o mapa representado pela figura 16 apresenta novamente uma melhora nas regiões entre os anos 2000 e 2010. Percebe-se que quanto à coleta de lixo, saneamento básico e o transporte nas regiões sul e sudeste possuem melhores condições estando elas em sua maioria na faixa de muito baixa vulnerabilidade social. Se estendendo para as regiões adjacentes no ano de 2010. A Região norte apresentou melhoria a partir do ano de 2000 para a maior parte do seu território ano de 2000 com pouca melhoria uma década depois. Considera-se, portanto, que a região alcançou pouco desenvolvimento, antes apresenta municípios com faixas com alto IVS.

Os indicadores investigados na dimensão de infraestrutura correspondem ao que Elias (2010) chamou de construções de modernos sistemas, tais como tecnologias para meio de transportes, bem como rodovias, portos, aeroportos que pudessem facilitar o momento de globalização do mercado. Como uma das consequências ligadas ao processo produtivo houve a dispersão espacial e produtividade específicas no território nacional, e desta forma a sociedade necessita de melhorias das condições ambientais para sobreviver. A ausência, a precarização ocasiona outras inúmeras consequências que estão relacionadas aos dados já sinalizados neste estudo através do IBGE (2016).

Entretanto, pensar numa sociedade regulada apenas pelo processo industrial é reduzir uma sociedade que já possui outros aspectos, inclusive os mais contemporâneos. Ojima (2010) sinaliza que estas características de aceleração urbana eram comuns ser explicada até a metade século XX para as origens da pobreza e desigualdade social, mas a dinâmica social que vivenciamos hoje carece de um espaço maior para tais discussões, considerando os desafios que fazem interagir a sociedade e seu espaço.

Deve-se considerar as particularidades de cada região, inclusive as regiões banhadas por rios, com poucas ou nenhuma estrada terrestre. A população que moram em municípios banhados pelos rios utilizam meios de transportes fluviais para diversos fins, não apenas para o trabalho, e isso dependerá de cada cultura e até mesmo da necessidade. Desta forma, os resultados do Ipea não deixam claro em que aspectos são de fato pesquisados, fazendo, portanto, considerações generalistas das condições de precarização, acesso e ausências deste ativo.

É importante considerar outro subíndice investigado pelo IPEA (2015) que é o Capital humano, este por sua vez pretende identificar quanto aos aspectos presentes e futuros que determinam a inclusão social dos indivíduos, como a saúde e educação. Para tanto, o Ipea (2015, p.14) incluiu para investigar quanto à “mortalidade infantil, crianças e adolescentes até 14 anos fora da escola, mães precoces, mães chefes de família, baixa escolaridade domiciliar estrutural, e a presença dos jovens que não trabalham e não estudam”

Para tanto, conforme ao mapa apresentado na figura 17 a seguir pode-se identificar o mapa que representa a dimensão do capital humano entre os anos de 2000 e 2010:

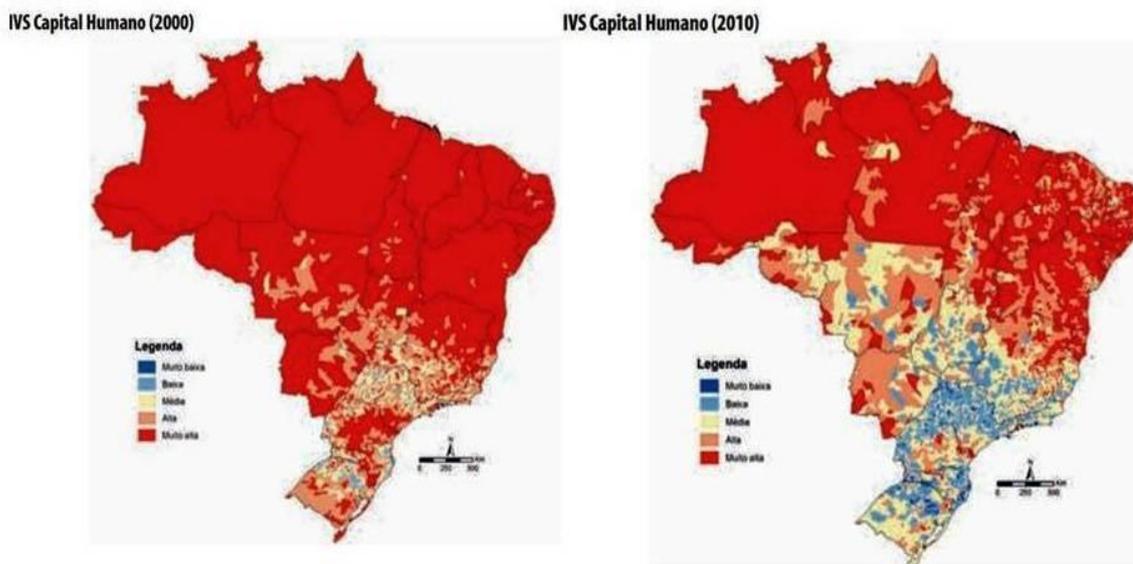


Figura 17: IVS Capital Humano dos anos de 2000 e 2010
Fonte: Dados do “Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros”, (IPEA, 2015)

Os comparativos entre os anos 2000 e 2010 apresentados pelo Ipea conforme a figura 17 indicam que a dimensão de capital humano é que mais acomete os municípios brasileiros com IVS desfavoráveis nas décadas pesquisadas. Nas cores que representam o mapa, percebe-se que ano 2000 a maior parte do território brasileiro está na faixa de muito alta vulnerabilidade social, não diferente da pesquisa no ano de 2010 a maior parte do país ainda está na faixa de muito alta vulnerabilidade social, sendo a região norte a mais atingida.

Esta dimensão que trata do capital humano é um dos maiores desafios de países subdesenvolvidos, como já sinaliza Benaion (2006) são países que estão acometidos de um estado permanente de pobreza, com poucos investimentos em bens e serviços como saúde e educação de qualidade, a qual se torna possibilidade de inclusão da sua população.

Os indicadores que averiguam as condições de mortalidade infantil, crianças e adolescentes fora da escola, mães precoces, mães chefes de família, baixa escolaridade domiciliar estrutural, e a presença dos jovens que não trabalham e não estudam pertencem a discussão feita por Ojima (2010, p.535) a qual indica que existem mudanças “das relações sociais de contextos locais de interação e uma consequente reestruturação do modo de produção e reprodução social”.

Em outras palavras, esta condição de precárias e ausência de atendimento de ativos públicos não está apenas para os considerados miseráveis, mas os

trabalhadores e desempregados fazem parte de uma sociedade brasileira que mesmo nas capitais e municípios melhores desenvolvidos são acometidos por vulnerabilidades sociais.

Não diferente das demais dimensões apresentadas, a renda e trabalho é representada pela figura 18, e se faz importante nos aspectos importante para identificar o quão vulnerável está a população brasileira. Neste sentido o subíndice de renda e trabalho não corresponde apenas a ausência ou insuficiência de renda, mas agrega os aspectos adultos desocupados e/ou ocupados com baixa escolaridade, além de pessoas dependentes financeiramente de idosos e crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. (IPEA, 2015)

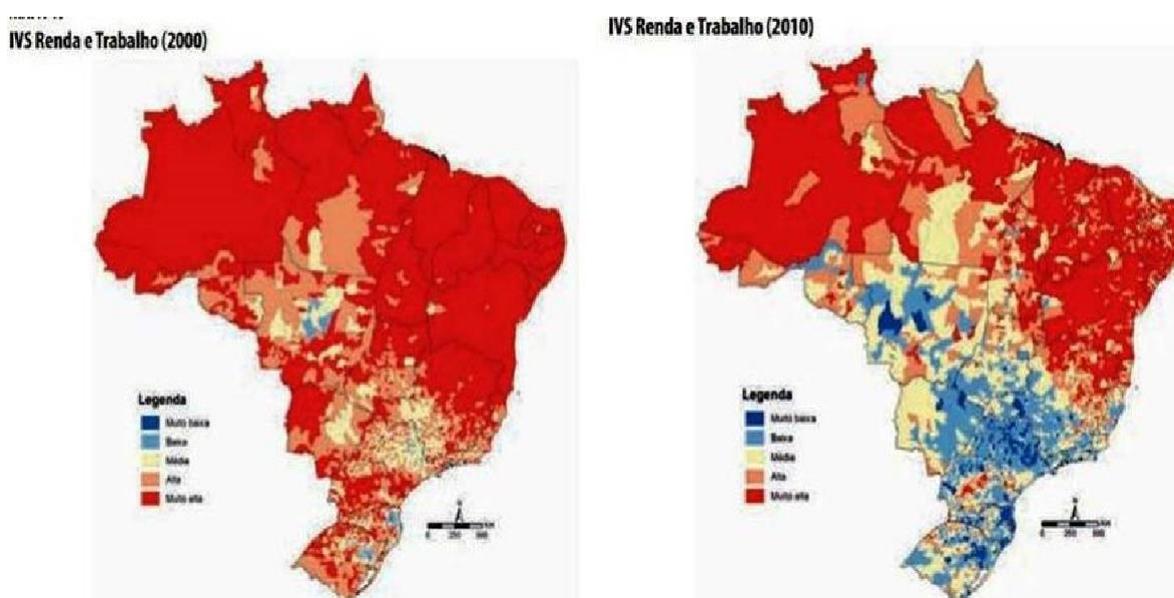


Figura 18: IVS de Renda e Trabalho dos anos de 2000 e 2010

Fonte: Dados do “Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros”, (IPEA,

O mapa comparativo da dimensão de renda e trabalho entre os anos de 2000 e 2010 na figura 19 indica que poucas regiões obtiveram melhores condições nas macrorregiões ao que se refere à dimensão de renda e trabalho. No ano 2000 a pesquisa do Ipea sinalizou que a maioria dos municípios estavam na faixa de muito alta vulnerabilidade social, é o caso da região norte do país. As demais regiões variam entre alta e media vulnerabilidade social, ao longo de uma década percebe-se que novamente houve melhorias no Sul e sudeste alcançando a faixa de baixa vulnerabilidade, ainda que alguns municípios em suas adjacências apresentassem

uma variação entre média e muito baixa vulnerabilidade enquanto as regiões norte e nordeste variassem entre os piores resultados.

De acordo com o IPEA (2015) a região norte apresentou os piores resultados em todos os indicadores investigados entre os anos de 2000 e 2010 quanto ao índice de vulnerabilidade social. Os demais relatórios como IBGE (2016) e até PNUD (2013) que apresenta resultados mais otimistas do desenvolvimento humano apresentam resultados não muito favoráveis para a região. E como antes mencionado há particularidade entre as regiões, e nesta em específico está entre as mais empobrecidas do país. Não apenas para ausência de renda, mas quanto as oportunidades quando se considera que a oferta de equipamentos, ativos ou estruturas que favoreça o cotidiano da população dificulta a superação de condição de desigualdade social.

As políticas públicas têm tentado solucionar este problema através de transferência de renda como mencionado por Cobo (2012) com investimentos altíssimos em países subdesenvolvidos como é o Brasil que produzem alívio sem superação da condição de extrema pobreza. Ou Ainda com Furtado (1983) ressaltando que um país com crescimento econômico não significa sinônimo de desenvolvimento humano, temos ainda Salama e Valier (1997) retratando que pessoas se tornam ainda mais empobrecidas quando não tem acesso as condições essenciais para sobrevivência.

Os dados apresentados por os documentos oficiais neste estudo podem ser considerados aquém dos dados que poderiam ser aprofundados na sociedade. Ainda que se mencione o desenvolvimento, desigualdade, vulnerabilidade, condições de vida e outros indicadores que se considera para analisar os municípios e macrorregiões brasileiras, estas informações são insuficiente quando demonstram estar interligadas ao indicador renda, trabalho e processo produtivo de uma sociedade.

São indicadores com aspectos socioeconômicos que descartam as particularidades em que estas localidades se organizaram, desenvolveram em dinâmicas sociais e políticas. Carecem pesquisas locais que não demonstrem que as regiões de um ponto de vista apenas urbana com padrões que não detalham o modo de ser da população brasileira. Questões agora aberta aos novos desafios e configurações da sociedade brasileira.

Mas são estes indicadores que são trabalhados pelas políticas públicas brasileiras, inclusive a Política de Assistência Social. Esta política é utilizada como principal caminho de enfrentamento à pobreza e possibilidade de desenvolvimento social. Nos próximos capítulos veremos como esta política passa fazer parte da agenda política brasileira, bem como a reflexão sobre a proposta da superação de práticas assistencialistas que são continuam sendo desafio para Assistência Social e seus usuários.

CAPITULO II- O ENFRENTAMENTO À POBREZA A PARTIR DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este segundo capítulo pretende levantar as principais ações da Assistência Social no âmbito da Proteção Social Básica dando foco ao município de Manaus- Amazonas como estratégia de inclusão e desenvolvimento social. Neste sentido, se faz necessário conhecer como se deu este processo na realidade brasileira, momento em que esta política passa a fazer parte da agenda política do Estado propondo-se a superação de sua utilização como práticas assistencialistas para política de direito daqueles que dela necessita, assim como a construção de instrumentos para sua efetivação. Utilizou-se dados de documentos oficiais e legislação políticas da Assistência Social, e também o Relatório de Gestão Anual (2016) divulgado pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos- SEMMASDH.

2.1 A inclusão da Assistência Social na agenda política do Estado

A Assistência Social tal qual está perfilada no âmbito jurídico-normativo do momento contemporâneo vem se propondo de maneira que buscar romper com o assistencialismo e todas as formas de ajuda que imperaram na trajetória da humanidade. Entretanto, no Brasil, a caridade protagonizou as práticas assistenciais arraigadas pelo paternalismo e clientelismo reiterados por muitos anos. E ainda é possível identificar a sobreposição do assistencialismo em detrimento ao direito, neste sentido se faz importante situar a trajetória da assistência social no contexto brasileiro.

Foram diversas ações assistenciais adotadas nas conjunturas brasileiras, mas todas impulsionadas pelos interesses dominante na luta de classe. Até a década de 30, sob a égide do poderio dos coronéis, o clientelismo era tomado enquanto mecanismo de manutenção de poder local, ao passo que as ações vislumbravam o higienismo a partir da implementação da reforma social e moral sobre os pobres a serem educados sob os auspícios da elite.

Nos anos que compreenderam a República Velha, o Estado desempenhou um papel crucial como agente repressor contra aos que não se adequavam ao modelo vigente imposto, as necessidades das classes subalternas, em particular a assistência prestada aos pobres, doentes e incapazes ficavam a mercê da caridade e filantropia, respondidas de maneira fragmentada e insuficiente por religiosos e bem feitos.

Para Ianni (1975), a questão social não passou a ser ingrediente da sociedade nacional somente no cenário republicano. Tal questão se apresenta no reflexo das disparidades econômicas, políticas e culturais, entre classes, raças e regiões, ganhando destaque no cenário brasileiro desde os tempos da escravidão, decorrente do processo contraditório de exploração entre senhores e escravos, brancos e negros, posta de modo aberto e transparente. Mas sem qualquer possibilidade de negociação a época.

Desse modo, a ausência de noção do direito e de conquista foi ocupada pela cultura do favor ainda com fortes resquícios do período escravocrata e das relações que se estabeleceram em nossa sociedade. Ao referir-se ao reconhecimento da questão social Ianni (1989, p. 146) explicita que, “a emergência do regime de trabalho livre e toda a sequência de lutas por condições melhores de vida e trabalho, nessa altura da história coloca-se a questão social”, ou seja, diversos foram os elementos que forcejaram ações de enfrentamento desta que ameaçavam o *status quo*.

Mas é no ano de 1923 que as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS) são constituídas por meio da Lei Eloy Chaves. Os benefícios que variavam em decorrência da proporcionalidade contributiva, que podiam ser de assistência médica-curativa, medicamentos; aposentadoria por tempo de serviço, velhice e invalidez, pensão para os dependentes e auxílio funeral, fazendo desta forma a junção da saúde e previdência. (BRAVO, 2000).

Ao referir-se ao debate sobre a questão social e seu enfrentamento, Sposati et.al. (2008) salienta que, até a década de 30 a questão social era tratada como caso de polícia fortemente reprimida pelo Estado que a considerava enquanto disfunção pessoal dos indivíduos, onde os mesmos eram culpabilizados por sua condição de pobreza.

Esta condição era vista como exterior à lógica do capital, não se relacionava ao processo produtivo e as consequências, sendo contrária ao moderno, ao desejável, pondo em risco a ordem do capital em seus diversos aspectos, não sendo atendida como resultado do processo contraditório imposto pela própria lógica capitalista, de exploração, dominação e subordinação de uns em detrimento ao desenvolvimento e garantia de direitos de outrem. (IANNI, 1975).

As políticas sociais emergiram mercantilizadas, hipotecadas ao mundo do trabalho. Nessa perspectiva, Boschetti (2006, p. 22) explicita que “a ação governamental foi a de proteger, em primeiro lugar, as condições de trabalho, e não

os trabalhadores”, de modo que o *status quo* fosse mantido com o advento do então modelo de desenvolvimento denominado urbano-industrial.

A modernização industrial anunciada pelas oligarquias agrárias edificou-se no pós-30, ao passo que o emergente Estado, alicerçado social e politicamente pelos segmentos elitistas civis e militares, regulamentou políticas sociais em resposta a questão social impulsionando o que Behring e Boschetti (2008) caracterizaram como os anos de introdução da política social no Brasil.

Assim, as políticas sociais brasileiras se estruturaram tendo como referência a organização do trabalho, emergiram pela necessidade de hegemonia da classe dominante e de manutenção da ordem social, bem como pela garantia aos trabalhadores de condições mínimas de sobrevivência para assim subsidiarem a exploração de sua força de trabalho além da reprodução e valorização do capital.

Ferramentas de promoção dos interesses da burguesia, as políticas sociais decorreram de fatores conjunturais condicionadas pelo grau de desenvolvimento do capitalismo e organização dos trabalhadores. Cabia ao Estado regular os direitos sociais e reconhecer os que seriam ou não vistos como cidadãos, só tinham acesso às políticas os trabalhadores de carteira assinada com suas profissões e sindicatos devidamente regulamentados por lei.

Uma parcela significativa da população ficava marginalizada quanto aos seus direitos sociais, excluída do sistema previdenciário, uma vez que as políticas sociais se expressavam a partir da política previdenciária e de ações de cunho clientelistas. Fleury (1994) ao referir-se a essa “questão”, a denomina de “cidadania regulada e invertida”, uma vez que, concomitantemente se instituíam direitos para alguns, ao passo que ocorria um processo de destituição para outros, estabelecendo-se a imagem do cidadão e do não-cidadão.

Em 1942, a Legião Brasileira de Assistência – LBA foi criada e consigo trouxe maior centralidade e direcionamento das ações, articulação da rede privada conveniada, porém manteve o viés assistencialista e celetista de sempre e somente passou a se modificar com a inserção da Assistência no tripé da seguridade social. No que diz respeito a LBA, Yazbek (2008) salienta que suas práticas eram paternalistas pautadas em auxílios à miséria junto aos segmentos pauperizados da sociedade que se davam a partir da mobilização da sociedade civil e do trabalho feminino.

Este período foi instaurado com grandes empreendimentos as práticas assistencialistas por meio do Estado, tornando-se modelo para todo o território brasileiro, momento que era as primeiras-damas, esposas dos governantes estaduais, municipais tornaram-se seguidora da primeira-dama esposa do presidente exercendo praticas benemerentes que por muito tempo permaneceram como estratégia de aproximação de governantes com seus eleitores.

Com a saída de Getúlio Vargas da Presidência do Brasil, em 1945, inicia-se outro tempo para o país, agora com ares de urbanização, industrialização, com um movimento de classe trabalhadora minimamente fortalecida o que culminou na Constituição Federal de 1946 – uma das cartas constitucionais mais democráticas até aquele momento. Os anos seguintes, mais especificamente o período de 1946 a 1964 ficaram caracterizado pelo adensamento da luta de classes.

A era de Juscelino Kubitschek vai marcar o país, pois em um momento de pressão o Brasil passa ceder a implementação industrial internacional. Isto ocorre no ano 1956 agora com um governo de bases desenvolvimentista com a promessa de desenvolver todo território de cinquenta anos em cinco. Este período foi marcado por grandes construções de cunho tecnológico que possibilitaria a globalização do mercado com intensiva industrialização, abertura de estrada, tomada de território, ocupação das fronteiras.

Tais mudanças econômicas apoiadas politicamente pelo Estado vão ser adensadas e conseqüente a luta de classe e tensão também, principalmente pelo fato do aumento inflacionário e baixa salarial. A crise que aos poucos aumentara correspondia também de conflitos políticos externos que ameaçavam a tomada do governo por meio de um golpe militar que ocorreria mais tarde.

Neste cenário, a Assistência Social pública brasileira veio se estruturando conjuntamente às práticas benemerentes e filantrópicas da sociedade civil. Desse modo, a presente conjuntura exhibe traços lentos da expansão de direitos até em resposta a efervescência dos movimentos sociais e demais segmentos da sociedade. No cenário político emergiram trabalhadores do campo e da cidade demandando direitos sociais, agora legitimados pelo governo a partir da aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social - LOPS (YAZBEK, 2008)

Não sendo mais possível conter as tensões que o país vivenciava instaura-se uma disputa de poder entre diversos projetos representando os mais diversos interesses, dos quais sobressaíam dois específicos, um que preconizava a

democratização e sustentação política das classes populares e outro associado ao capital monopolista internacional, tamanha correlação de forças resultou numa crise conjuntural que culminou no Golpe Ditatorial de 1964.

Período este que compreende os anos entre 1964 a 1985, denominado como “tecnocrático-militar” por Pereira (2007), onde de acordo com esta autora, o Estado rompe com as práticas populistas se institui o modelo autoritário, modificando o seu conteúdo para tecnocrático, centralizado. O que ocorreu à previdência social, agora com outras feições, unificada e centralizada no Instituto Nacional da Previdência Social-INPS, ampliada aos trabalhadores rurais e não mais com trabalhadores em sua gestão, por tratar-se de questão técnica.

Neste período também sinaliza Behring e Boschetti (2008) que em 1974, foi instituído o Ministério da Previdência e Assistência Social, o qual incorporou a LBA, a Fundação de Bem Estar do Menor - FUNABEM, a Central de Medicamento - CEME, a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social- Dataprev.

O Golpe ocasionou rebatimentos para as políticas sociais, a questão social foi tratada como caso de repressão e de assistência, reforçando assim o caráter assistencialista das políticas com vistas à desmobilização da luta dos trabalhadores. Todavia, foi inevitável a exaustão do crescimento pautado pelo milagre econômico, de modo que essa conjuntura foi marcada pela emergência de movimentos sociais, em prol das eleições diretas e de uma Constituição Federal renovada.

Ao término da ditadura militar após vinte e um anos ocorreram as eleições diretas para presidente, em parte por parte das manifestações populares decorrente da organização de sindicatos, entidades, partidos políticos. Por outro lado o fim da ditadura foi uma saída para um novo período econômico que o país precisava acompanhar, pois os países subdesenvolvidos precisam atender as demandas dos países do centro. Outrossim, a ditadura militar deixou o seu legado, decorrente de sua tendenciosa orientação econômica paramentada por uma horrenda distribuição de renda que acarretou considerável acréscimo de demandas por políticas sociais.

Couto (2010, p. 137) aponta que, “esses fatores foram o combustível que fez germinar a construção de uma nova constituição, que enunciou direitos resultantes agora da participação popular”. Para tanto, estabeleceu-se a constituinte que se tornou uma arena de correlações de forças e disputas de múltiplos interesses. Ao passo que o escrito constitucional representou avanços quanto aos direitos sociais,

humanos e políticos, também representou retrocessos ao conservar regalias do poder Executivo no que diz respeito às medidas provisórias, a ordem econômica. Assim,

Os que apostaram na Constituinte como um espaço de busca de soluções para os problemas essenciais do Brasil depararam-se com uma espécie de híbrido entre o velho e o novo (sempre reiterado em novas passagens...) uma Constituição programática e eclética, que em muitas ocasiões foi deixada ao sabor das legislações complementares (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 142).

Boschetti (2006), traz à baila que no processo da constituinte, a Assistência Social não contavam com apoio de movimentos, nem de organizações sociais, nem de instituições de assistência social, tais como: LBA e Funabem, nem das organizações representativas de trabalhadores da área –a maioria composta por assistentes sociais– para as discussões sobre sua regulamentação e para a elaboração de propostas para o projeto de lei, poucos eram os grupos mobilizados corroborando assim ao prejuízo desta política.

Um dos fatores determinantes para atravanque na elaboração do projeto de lei da Assistência foi o fato de quase não existir ensaios teóricos e pesquisa sobre esta política. Contudo, definiram-se grupos de trabalho encarregados de elaborar pré-projetos desta lei, não como atribuição legal, a partir de estudos, discussões.

O decênio de 1980 configura-se pela vitória da democrática, com inovações nas relações entre Estado e sociedade. Apesar disso, desastrosos foram os efeitos dessa década aos segmentos populacionais, em decorrência do ínfimo crescimento econômico, foi tida como a década perdida, rebatendo em questões, tais como: empobrecimento populacional, crise dos serviços sociais públicos, desemprego.

Behring e Boschetti (2008) ao analisarem a política social nos anos 1980, comentam que apesar das propagandas de priorização do social o enfrentamento da questão social foi ínfimo no Governo Sarney (1985 – 1990). Pereira (2007) ao referir-se ao mesmo governo, sinaliza que nem todos os preceitos constitucionais foram efetivados, haja vista o compromisso liberal assumido junto às agências internacionais, tornando as políticas sociais alvos da contrarreforma inaugurada em 1987, estendida e intensificada aos governos ulteriores.

E mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social integrante do tripé da Seguridade Social, no Governo Collor, que compreendeu os anos de 1990 a 1992, foi vetado integralmente o projeto que a regulamentava como

lei orgânica, tendo como um dos entraves o financiamento, pois uma vez estabelecido o orçamento para a Seguridade Social impediria a utilização deste recurso para outros custos governamentais. Para Boschetti (2006, p. 213):

Considerando a tradição histórica do governo de utilizar as contribuições sociais para a manutenção da máquina (pagamento dos salários, mas também da dívida externa), a existência de regras mais claras, objetivas e sob o controle da população acabaria impondo limites a essa prática

Desse modo, as práticas referentes a Assistência Social permaneceriam tangenciadas pelo clientelismo, logo após a posse presidencial, a LBA – que tinha por presidente a atual primeira-dama – foi acoplada à Funabem, ambas vinculadas ao recém-instituído Ministério da Ação Social. Assim, sob os ditames do Consenso de Washington, o então Presidente introduziu a agenda neoliberal a partir de reformas que buscavam no mercado a solução para o colapso econômico. A esse respeito Behring (2008a, p. 147) afirma que,

[...] a orientação neoliberal encontrou solo fértil, ainda que sua introdução mais intensa tenha sido retardada pelos processos delineados, e consolidada-se como doutrina dos anos 1990. Tal ambiente político, econômico e cultural foi reforçado também pelo que se passou a conhecer como Consenso de Washington, com seu receituário de medidas de ajuste.

O governo de Itamar Franco, que compreendeu o período entre 1992 a 1994, assumindo a presidência em decorrência do *impeachment* de Fernando Collor, implementou mudanças, estabeleceu alianças, procurou apoio dos partidos, no âmbito da Assistência Social permaneceu o viés caritativo. Contudo, a Assistência foi regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, no ano de 1993, como uma política social pública, passando a ser política de Seguridade Social juntamente com a Saúde e Previdência, sendo a Assistência a política que mais teve obstáculos para ser aprovada e regulamentada. Este período foi marcado pela atenção à economia que priorizava controlar o *déficit* público e a inflação, adoção do Plano Real tinha por intuito assegurar a estabilidade financeira do país.

Boschetti (2003), assegura que a assistência social no Brasil fica entre a originalidade, diante dos princípios nunca vistos e agora previstos em lei, e o conservadorismo, diante da resistência do Governo de Fernando Henrique na implementação da Loas.

Fernando Henrique Cardoso-FHC assume a presidência no ano de 1995, sua campanha eleitoral focou na estabilidade macroeconômica e nas reformas sociais, começada por sua pessoa no governo que o antecedeu. No primeiro mandato já ficou evidente a presença do neoliberalismo em seu governo, sendo a política monetária a sua prioridade deixando o âmbito social desprestigiado em seus dois mandatos, finalizado no ano de 2002. Em seu governo foram criados os benefícios de transferência de renda Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação vinculados aos respectivos Ministérios de Educação, Assistência Social e Saúde.

Couto (2010) enfatiza que FHC teve cinco prioridades para seu governo em sua campanha eleitoral, sendo estas: saúde, educação, emprego, segurança e agricultura. No entanto, suas ações focaram a estabilidade econômica e o distanciamento da sociedade nas tomadas de decisões. E para Pereira (2007, p.173):

A obsessiva preocupação governamental com a contenção do déficit público e com o equilíbrio orçamentário, no bojo de sua conturbada política de ajuste fiscal, deteriorou qualitativa e quantitativamente o sistema de proteção social a duras penas construído no Brasil, desde os anos 30.

O Estado que mal assumira suas responsabilidades no âmbito socioassistencial, se encarregou de transferi-las para a sociedade civil ao corroborar, “[...] uma situação na qual o que seria direito termina por perder-se no poder discricionário e opaco dos critérios privados” (BEHRING, 2008a, p. 268). De modo que, ao invés de promover o avanço no âmbito da garantia dos direitos aos cidadãos promoveu ações que reafirmavam o conservadorismo e o neoliberalismo a partir de “relações solidárias”. As Organizações Não Governamentais - ONG e o trabalho voluntariado se espraiam nos anos 90, se configurando como uma rede de atendimento deixando evidente o retrocesso histórico na validade das políticas sociais.

É notório que as décadas de 80 e 90, configuram-se num momento de significativa contradição, pois de um lado sinalizou constitucionalmente para o reconhecimento de direitos sociais, do outro, houve um amoldamento à ordem capitalista internacional em decorrência da implantação de uma política de cunho neoliberal (YAZBEK, 2008).

Nos anos que sucederam 2003, as políticas sociais apresentaram alguns sinais de mudanças, ao assumir a Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva teve o desafio de alterar a ordem política nacional. No que diz respeito a Assistência Social,

o governo de Lula instituiu o Ministério de Assistência Social -MAS, o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome-MESA e recriou o Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA por meio da lei nº 10683/2003.

Este governo representou anos de avanços para a Assistência a partir de situações como: a criação do Plano Nacional de Atendimento Integral à Família -PAIF, a unificação dos programas de transferência de renda, implantação de um único programa de condicionalidades que possibilitasse a inserção e manutenção das famílias. Além de terem sido anos marcados por trabalhos referentes a pesquisas e discussões, eventos tipo seminários e conferências, bem como manifestações reivindicatórias e intervenções, que subsidiaram a aprovação da nova Política Nacional de Assistência Social, no ano de 2004 que propôs a criação do Sistema Único de Assistência Social.

Estas providências contribuíram para retirar da Assistência o caráter de ajuda, de clientelismo e a elevaram a categoria de direito de cidadania, transformando intimamente as referências conceituais e suplantando as maneiras conservadoras, arcaicas de organização e oferta dos serviços assistenciais. Contudo, ao analisar a passagem do governo Lula, Duriguetto (2008, p. 56), explicita que o Partido dos Trabalhadores - PT se “transformou em mais um partido como outro qualquer do jogo parlamentar-institucional brasileiro. E, como qualquer outro, em um partido que governa segundo os interesses das classes dominantes”.

Deste modo, depreende-se que o governo de Lula conteve a mobilização da classe trabalhadora e das camadas pauperizadas –não por força e violência, mas pela ausência de fortalecimento de base dos movimentos sociais–, também por adotar medidas que foram na contramão dos interesses populares. Submissão ao capital, retrocesso, atraso e ataques aos direitos de cidadania também aconteceram com o intuito de conservar a hegemonia da classe dominante fortalecida ao passo “que se expressa na perda de ponderação de movimentos sociais capazes de colocar em pauta algo mais que reivindicações pontuais e particularistas” (NETTO, 2004, p. 20-21).

Duriguetto (2008), também chama a atenção para o que ele considera uma marca importante da conjuntura atual, evidencia que houve movimentos, organizações e partidos que orientados por um projeto classista resistiram ao processo de cooptação, capitulação, passividade e conformismo. Possibilitando o

refortalecimento dos movimentos sociais brasileiros, com novas bandeiras e formas de resistência.

Todavia, o enfrentamento à pobreza protagonizou as campanhas eleitorais e as ações governamentais do Partido dos Trabalhadores. A Assistência Social assumiu papel de destaque a partir dos anos 2000. A implementação do Plano Brasil Sem Miséria, instituído na primeira gestão de Dilma Rousseff, que focalizou o combate à extrema pobreza no território brasileiro, pode ser citada como exemplo. Apesar disto, e mesmo sendo perceptível a expansão da Assistência enquanto política pública ao exibir avanços no âmbito jurídico-normativos, não houve a ruptura com o projeto neoliberal que beneficia o capital, principalmente, em sua fração financeirizada acarretando a exacerbação da pobreza.

Dentre os muitos desacertos dos governos petistas, poder-se-á citar, dentre outros, as múltiplas alianças, responsável pelo engessamento à priorização da manutenção da política de estabilidade econômica, que priorizou o ajuste fiscal e estabilidade monetária em detrimento da promoção social, o que culminou no atual quadro sociopolítico.

O cenário atual configura-se como palco de grandes batalhas a serem travadas pelos diversos segmentos sociais diante dos retrocessos e desmontes aos direitos sociais, restando ao povo brasileiro à resistência e a mobilização frente à barbárie adensada pelo neoliberalismo, para lograr mudanças sociais na expectativa de uma reforma comprometida com propostas democráticas de alargamento, efetividade e garantias de direitos, uma sociedade onde a política econômica não seja essencialmente incompatível com o desenvolvimento social, onde os projetos visem interesses coletivos, abrangentes advindos das lutas sociais.

Pois são as políticas sociais a sofrerem os primeiros cortes, é a Seguridade Social culpabilizada pela pelo infortúnio e caos que assolou o Brasil. O paradigma – ainda vigente – de proteção social vislumbra no âmbito da Assistência Social o acesso à serviços, programas, projetos e benefícios, independente de contribuição e transfere ao Estado a responsabilidade na garantia dos direitos sociais. E este, o Estado acaba – cada vez mais – por intervir no campo social com políticas focalizadas, fragmentadas, que corroboram a desigualdade social e a dependência dos desprovidos a serviços sociais precarizados e desmantelados.

2.2 Os instrumentos de construção dos direitos socioassistenciais

A inserção da Assistência Social no tripé da seguridade social foi apenas mais uma batalha vencida rumo à regulamentação e reconhecimento da Assistência enquanto política pública. Porém, as mudanças sobre esta política só iniciaram a partir do momento em que vieram sendo aprovadas legislações específicas atribuindo a cada esfera do poder estatal suas responsabilidades na implementação desta que historicamente veio sendo tratada como moeda de troca. Desse modo, as pressões populares foram determinantes nesse processo, pois foi a Assistência Social, dentre as políticas da Seguridade Social, que mais necessitou de pressão popular para ser regulamentada.

Somente cinco anos após a promulgação da CF 88, a Loas foi sancionada, não a partir da iniciativa espontânea dos governantes, ao contrário, ela foi resultado de um extenso e árduo processo de lutas travado por diversos atores sociais significando um marco na trajetória da Assistência, a possibilidade de novos rumos a partir da contínua construção subsidiada por discussões e deliberações no enfrentamento das demandas impostas a essa política.

Dentre as notáveis inovações trazidas pela Loas, a definição do papel de cada ente federado, a descentralização político-administrativa e a participação popular resguardadas em consonância ao artigo 204 da Constituição Federal de 1988. Em meio aos papéis do governo Federal está apoiar técnica e financeiramente as ações e projetos de combate à pobreza em âmbito nacional. Aos municípios e ao Distrito Federal coube garantir o custeio dos benefícios eventuais e executar os projetos de enfrentamento à pobreza, as ações de caráter emergenciais e os serviços assistenciais.

Outro avanço adveio em 15 de outubro de 2004, onde a Resolução 145 do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, órgãos responsáveis pela regulamentação da Assistência Social aprovaram a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Sendo esta o produto das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social onde o intuito era a materialização das diretrizes da Loas, até pelo entendimento desta agora como política integrante da Seguridade Social. Ainda que lentamente, a Assistência Social veio se metamorfoseando, passando a ser tratada como dever do Estado. Contudo,

A lei aprovada está longe de ser uma resposta eficaz e definitiva à questão da pobreza e da miséria estrutural que se secularizam no Brasil. Mas isso não é uma fragilidade exclusiva dessa lei, visto que tal questão demanda respostas que atinjam a estrutura de produção e distribuição de riquezas, o que nenhuma lei assistencial por si só seria capaz de fazer (BOSCHETTI, 2006, p. 261).

Os serviços de Proteção Social produzem, em seus níveis de atenção, respostas às necessidades e fragilidade existentes na sociedade, embora não sejam capazes de alterar a estrutura da sociedade ou erradicar a pobreza. Apesar disto, a PNAS, em seu conteúdo, aponta nitidamente para novos horizontes, a ruptura com as práticas assistencialistas presentes ao longo da trajetória da Assistência ao preconizar a segurança de acolhida, segurança social e de renda, segurança de convívio, segurança de desenvolvimento da autonomia, segurança de benefícios materiais ou em pecúnia.

Outro elemento que merece destaque refere-se ao fato de a PNAS ampliar a concepção fragmentada quanto aos usuários desta política, pois antes desta ser sancionada esta abordagem dava-se por segmentos, dentre estes crianças, adolescentes, idosos, a partir da PNAS passaram a serem público prioritário todos os cidadãos e grupos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal ou social.

A PNAS apresenta as diretrizes que viabilizarão a sua concretização como direito de cidadania, pois “o modo pelo qual essa demanda é reconhecida e incorporada, as respostas que obtém, no âmbito público ou privado, decorrem de valores, mais, ou menos, igualitários da sociedade para com seus cidadãos” (SPOSATI, 2013, p. 653). A PNAS estabelece também a normatização e criação de um Sistema Único de Assistência Social com gestão participativa e descentralizada, onde o foco de atendimento são as famílias a partir de programas, projetos, benefícios, serviços articulando a Assistência Social as demais políticas setoriais.

Para tanto, a PNAS tem os seguintes objetivos:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (PNAS, 2004, p. 33).

Dividida em dois níveis de proteção, básica e especial, os serviços de proteção social básica serão ofertados diretamente nos CRAS ou ainda em outras unidades públicas, como também em outras entidades e organizações. Quanto aos serviços de proteção social especial terão como lócus de execução os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS.

A PNAS propõe que os serviços de proteção social básica – PSB articulem-se as demais políticas locais de maneira a garantir a sustentabilidade das ações. O CRAS deve ofertar serviços básicos que possam prevenir as situações de riscos sociais num determinado território a partir das ações dos profissionais de sua equipe técnica de referência, de modo a possibilitar a inclusão social, tendo o território por base para o direcionamento e articulação das ações a partir da realidade e demandas apresentadas.

Denominados como técnicos de referência, os profissionais da equipe técnica estão habilitados aos serviços junto às famílias, de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB SUAS/RH, que veio estabelecer que cada Centro de Referência deve ter minimamente um assistente social, um psicólogo e um agente administrativo. Contudo, isso será variável ao porte e demanda da unidade.

Dentre as muitas questões tratadas pela PNAS, o financiamento da Política de Assistência é uma das determinações tratada, por repasses de fundo a fundo, ou seja, repasses de verbas realizados direto do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social, asseverando a gestão democrática, participativa, transparente e descentralizada, cabendo aos conselhos nacional, estaduais e municipais a gestão das transferências nas respectivas esferas.

É dada a possibilidade de a população usuária participar nos processos de gestão e organização dos serviços assistenciais por meio das representatividades nos espaços dos conselhos de Assistência Social a partir da PNAS. Outra questão importante refere-se à formação de recursos humanos, ou seja, a qualificação e treinamento dos operadores vislumbrando a edificação destes comprometidos com os direitos e processos democráticos emancipatórios corroborando a ruptura da visão assistencialista presente nas políticas sociais.

Desafiada a romper com os resquícios assistencialistas que imperam até o momento contemporâneo, a Política de Assistência a partir das ações da equipe técnica em seu território tem enquanto premissa a construção da concepção de Centros de Referências como unidades de natureza pública, onde o foco é a família.

Ambos, CRAS e CREAS, em consonância com a PNAS (2004) têm enquanto pressuposto para a família a prevenção, proteção, promoção e inclusão seus membros, sendo necessário, primeiramente, garantir condições de sustentabilidade para as necessidades das famílias, seus membros, e dos indivíduos.

Como desdobramento das transformações políticas advindas do pós 2004, no ano de 2005 o Suas foi sancionado, com o intuito de disciplinar a gestão pública da Política de Assistência Social. O Suas acaba por criar novas configurações que possibilitam “uma nova arquitetura institucional e ética política para a Assistência Social brasileira. A partir dessa arquitetura e das mediações que a tecem podemos efetivamente, realizar, na esfera pública, direitos concernentes à Assistência Social.” (YAZBEK, 2008)

Assim, Instituído em 23 de janeiro de 2004, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS objetiva por propiciar e aumentar a intersectorialidade das ações governamentais direcionadas à perspectiva de inclusão social, a erradicação da pobreza, da miséria, das desigualdades sociais no Brasil. O SUAS “é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestado diretamente – ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos – órgãos e instituições federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público” (SPOSATI et.al, 2004, p.180).

Um sistema descentralizado e participativo, o SUAS objetiva identificar problemas sociais na ponta do processo, focando as necessidades territoriais, e fortalecendo a cobertura social na perspectiva de que os serviços devem estar achegados aos usuários.

A aprovação da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS vem consagrando a Assistência como política pública, onde “o Suas é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira (PNAS, 2004, p. 86).

Enquanto fundamento primeiro o Suas vem estruturar a política de Assistência de modo a discipliná-la, além de estabelecer a centralidade das ações socioassistenciais no Estado, trazendo para a baila os seguintes pontos: caráter do Suas, funções da política pública de Assistência brasileira; tipos e níveis de Gestão; instância de articulação; pactuação e deliberação no processo democrático de gestão; financiamento e regras de transição.

O SUAS – Sistema Único de Assistência Social materializa o conteúdo da LOAS... constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais... define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de Assistência social (PNAS,2004).

Dentre as diversas abordagens, o Suas veio preconizar quanto a proteção social, definindo esta como um conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados com o intuito de prevenir e reduzir os impactos das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. (MDS/NOB-SUAS, 2005)

Ao dispor sobre a Proteção Social Básica, tendo esta um caráter preventivo, cujo escopo é prevenir as situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. No âmbito do Suas a PSB destina-se à população que em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação, fragilização de vínculos afetivos, dentre outras. (MDS/NOB-SUAS, 2005)

A NOB/SUAS vem referir-se a transferência de Renda esta como programas que vislumbram repassar recursos para os beneficiários diretamente dos fundos de assistência social, como forma de criar possibilidades para a emancipação, autonomia das famílias e indivíduos atendidos e no desenvolvimento local a partir do acesso à renda, do combate à fome e à pobreza, dentre outras formas de privação de direitos que levem à situação de vulnerabilidade social.

Apesar de o Suas vir garantir articulação e efetivação dos serviços ele é desafiado a transcender a história de benemerência e assistencialismo que se fizeram presentes na trajetória da Assistência. Assim é notório que este sistema significa um visível avanço na gestão da política de Assistência, pois propõe a concretização de conhecimento da realidade proposta na PNAS, indo para além da identificação do território e dos bolsões de pobreza onde se situam os Cras.

Fizeram-se necessários outros documentos que viabilizassem a operacionalização desta política. Para tanto, no ano de 2006 foi aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS.

A NOB-RH/SUAS representou melhorias no âmbito da profissionalização da Assistência, pois visou à garantia dos usuários a um Sistema Único com oferta de serviços públicos de qualidade. As diretrizes da NOB-RH/SUAS orientam a ação das

três esferas de governo, trabalhadores e representantes das entidades de assistência que lidam com a desafiante implantação desse sistema.

No ano de 2009, veio a público “Orientações Técnicas: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS”, este instrumento tem por objetivo orientar quanto ao funcionamento da Proteção Social Básica trazendo “um conjunto de diretrizes e informações para apoiar os municípios e o Distrito Federal no planejamento, implantação e funcionamento do CRAS” (Orientações Técnicas: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS/MDS, 2009, p.7).

Ainda em 2009, entevendo o aperfeiçoamento do Suas, a Resolução 109 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, resolução esta que trata sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, fruto da VI Conferência Nacional de Assistência Social, realizada entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2007, que deliberou a descrição dos serviços socioassistenciais da proteção social.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais tipifica os Serviços assistenciais ofertados no território brasileiro, organizando-os por nível de complexidade, a saber: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, prescrevendo Nome, Descrição; Objetivos e Provisões do Serviços; Aquisições dos Usuários; Condições e Formas de Acesso; Unidade; Período de funcionamento; Abrangência, Articulação em Rede; Impactos Sociais Esperados.

Em 2011, depois de fatigantes debates e inúmeras reivindicações, foi sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff a Lei 12.435, Projeto de Lei – PL Suas como passou a ser conhecida, representando uma renovação no texto da Loas. Para tanto, a Assistência Social vêm sendo visualizadas como uma ação estratégica do poder público, estando dentre as principais Políticas Públicas para enfrentamento a pobreza, bem como as vulnerabilidades que a classe subalterna vivencia.

Desta forma pode-se perceber que é notório o compromisso assumido pelo Suas ao ampliar a Política de Assistência e romper com serviços focalizados à luz de práticas assistencialistas, sendo este um serviço de natureza pública que valida o papel do Estado como provedor de direitos de cidadania indo na contramão do modelo neoliberal implantado no Brasil ao proteger a vida e garantir acesso aos direitos articulando as demais políticas setoriais no enfrentamento da pobreza.

2.3 A Proteção Básica no atendimento das demandas sociais

Com a formulação da PNAS e a aprovação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, tem-se a partir deste marco então um vasto processo de discussão, cujas propostas foram aprovadas na IV Conferência Nacional de Assistência Social. Além disso, a Política de Assistência Social é descentralizada, organizada “cabendo coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.” (CRESS, 2013, p. 274). Ademais, todas as esferas inclusive a sociedade passam a ter responsabilidade na execução e manutenção desta política social.

Neste sentido, com as diretrizes é possível adequar e efetivar as ações de acordo com as demandas apresentadas no âmbito estadual e municipal, deixando de seguir o padrão federativo e dando a possibilidade dos serviços serem fornecidos aos usuários de acordo com a sua realidade, objetivando desta forma minimizar as desigualdades apresentadas em cada região.

Para Sposati (2009, p.15) “A inclusão da assistência social significou, portanto, a ampliação no campo de direitos humanos e sociais”, por isso torna-se imprescindível visibilizar as situações de empobrecimento vivenciadas pelos usuários que buscam, como também suas necessidades expressadas e enfrentadas pela Assistência Social.

Conforme Couto (2010, p. 161-162):

A escolha do campo da assistência social para explicitar as conquistas dos direitos pela população brasileira é emblemática, pois sua concepção e sua operacionalização revelam os limites e as possibilidades no que concerne ‘a efetivação dos direitos sociais no Brasil. Essa área possibilita que sejam identificados os fundamentos e a natureza dos direitos sociais, bem como a sua titularidade

A Assistência Social é uma conquista, pois direito é para todo cidadão, e não para exceções, portanto, e precisa garantir que nenhum destes serão violados, compreende-se por cidadania o acesso à saúde, a educação, ao mercado de trabalho, transporte, ao lazer, a assistência social, a previdência dentre outros direitos sociais de forma plena. Mas, “no campo da luta pela realização de direitos, a tendência que

sobressai é a valorização de uma cultura política que se deixa aprisionar nas reivindicações específicas” (SANTOS, 2008, p. 82)

ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL		
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
	MÉDIA COMPLEXIDADE	ALTA COMPLEXIDADE
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); ❖ Serviço de Convivência e Fortalecimento De Vínculos; ❖ Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI); ❖ Serviço Especializado em Abordagem Social; ❖ Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); ❖ Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; ❖ Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Serviço de Acolhimento Institucional; ❖ Serviço de Acolhimento em República; ❖ Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; ❖ Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Quadro 01: Síntese da divisão e organização da Proteção Social
Fonte: Elaboração da autora com base na Tipificação (2009)

O Relatório do Censo Suas é divulgado anualmente e é realizado a partir do preenchimento do instrumento de monitoramento anual que fica disponível eletronicamente no site da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) pelos agentes envolvidos na Assistência Social. A partir deste relatório é possível saber dados quantitativos a respeito da execução da Assistência Social no CRAS, CREAS, Centros POP, Unidades de Acolhimento Municipais e Gestão Municipal os gestores municipais. Para tanto, o quantitativo de CRAS a partir do Censo SUAS (2014):

O quantitativo de CRAS no território brasileiro tem aumentado no ano de 2007 haviam 4.195 implementados e até o ano de 2014 este número subiu para 8.088 de unidades de Cras nos municípios brasileiros. Os Centros de Referencias da

Assistência Social consistem em uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social. (PNAS, 2004, p. 35).

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (PNAS, 2004, p. 35)

Para tanto, a PNAS (2004, p.33) define como usuários da Assistência Social “cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos [...]”, sendo assim necessário considerar estes usuários a partir de suas peculiaridades, podendo dar voz aos sujeitos deste processo.

Para Silva (2014, p.31) agora se “trabalha a lógica de usuários na condição de segmentos populacionais por gênero ou por faixas etárias e amplia sua definição a todos os indivíduos ou famílias que necessitam da política”, representando desta forma uma forma de avanço, mas principalmente o conhecimento da questão social enfrentada a partir das necessidades apresentadas por quem às vivencia e a elas resiste.

Deste modo, é possível perceber que a Política de Assistência Social foi construída em um processo de luta por direitos da classe subalterna ao mesmo tempo se tornou a mediação de interesses da classe dominante que buscava remediar os impactos causados pelo sistema econômico capitalista, ou seja, um processo contraditório.

Em tempos capitalistas, é visível que aumentou o empobrecimento e com isso a crescente busca pelos serviços que são importantes para aliviar a pobreza da população, entretanto não é o suficiente para mudar a condição de vida da classe subalterna e isso exige que o Estado melhore não só os serviços da Assistência Social, mas um trabalho intersetorial das políticas com qualidade.

Sobretudo quando se prioriza a transferência de renda para aqueles que são “merecedores”, os “mais pobres”, sendo a renda do benefício de um salário mínimo

utilizada para suprir as necessidades básicas. Entretanto, a violência da pobreza é incompatível com o discurso proferido nas políticas de enfrentamento à questão social como veremos no capítulo a seguir dos resultados.

2.3 Os serviços de Proteção Social Básica da Assistência Social em Manaus- Amazonas

A política de Assistência Social tem se baseado nos indicadores sistematizados no Cadastro Único sob o decreto No 6.135/2007 sendo um instrumento de identificação e caracterização das informações socioeconômicas das famílias de baixa renda, os dados são divulgados através da Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação – SAGI por meio do Relatório de Informação do Cadastro Único. (MDSA, 2017)

De acordo com RI CadÚnico divulgado pelo MDSA (2017) até o mês de julho do ano de 2017 haviam no município de Manaus 256.800 famílias inscritas no Cadastro único, onde no 94.662 famílias possui renda *per capita* familiar de até R\$ 85,00, outras 67.183 famílias possuem renda *per capita* familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00, bem como outras 66.927 possuem renda *per capita* familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo, há ainda 28.028 famílias cadastradas com renda *per capita* acima de meio salário mínimo.

A Renda per capita de uma família é calculada com base na renda bruta dividida pelo quantitativo de pessoas que compartilham o mesmo domicílio, neste caso o município possui um quantitativo significativo de famílias que estão em situação de baixa renda, são os que possuem renda *per capita* familiar de até R\$85,00.

Como dito antes, a Assistência Social é utilizada como uma estratégia importante para dar enfrentamento à pobreza, neste sentido a Proteção Social Básica -PSB é desenvolvida na cidade de Manaus através da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos – SEMMASDH, situada a Rua Ferreira Pena, s/nº Centro.

Em consonância com que preconiza a PNAS (2004, p.27) a PSB tem o objetivo de “prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”, atendendo pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrentes da

pobreza, da ausência de renda, de situações de discriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiências bem como de vínculos afetivo-relacionais fragilizado.

Anualmente a SEMMASDH elabora o Relatório de Gestão, o último documento foi elaborado em dezembro do ano de 2016, o mesmo tem por objetivo divulgar os equipamentos da Proteção Social Básica, o seu funcionamento, bem como as atividades, ações e serviços socioassistenciais realizadas na cidade de Manaus.

Frente à definição da responsabilidade da Proteção Social Básica, o Centro de Referência de Assistência Social é a unidade pública estatal de base territorial que realiza serviços de proteção social básica, organizando e coordenando a rede de serviços socioassistenciais, com vistas de contribuir com a prevenção de situações de risco da população por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários em sua abrangência territorial.

Assim, para atender essas pessoas em situação de vulnerabilidade social a Política de Assistência através da Proteção Social Básica oferta serviços, programas e projetos locais de acolhimento, socialização e convivência de famílias e indivíduos desenvolvidos nos Centros de Referencias da Assistência Social – CRAS. Hoje, em Manaus contamos com 20 (vinte), Centros distribuídos nas zonas da cidade de Manaus, com georefenciamento dos bairros nas respectivas unidades de atendimento.

Na zona Norte, zona deste estudo tem-se cinco CRAS, distribuídos nos bairros Alfredo Nascimento, Cidade Nova, Mutirão, Terra Nova e N. Sra. da Conceição, que segundo o Relatório de Gestão da SEMMASDH (2016), tem um volume de 8.460 atendimento/CRAS.

Durante o ano de 2016 o volume dos atendimentos e acompanhamentos, registrados nos Relatórios Mensais de Atividades – RMA/SAGI, no período de janeiro a novembro do referido ano, registrou um quantitativo de 169.210 usuários atendidos, distribuídos conforme quadro abaixo:

RELATÓRIO SINTÉTICO RMA – MDS, JAN/NOV 2016	
DEMANDAS ESPONTÂNEA ARTICULADAS OU NÃO AO SPAIF, SCFV E SPSB	QTD
C1. – Total de atendimentos individualizados realizados.	169.210
C2. – Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	20.608
C3. – Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	36.532

C4. – Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	385
C5. – Famílias encaminhadas aos CREAS	68
C6. – Visitas domiciliares realizadas	4.328

Quadro 02: Quantitativo de atendimento da Assistência Social na Rede SUAS
 Fonte: Relatório de Gestão 2016/SEMMASDH (2016, p. 7)

Ressalta-se que as ações desenvolvidas pela Proteção Social Básica são por meio dos serviços tipificados, através da Resolução 109, além dos Programas Federais e Municipais vinculados a secretaria de Assistência Social. De acordo com a Loas (1993) a Assistência Social é para todos que dela necessitam fazer uso, o que antes encontravam-se aqueles que de forma alguma não conseguiam manter sua subsistência, agora também integram como usuários dos serviços socioassistenciais os trabalhadores, os desempregados que se encontram desprotegidos e o Estado passa a utilizar a Assistência Social como solução para combater a pobreza ignorando que estas famílias sofrem o impacto da “questão social”.

A seguir apresentaremos os serviços, programas e ações da assistência social, bem como os números desses atendimentos no ano de 2016, os quais sinalizam que na medida em que esta política vai avançando na implementação, seus desafios são de superar as propostas clientelistas de tutelar os seus usuários que há anos acompanha como cultura.

2.3.1 Quanto aos serviços ofertados e as demandas atendidas:

SERVIÇO	DESCRIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	É como trabalho social com famílias, de caráter continuado, que tem por finalidade o fortalecimento da sua função protetiva dos direitos. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos família, assim como a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e promoção do acesso aos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo	Rede Executora: CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. Número de Atendimentos: 15.134 famílias acompanhadas Fonte de Recurso: Tesouro Municipal e Federal por transferência do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, através do Piso Básico Fixo
	Trabalho realizado em grupos, organizados a partir de percursos, de	Público alvo: Crianças de até 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, Adolescentes e jovens

<p>Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos</p>	<p>modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Organiza-se de modo a ampliar as trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertencimento e identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária</p>	<p>de 15 a 17 anos e idosos com idade igual ou superior a 60 anos.</p> <p>Participantes Anual: 3.321 beneficiários em 174 grupos</p> <p>Fonte de Custeio: Piso Variável Básico do Fundo Nacional de Assistência Social.</p> <p>Rede executora: O SCFV é executado de forma direta nos 20 CRAS e 4 casas do Cidadão e de forma indireta em 5 Entidades Socioassistenciais.</p>
<p>Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos</p>	<p>Serviço que tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa à garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento</p>	<p>Rede executora: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Sede SEMMADH.</p> <p>Número de atendimentos: 1.357 idosos e pessoas com deficiência atendidos por meio do BPC, Acesso a Cidadania PAIF e SCFV.</p> <p>Serviço Prestado: acompanhamento familiar e individual dos usuários da assistência social com perfil de idoso e pessoas com deficiência e que necessitam da intervenção com vistas ao desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social. Assim, os procedimentos técnicos adotados consistem na acolhida, visita domiciliar, encaminhamento para o cadastramento socioeconômico, entre outros.</p> <p>Fonte de recurso: Tesouro Municipal e Recurso de Convênio com o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS</p>

Quadro 03: Serviços e demandas atendidas em Manaus
 Fonte: Relatório de Gestão 2016/ SEMMADH (2016, p. 8 a 14)

Os serviços oferecidos pela Secretaria de Assistência no ano de 2016, fazem parte das metas estabelecidas e busca atender que preconiza a PNAS, entretanto, percebe-se que a demanda para a Assistência Social tem aumentado, como sinalizado antes as 256.800 cadastradas no CadÚnico, 94.662 são famílias de baixa renda e de acordo com os resultados apresentados no Quadro 03 somente 19.812 famílias foram beneficiadas com atendimentos socioassistenciais. Por mais que a média de atendimento seja considerada como uma meta alcançada no Relatório

Sintético RMA – MDS, JAN/NOV 2016, ao ser comparado com o quantitativo expressivo de famílias impactadas pela pobreza, esta média torna-se aquém da necessária para alcançar e atender os usuários.

Segundo o relatório, quanto ao atendimento do PAIF:

- ✓ 15.134 famílias em acompanhamento pelo PAIF, sendo que 965 são novas famílias inseridas nos meses de referência; dessas famílias 479 estão em extrema pobreza e 836 são beneficiadas pelo PBF;
- ✓ Atividades realizadas com as famílias e indivíduos acompanhados pelo PAIF, temos:
 - Reuniões de acolhimento;
 - Atendimento individual;
 - Coleta de dados das famílias atendidas e grupos de convivência;
 - Oficinas de inclusão produtiva;
 - Reuniões para inclusão e esclarecimentos sobre o BPC
 - Cadastro Único e Bolsa Família,
 - Orientações para emissão da carteira interestadual do idoso;
 - Encaminhamentos diversos;
 - Visitas domiciliares e;
 - Inclusão no Programa de Segurança Alimentar. (p. 9)

Diante dos dados apresentados no Relatório é possível identificar que há um trabalho realizado para operacionalização dos serviços socioassistenciais, a exemplo disso é o PAIF que consiste no atendimento as famílias mais vulneráveis, as que estão mais impactadas e o mesmo consiste na inclusão de famílias e indivíduos nos programas sociais. Entretanto, incluir famílias nos programas sociais, segundo a SEMMASDH os principais desafios são indicados a seguir:

- Fortalecimento da articulação com a Rede Socioassistencial e as demais políticas setoriais;
- Recomposição da Equipe de Referência dos CRAS responsável pela oferta obrigatória e exclusiva do PAIF;
- Ampliação das unidades CRAS de forma a atender a demanda de forma satisfatória;
- Ampliação e qualificação do acesso à rede de Internet para a consulta dos diversos sistemas de inclusão e acompanhamento dos usuários;
- Ampliação de metodologias de trabalho, fluxos e gestão territorial;
- Maior celeridade nos processos de compras de materiais e insumos para a execução das atividades;
- Maior celeridade nos processos de manutenção dos equipamentos. (RELATORIO DE GESTÃO 2016/SEMMSDH, 2016, p. 9 E 10)

A partir dos dados apresentados no relatório indicam que a melhoria pode ser realizada através de ações administrativas que adequem os serviços as políticas, bem

como as condições de trabalho da equipe técnica condicionando a qualidade dos atendimentos às práticas governamentais a partir das demandas institucionais. Deste modo, a política fica delegada a segundo plano, tendo a política econômica se sobrepondo em relação as prioridades do Estado.

A esse respeito Souza Filho e Gurgel (2016, p. 293), afirmam que:

(...) é imprescindível existir sintonia de orientação entre política econômica e política social de um governo. Ou seja, uma gestão pública democrática necessita de suporte de uma política econômica que privilegie as demandas pela universalização e aprofundamento de direitos – só assim uma política social poderá obter êxitos.

É fato que há necessidade de maiores investimentos e recursos, inclusive que sejam melhor distribuídos e direcionados para as políticas sociais, principalmente para a política de Assistência Social buscando melhorar esses pontos considerados como desafios. Porém, sem censo crítico tanto o relatório quanto as ações da política de assistência social têm ignorado o fato que os seus desafios não são problemas administrativos do Estado, ao contrário, este continua a privilegiar a classe dominante quando amplia as ações compensatórias, restringindo cada vez mais a condicionalidades de acesso a benefícios socioassistenciais, redirecionado às inserções em programas sociais sem identificar as particularidades vivenciadas por cada família.

2.3.1.1 SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

- ✓ Nesse serviço dos 3.321 atendidos 4% estão na faixa etária de 0 a 5 anos; 72% de 6 a 17 anos; 2% de 18 a 59 anos e 22% acima de 60 anos. Os dados revelam que a faixa etária de 6 a 17 anos, predominou o público alvo do SCFV.
- ✓ As atividades que foram realizadas nesse serviço foram:
 - Excursões para promover a integração entre conhecimento e convivência;
 - Participação em seminários sobre direito eleitoral e direito das Crianças e adolescentes;
 - Participação em Feiras de Ciências da Cidade;
 - Participação em musicais;
 - Atividade de lazer que proporcionem momentos estimulantes para socialização e troca de experiências entre os integrantes dos grupos
 - Prática de atividades esportivas, de forma a contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo;
 - Visitas aos principais pontos históricos da cidade de Manaus de forma a ampliar o universo informacional, artístico e cultural dos integrantes dos grupos;
 - Desenvolvimento de atividades socioeducativas de forma a estimular o desenvolvimento de potencialidades e habilidades (RELATORIO DE GESTÃO, 2016, p. 12)

Além desse quantitativo de atendimentos no Serviço de convivência o Relatório mostra que as variáveis referentes à vinculação e desvinculação dos participantes sinalizam algumas dificuldades, no quadro abaixo pode-se notar nos quantitativos dos atendimentos.

QUANTITATIVO	JAN-MAR	ABR-JUN	JUL-SET	OUT-DEZ	TOTAL 2016
Número de participantes	3.664	3.690	3.331	3.321	3.321
N. de participantes vinculados	377	138	107	395	1.017
N. de participantes em situação prioritárias	1.049	1.033	954	942	942
N. de participantes vinculados em situação prioritárias	105	103	95	100	403
Número de desligamento	76	112	252	407	847

Quadro 04: Vinculação e Desvinculação no SCFV

Fonte: RELATORIO DE GESTÃO 2016, (DEZ, 2016, p. 13)

Os dados revelam que há um crescimento de participantes vinculados, entretanto também é notado esse crescimento no número de desligamentos e no decorrer do ano de 2016, 83% do quantitativo vinculado foi desligado. Tal fenômeno, segundo a análise dos técnicos da Secretaria aconteceu pelas seguintes razões: “Desligamento por vontade própria; Mudança de localidade de origem; Superação das condições de vulnerabilidades ou riscos que deram origem a inserção ao serviço; e Evasão em função da troca de Orientador Social” (p. 13).

Essa redução também aconteceu em relação ao ano anterior, segundo o relatório de Gestão, em 2015 o número de participantes era de 3.759, em 2016 era 3.321, o que significa uma redução de 11% de participantes.

É importante ressaltar que com esse resultado o município não conseguiu alcançar a “meta de 7.230 participantes, estabelecida no Termo de Aceite junto ao MDS” (p. 13), apesar do relatório de Gestão enfatizar uma melhoria na qualidade das atividades desenvolvidas neste serviço.

Essa redução de participantes se justifica devido algumas dificuldades que precisam ser superadas, entre elas, as análises dos técnicos da assistência apontam:

- Criação de uma equipe de busca ativa e monitoramento dos grupos;
- Contratação ou a substituição da mão-de-obra estagiária para a função de Orientador Social, visto que o vínculo de estágio é temporário e rotativo;
- Contratação de facilitadores de oficinas;
- Recomposição das equipes de referência conforme NOB/RH SUAS 2012;
- Qualificação do material pedagógico destinado ao desenvolvimento das atividades nos diferentes grupos existentes;
- Ampliação e qualificação do acesso à rede de internet, facilitando o acesso e operacionalização do Sistema SISC;
- Ampliação e fortalecimento da parceria com a rede complementar das Entidades de Assistência Social da Proteção Social Básica;
- Ampliação da interface com a Proteção Social Especial, especialmente quanto à identificação do público prioritário para o serviço;
- Melhoria nos processos de aquisição de material de consumo e expediente para uma boa execução das atividades propostas no Plano de Ação. (RELATÓRIO DE GESTÃO 2016, DEZ/2016, p. 13 e 14)

Percebe-se diante das dificuldades apontadas a importância dos profissionais capacitados com relações trabalhistas consolidadas conforme preconiza a NOB-RH-SUAS, que defende a profissionalização da equipe. Segundo a Norma:

A garantia da qualidade da proteção aos usuários do SUAS supõe a presença de profissionais capazes de dar respostas tecnicamente qualificadas e eticamente responsáveis. A profissionalização da política de assistência social deve alcançar tanto as equipes de referência, quanto as equipes das entidades e organizações que compõem o SUAS. (NOB-RH-SUAS, 2005, p.54)

Nesse sentido, a participação dos profissionais que compõem as equipes e o compromisso dos gestores nos processos de capacitação e contratação é fundamental para qualificar os serviços prestados na Assistência Social.

2.3.1.2 Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos

Este apresentou ao que se consiste o serviço, entretanto, quanto aos resultados há poucos indícios por não haver um trabalho consolidado. Antes mencionou que o público alvo é advindo dos demais serviços da Proteção Básica, principalmente do SCFV. Segundo o Relatório de Gestão da SEMMASDH, esse serviço realizou “a inserção na rede de serviços socioassistenciais, o fortalecimento

da função protetiva da família por meio do PAIF e a emissão de documentação pessoal” (p.15).

Porém, os idosos, pessoas com deficiência que chegam ao CRAS fazem parte do público que obedece aos critérios de inclusão do PAIF e SCFV conforme indica a Tipificação (2009, p. 11):

- Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
- Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, as que ainda não foram contempladas;
- Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;
- Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. (TIPIFICAÇÃO, 2009, p.11)

De acordo com a Tipificação (2009) estas famílias estão em situação de vulnerabilidade social por conta da pobreza, sendo agravadas por outras situações, contudo, o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas não vem sendo realizado na prática, já que este serviço se destina aos que não conseguem chegar a CRAS e por estes motivos este serviço têm por objetivos:

- Prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais;
- Prevenir confinamento de idosos e/ou pessoas com deficiência;
- Identificar situações de dependência;
- Colaborar com redes inclusivas no território;
- Prevenir o abrigamento institucional de pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas com vistas a promover a sua inclusão social;
- Sensibilizar grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão de pessoas com deficiência e pessoas idosas buscando a desconstrução de mitos e preconceitos;
- Desenvolver estratégias para estimular e potencializar recursos das pessoas com deficiência e pessoas idosas, de suas famílias e da comunidade no processo de habilitação, reabilitação e inclusão social;
- Oferecer possibilidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo a participação cidadã;
- Incluir usuários e familiares no sistema de proteção social e serviços públicos, conforme necessidades, inclusive pela indicação de acesso a benefícios e programas de transferência de renda;
- Contribuir para resgatar e preservar a integridade e a melhoria de qualidade de vida dos usuários;
- Contribuir para a construção de contextos inclusivos.

Este serviço tem propostas interessantes e importantes o qual busca alcançar o público alvo já mencionando com o objetivo de prevenção de rompimento e fragilidade dos laços familiares, bem como evitar o isolamento, a exclusão social e assim promover a participação, equiparação de oportunidades individuais de forma que atenda o que é solicitado na PNAS (2004) e na Tipificação (2009). Porém, não tem sido priorizado na SEMMASDH e confundido como se fossem os mesmos serviços, por outro lado não é realizado por ser mais uma demanda que a equipe técnica não tem dado conta, inclusive pelo número reduzido nos equipamentos da Assistência Social.

Apresentado os serviços socioassistenciais demandados pela PNAS (2004) o SUAS também operacionaliza os Benefícios Assistenciais, pois além dos serviços descritos acima a SEMMASDH gesta alguns programas que constam como obrigatoriedade na Tipificação da Política de Assistência Social (2009) conforme o quadro a seguir os apresenta:

PROGRAMA	DESCRIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
ACESSUAS TRABALHO	O Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho, conforme estabelecido na Resolução CNAS n. 33 de 2011, tem com o objetivo a mobilização das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal com vistas ao acesso ao trabalho e à obtenção de renda, por meio da inclusão em cursos de qualificação profissional e inclusão produtiva.	Público-alvo: são populações urbanas e rurais em situação de vulnerabilidade ou risco social. Rede executora: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Sede SEMMASDH Fonte de recurso: Tesouro Municipal e Acessuas Trabalho - FNAS Número de atendimentos: 313 pré-matrículas e 250 mobilizações.
ACESSO À CIDADANIA	Programa municipal que oferta 200 bolsas no valor de um salário mínimo para pessoas deficientes que não têm perfil para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada - BPC. Os bolsistas permanecem no Programa, temporariamente, até que sejam capacitados e incluídos no mercado de trabalho	Rede executora: Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos – SEMMASDH. Número de atendimentos: 200 Bolsistas com procedimentos Fonte de recurso: Tesouro Municipal
Benefício de Prestação Continuada	É um benefício da Política de Assistência Social que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. É um benefício de caráter individual, não vitalício, intransferível, que assegura a transferência mensal	Número de usuários do BPC: 49.844, conforme base de dados SAGI, 2016. Rede executora: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.

	<p>de 1 (um) salário mínimo aos idosos (a partir de 65 anos) e a pessoas com deficiência de qualquer idade que não têm condições de prover o próprio sustento e nem de tê-lo por sua família. A renda mensal familiar <i>per capita</i> deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente. Financiado pelo orçamento da Seguridade Social, o BPC é gerido pelo Fundo Nacional de Assistência Social e operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS</p>	<p>Número de atendimentos: Aplicação de com inserção no sistema de 1.883 questionários até dezembro de 2016. Serviço Prestado: Aplicação de questionários. Fonte de recurso: Tesouro Municipal e Federal</p>
CADASTRO ÚNICO	<p>É um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, dados pessoais, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. É a porta de entrada para os programas sociais executados nas três esferas de governo.</p>	<p>Rede de execução: Divisão de Renda e Cidadania – Sede SEMMASDH e subcentrais de atendimento nos CRAS. Número de atendimentos: 252.001 famílias cadastradas Fonte de Custeio: Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD-PBF do Fundo Municipal de Assistência Social</p>
Programa Bolsa Família	<p>É um programa de transferência de renda, instituído pela Lei Federal nº 10.836/2004 e pelo Decreto nº 5.209/2004, que tem como beneficiários famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. As famílias em situação de pobreza são aquelas com renda <i>per capita</i> entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 nesse caso a família tem direito aos benefícios variáveis de acordo com o número de crianças, jovens, gestantes ou nutrizes residentes no domicílio limitado a cinco variáveis e dois benefícios variável jovem por família. Famílias em situação de extrema pobreza possuem renda <i>per capita</i> inferior a R\$ 85,00. Estas, além do direito aos benefícios variáveis, têm direito ao benefício básico e quando mesmo com esses benefícios não alcançam a <i>per capita</i> de R\$ 85,00 recebem um complemento denominado benefício de superação da extrema pobreza.</p>	<p>Rede de execução: Divisão de Cidadania e Renda – Sede SEMMASDH e subcentrais de atendimento nos CRAS. Número de beneficiários: 131.401 famílias. Fonte de Custeio: Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD-PBF do Fundo Municipal de Assistência Social</p>
Programa Bolsa Família Consorciada Municipal	<p>Programa pactuado junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com o objetivo de complementar a transferência de renda do Programa Bolsa Família do Governo Federal para famílias cuja renda <i>per capita</i> seja inferior a R\$ 70,00 e que possuam em sua composição familiar</p>	<p>Número de atendimentos: 33.129 benefícios Fonte de Recurso: Tesouro Municipal</p>

	crianças e/ou adolescentes até 15 anos. O valor da transferência é de R\$ 60,00.	
Serviço de Articulação Comunitária	Tem como finalidade fazer a interlocução entre a Secretaria e a Comunidade, visando o atendimento de suas necessidades no que tange ao apoio às organizações populares, à organização de ações de cidadania nos diversos bairros e zonas da cidade. Além disso, realiza a oferta da emissão da Carteira de Identidade	Rede executora: Serviço De Articulação Comunitária – GAC Número de atendimentos: 2.503 procedimentos Serviço Prestado: Expedição de documentos pessoais. Fonte de recurso: Tesouro Municipal

Quadro 05: Programas e demandas

Fonte: Relatório de Gestão 2016/SEMMASDH (2016, p. 15 a 28)

Conforme o quadro 05 apresentado, a maioria das famílias beneficiadas chegam ao CRAS por intermédio destes benefícios, muitas vezes são chamadas de porta de entrada para a Política Social por se articular com as políticas intersetoriais. Ademais, os benefícios socioassistenciais fazem parte de Programas de transferência de renda que objetivam amenizar os impactos da pobreza.

São os Programas de transferência de renda as estratégias mais utilizadas através da Assistência Social, ao que antes já mencionado como ponto de partida ao combate a pobreza, seria o CRAS o espaço de maior participação da população tanto ao acesso aos serviços da Assistência Social quanto a mobilização política dos mesmos através das atividades socioeducativas realizadas por meio do SCFV. Além do mais esta política busca a superação de ações clientelistas, a superação da ajuda para dar lugar ao direito, inclusive de participação a partir de suas reais condições de vida.

Vamos conhecer os resultados desses programas no ano de 2016, apresentados no Relatório de Gestão 2016, da SEMMASDH:

a) ACESSUAS TRABALHO

Nesse programa são prestados serviços de:

Mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade e risco social para acesso a cursos de capacitação, bem como a formação profissional e demais ações de inclusão produtiva. A oferta de cursos de qualificação profissional é realizada por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) Brasil Sem Miséria, Programa Vira Vida e o programa Mulheres Mil. A articulação do ACESSUAS com a intermediação de mão de obra, expressa a ligação entre a qualificação e a colocação no mercado de trabalho. (p. 16)

No ano de 2016, foi tímida as ofertas desse programa devido à crise econômica que assolou o país e reduziu o orçamento para os Programas Sociais, impactando principalmente a Assistência social. Entretanto, apesar do reflexo da crise, esse programa realizou 313 pré-matrículas que através da Rede CRAS encaminhou vagas para os Programas Vira Vida (32), Mulheres Mil (44) e Pronatec (237).

Dessas 313 vagas, foram ofertados os seguintes cursos:

PROGRAMA	CURSO
PRONATEC	Auxiliar de manutenção predial
	Desenhista da Construção Civil
	Marceneiro
	Mestre de obras
	Operador de máquinas de marcenaria
	Pintor Industrial
MULHERES MIL	Agente de Combate a Endemias
	Agente Comunitário de Saúde
	Higienista em serviços de saúde
	Recepcionista em serviços de saúde
VIRA VIDA	Formação Escolar Básica e Qualificação Profissional

Quadro 06: Cursos Ofertados

Fonte: RELATORIO DE GESTÃO 2016 (DEZ 2016, P. 17)

Apesar da concessão das vagas, algumas dificuldades foram sinalizadas pelos técnicos da Secretaria, entre elas podemos citar: “à descontinuidade dos Programas de Qualificação do Governo Federal, além da demora no processo de repactuação com as Instituições de Ensino” (p. 17).

b) ACESSO À CIDADANIA

Esse programa presta os seguintes serviços:

Os bolsistas do Programa são acompanhados por meio de visitas domiciliares e institucionais, visitas de supervisão técnica nos locais onde desenvolvem atividades laborativas, além do encaminhamento para mercado de trabalho e cursos profissionalizantes e demais políticas públicas setoriais que possam validar os direitos da pessoa com deficiência (RELATÓRIO DE GESTÃO, DEZ 2016, P. 18).

No ano de 2016, o Relatório de Gestão 2016, enfatiza o crescimento do quantitativo de bolsistas e pessoas no banco de dados do programa no mercado de trabalho. Esses números foram distribuídos em 177 bolsistas e 112 não bolsistas foram admitidos no mercado de trabalho a partir dos encaminhamentos desse programa.

Apesar desses números, considerados positivos para o momento de crise que vive o país, na análise dos técnicos da SEMMASDH, faz-se necessário fazer uma “revisão das condicionalidades de permanência e inserção no Programa” (p. 19), para que o mesmo possa atender a demanda das pessoas com deficiência.

Sem desconsiderar que assim como nos demais programas e benefícios estes números de beneficiários permanece inferiores a demandas de pessoas e famílias que estão em situação de baixa renda, inclusive das famílias que possuem pessoa com deficiência, mas não estão incluídas em nenhum dos programas mencionados, nem mesmo estão referenciadas em algum CRAS, necessitando mais que inclusão ao programa, antes capacitado a superar sua condição.

c) BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

A Assistência Social contempla o Benefício de Prestação Continuada -BPC que garante a transferência de renda no valor de 1 (um) salário mínimo a pessoa idosa com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, sensorial, mental ou intelectual, de modo que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem a ter provida por sua família (MDSA, 2015).

Segundo o Censo Suas:

Os Benefícios Assistenciais se dividem em duas modalidades: o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e os Benefícios Eventuais. O Programa Bolsa Família (PBF) está intrinsecamente ligado à estrutura de assistência social, mesmo considerando que o PBF e o BPC estejam em estruturas distintas de gestão.

O BPC integra a Proteção Social Básica no âmbito do SUAS, definido na Lei Nº 8.742 de 07 de outubro de 1993 e que passou por alterações pela Lei nº 12.470 em 2011, permitindo a continuidade do pagamento do benefício quando for suspenso em caso do ingresso no mercado de trabalho e se vier a ser desligado desta relação trabalhista.

Em Manaus, segundo o Relatório de Gestão 2016 são 49.844 beneficiários do BPC, sendo 53% desse total de idosos. Esses números também atendem em 77,73% da meta proposta no Pacto de Aprimoramento, que prevê a inserção de 50% dos beneficiários do BPC no sistema de Cadastro Único.

O Benefício de Prestação Continuada também se estende ao BPC na Escola, responsável por monitorar e acompanhar o acesso e permanência da pessoa com deficiência, beneficiário do BPC na escola. Seu público prioritário são crianças e adolescentes com deficiência, ou seja, pessoas na faixa etária de 0 a 18 anos. (MDSA, 2015)

Segundo o Relatório de Gestão 2016, o funcionamento desse programa acontece através da aplicação de um questionário:

O BPC na Escola tem como um de seus objetivos a elevação da qualidade de vida e dignidade de seus beneficiários, por meio do acesso e permanência na escola com o auxílio de ações articuladas da área de saúde, educação, assistência social e direitos humanos. Assim, com o intuito de identificar essas pessoas bem como as dificuldades que as impedem de serem incluídas e/ou de permanecerem na escola, o Governo Federal instituiu a aplicação de um questionário cujas informações irão possibilitar a promoção das ações necessárias para garantir a inclusão e ou permanência daquelas que tiverem condições de frequentarem, regularmente, a escola (p. 21)

O Plano Municipal de Assistência Social (2014-2017), propôs para esse programa uma meta de 2.484 questionários em 4 anos, totalizando 621 questionários/ano. Segundo o relatório a meta imposta da Secretaria que vem sendo cumprida, o Relatório de Gestão 2016, refere que “foram inseridos no sistema do MDSA, até 12 de dezembro de 2016, 1.883 questionários, restando 601 a serem aplicados em 2017” (p. 21).

Entretanto, é preciso equilibrar opiniões diante deste resultado, pois apesar do resultado descrito pela secretaria como positivo, é possível identificar que a meta imposta anualmente no que tange a necessidade de vistas domiciliares, se contrapõe ao quantitativo de beneficiários em Manaus, além do mais se deve considerar que é a mesma equipe técnica que precisa dar conta das demandas institucionais dos serviços socioassistenciais e por isso enfrentam dificuldades que precisam ser superadas que foram apontadas pelos técnicos, entre elas estão:

- Aquisição de transporte para a realização de visitas domiciliares nas áreas de abrangência dos CRAS;
- Estabelecimento de estratégias de forma a localizar os endereços atualizados dos beneficiários do programa a fim de realizar posterior visita “*in loco*”;
- Dificuldade de acesso à rede de Internet.

O BPC é financeiramente repassado pela política de Assistência Social este importante benefício coloca seus usuários em patamar dos privilegiado, já que grande parte da população vive em condições precarizadas e com baixa renda e em alguns casos, nenhuma. Os problemas enfrentados tanto pelos usuários quanto pela equipe técnica responsável por atualizar, fiscalizar e garantir o acesso ao benefício vai além dos relatados pela SEMMASDH.

Deve-se considerar que por vezes o BPC é colocado como um dos grandes vilões dos gastos públicos no país e vem sofrendo retaliações, altas críticas ao longo dos anos. Entretanto, dois pontos são necessários a refletir, primeiro, os gastos são previstos e financiados pela política de Assistência Social, nestes termos a PNAS (2004, p.34) “o BPC não deve ser tratado como responsável pelo grande volume de gasto ou como dificultador da ampliação do financiamento da Assistência Social”, antes os critérios de inclusão e fiscalização do benefício devem ser revistos com maior seriedade por meio do poder público.

Segundo, e na verdade antes de tudo, o BPC assim como outros benefícios e programas se fazem necessário quando um país não prioriza o acesso à serviços de qualidade que possibilitam maiores oportunidades aos seus cidadãos. E este problema como já vimos antes não é exclusivo do Brasil, mas de muitos países da América-Latina, e que por meio de interesses políticos o Estado tem optado cada vez mais por políticas públicas focalizadas que não preconiza a autonomia dos usuários,

antes busca manter a tratativa clientelista que por anos se busca superar, mas que ainda é um grande desafio em tempos de retrocesso nos direitos sociais.

d) CADASTRO ÚNICO

Esse programa consiste em um sistema de cadastramento e informação das famílias em vulnerabilidade que é vinculado a vários programas que a partir do CadÚnico concede benefícios e direitos as famílias, entre esses programas estão:

- Programa Bolsa Família;
- Tarifa Social de Energia Elétrica;
- Programa Minha Casa Minha Vida;
- Carteira do Idoso;
- Aposentadoria para Pessoas de Baixa Renda;
- Telefone Popular;
- Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição em Concursos Públicos;
- Programas Cisternas;
- Água para Todos;
- Bolsa Verde (Programa de Apoio à Conservação Ambiental);
- Bolsa Estiagem;
- Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais/ Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Programa Nacional de Reforma Agrária;
- Programa Nacional de Crédito Fundiário;
- Crédito Instalação;
- Carta Social;
- Serviços Assistenciais;
- Programa Brasil Alfabetizado;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI);
- Além de outros Programas, Projetos e Serviços que utilizam a base de informações do CadÚnico para concessão de benefícios. (RELATORIO DE GESTÃO 2016, DEZ/16, P. 23)

Segundo informações da SEMMASDH, em Manaus são 252.001 famílias inscritas na Base de Dados do Cadastro Único e 804.829 de indivíduos identificados. Esses dados são usados principalmente para inserção no PBF, a partir do perfil da família. No mês de dezembro de 2016, o quantitativo de 131.401 famílias, foram beneficiadas com PBF, alcançando uma cobertura de 102,1 % da estimativa de famílias pobres no município (p. 24).

A partir do CadÚnico são gerados serviços de atendimento para monitoramento do PBF e acompanhamento do cumprimento das condicionalidades. Em 2016, o relatório de Gestão sinalizou os seguintes serviços:

SERVIÇO	TOTAL
Consulta para situação cadastral	43.934
Inclusão Cadastral	240
Revisão Cadastral	26.628
Troca de Responsável Familiar	61
Transferência de Município	311
Consulta junto ao SIBEC	42.568
Benefício Cancelado	9.750
Desbloqueio de Benefício	7
Benefício Liberado	18.849
Benefício Bloqueado	3.182
Consulta e Reversão de Cancelamento de Benefício	16
TOTAL	145.546

Quadro 07: Serviços CadÚnico
Fonte: Relatório de Gestão 2016 (DEZ/16, p. 24)

Esse programa registrou um aumento de demanda devido a novos programas, como por exemplo o “Minha Casa, Minha Vida” e a divulgação de outros benefícios que o Cadastro traz aos inscritos como as inserções em concursos, por exemplo. Esse crescente aumento tem mostrado a importância desse programa e do alcance que tem conseguido junto a população buscando viabilizar o acesso a serviços e benefícios sociais disponibilizados através do seu banco de dados.

e) PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A Assistência Social também concede as famílias de baixa renda o das famílias de baixa renda a transferência de renda do Programa Bolsa Família - PBF. O PBF é

um programa que é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. (MDSA, 2017, p.1)

Neste sentido, tem-se pelo Censo Suas (2014) que em 2004 eram cerca de 6,5 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, número que aumentou em 2014 o total de famílias era de cerca de 14 milhões, um crescimento de 113%. O PBF é um programa de transferência de renda do Governo Federal que busca dar enfrentamento a pobreza, que tem sido reconhecido por amenizar a situação de pobreza vivenciada por muitas famílias.

Esse programa é um dos mais procurados na Proteção Social Básica, junto as famílias cadastradas ele realiza “ações de atualização de informações, bem como o acompanhamento daquelas que se encontram em descumprimento de condicionalidades com vistas à manutenção do benefício de acordo com a realidade de cada família” (RELATORIO DE GESTÃO, 2016, p. 25).

Segundo dados da SEMMASDH, foram beneficiadas pelo PBF 131.401 famílias só no mês de dezembro/16, o que representa UMA “cobertura de 102,1 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 160,40 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 21.076.133,00 no mês” (p. 25).

Segundo o perfil das famílias, público alvo desse programa, no ano de 2016, obteve-se o seguinte resultado:

PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CADÚNICO	QTD
Perfil das famílias renda per capita acima de meio SM	33.226
Com renda per capita familiar entre R\$ 170,00 e meio SM	61.940
Com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 a R\$ 170,00	64.246
Com renda per capita familiar de até R\$ 85,00	92.589

Quadro 08: Perfil das famílias no Cadastro Único

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório de Gestão 2016(p. 24)

Esse programa além da inserção e monitoramento, também acompanha o cumprimento das condicionalidades. Em relação ao acompanhamento da frequência escolar, o resultado foi de 132.55 alunos acompanhados na faixa etária de 6 a 15

anos, o que equivale a 88% em relação ao público no perfil equivalente a 150.612. E na faixa etária de 16 e 17 anos, foram acompanhados 25.768 perfazendo um percentual de 80,4%, de 32.044 inscritos.

Em relação ao acompanhamento da saúde, até junho de 2016, a Secretaria atingiu 100% das famílias público alvo do PBF, o que equivale “a 60 famílias de um total de 60 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município”. (RELATÓRIO DE GESTÃO, DEZ/2016, p. 24)

Esse programa tem estreita vinculação com o Cadastro Único e é complementado pelo PBF consorciada Municipal, visando uma contrapartida do município para o enfrentamento da extrema pobreza.

f) PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA CONSORCIADA MUNICIPAL

Esse programa destina-se a famílias de baixa renda e tem a finalidade de combate à pobreza extrema. Segundo os dados da SEMMASDH/16 Manaus apresentou em novembro de 2016, o quantitativo de 131.401 famílias beneficiadas pelo PBF e em dezembro 33.129 foram beneficiadas com esse programa custeado pelos recursos municipais (RELATORIO DE GESTÃO, 2016).

Segundo a análise da Secretaria de Assistência, para a garantia e manutenção deste programa, bem como os demais programas sociais faz-se necessário o “estabelecimento de uma estrutura física e de recursos humanos capazes de realizar todos os procedimentos necessários para este fim” (p. 27).

Como descrito nas análises técnicas do relatório da Secretaria, este programa Bolsa Família Consorciada Municipal tem financiamento direto de recursos da Prefeitura sem vínculo com o Programa Bolsa Família administrado pelo governo Federal. Não só as estruturas físicas, mas é preciso ser revisto os critérios de adesão e os fins que se destina o programa, dado que é municipal, vale refletir onde está pautado, assim como é preciso questionar se tem sido possível a autonomia das famílias a partir da transferência de renda, e se os repasses são compatíveis com as reais necessidades dos seus usuários.

G) SERVIÇO DE ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA

Esse programa justifica-se pela dificuldade que os indivíduos apresentam para ter acesso aos serviços sociais, que é a apresentação de documentação civil. Nesse

sentido esse programa desenvolve ações de emissão de documentos pessoais, através da Gerencia e Articulação Comunitária.

Segundo o Relatório de Gestão 2016, em 2015 o programa atendeu um quantitativo de 1.854 usuários, contribuindo para que essas pessoas exerçam sua cidadania através dos diversos serviços oferecidos. Em 2016, houve um crescimento no quantitativo de atendimento, totalizando 2.503, ou seja, um aumento de 35%, distribuídos conforme o quadro abaixo:

SERVIÇOS	QTD
Registro Geral na Sede da SEMMASDH	945
Encaminhamento para Cartório	33
Encaminhamentos Recebidos	142
Orientação quanto à emissão de RG e Ações de Cidadania	965
Encaminhamento para o SINE	39
Emissão de RG e Ações de Cidadania	343
Encaminhamento expedido ao PAC	16
TOTAL	2.503

Quadro 9: Atendimentos da GAC

Fonte: Relatório de Gestão dez/2016, (p. 28)

Diante dos programas apresentados percebe-se o esforço que a Secretaria de Assistência tem exercido para manter a Política de Assistência Social funcionando, apesar de todas as dificuldades apontadas, o município de Manaus tem garantido proteção social a um grande quantitativo de famílias e indivíduos. Além dos serviços e programas, existem ações que visam acompanhar e fortalecer as ações socioassistenciais estabelecidas pelo MDS, as quais mostra-se a seguir:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Benefícios Eventuais	Acompanhamento socioassistencial de famílias e/ou indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social. As ações envolvem a distribuição pública de provisões materiais às famílias e/ou indivíduos que se encontrem em situação de insegurança alimentar ou	Rede executora: Divisão de Benefícios Eventuais SEMMASDH e CRAS Número de atendimentos: 9.052 benefícios e 35.168 procedimentos.

	em situação de falecimento de algum familiar. Além disso, o Serviço realiza o encaminhamento às demais políticas sociais de acordo com as necessidades da família identificadas pela equipe técnica.	Serviço Prestado: Visitas domiciliares, distribuição de provisões materiais, orientações e encaminhamentos das famílias/indivíduos em situação de vulnerabilidade social, às demais políticas públicas, visando o acesso dos usuários aos direitos básicos do cidadão, conforme previsto no art. n.º 22 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e conforme estabelecido na Resolução CMAS nº 15, de 24 de julho de 2013.
--	--	--

Quadro 10: Benefícios eventuais

Fonte: Relatório de Gestão dez/2016, (p. 28)

Quanto aos benefícios eventuais, consistem em benefícios de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. A concessão e o valor dos auxílios por natalidade e por morte serão regulados pelos Conselhos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. (CENSO SUAS, 2014)

Os benefícios eventuais estão sendo implementados nos municípios, desde o ano de 2010 e neste aspecto tem havido uma crescendo conforme mostra a Figura 25, para os benefícios os percentuais em 2014 são de 44% de Auxílio Funeral; 36% de Auxílio Natalidade; 62% Auxílios relacionados à segurança alimentar; 31,8% de auxílio de passagens.

Vale ressaltar que estes dados são de concessões de CRAS, mas os benefícios eventuais podem ser concedidos pela Proteção Social Especial através dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS para contribuir para o fortalecimento e potencialidade dos usuários dos serviços socioassistenciais.

As ações assistenciais perpassam pelo acompanhamento socioassistenciais as famílias e/ou indivíduos, através de concessão de benefícios eventuais buscando atender as necessidades em determinadas situações como falecimento ou insegurança alimentar. É gestado pela Divisão de Benefícios Eventuais da Secretaria.

Além dos benefícios realiza atividades voltadas para levantamento socioeconômico de usuários que pleiteiam junto Secretaria de Finanças, bem como na Procuradoria Geral do Município, a isenção de impostos e tarifas públicas.

Os benefícios são concedidos a partir do perfil de vulnerabilidade social e econômica da família, são liberados a partir do encaminhamento dos diversos organismos sociais vinculados a SEMMASDH, como: CRAS, CREAS, CENTRO POP, SAICA, SAI, SERVIÇO DE CALAMIDADE, ABORDAGEM SOCIAL, EAMMAR, PROGRAMA ACESSO A CIDADANIA, DRC, COZINHAS COMUNITÁRIAS, SOS FUNERAL e CONSELHO TUTELAR. Esses benefícios também são estendidos a encaminhamentos de outras secretarias como: SEHAF, SUBHAF, SEAS, SEMINF, GABINETE MILITAR, DEFESA CIVIL E SEMSA. (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2016)

De acordo com os dados fornecidos pela secretaria, de janeiro a novembro de 2016, obteve-se o seguinte resultado de concessões de benefício eventuais:

AÇÃO	TOTAL DE ATENDIMENTOS
Atendimentos vinculados a Divisão de Benefício incluindo visitas para concessões e levantamentos socioeconômicos	2.772
Concessão por benefício como: cestas básicas, colchões, lençóis	5.375
Concessão de benefício em situação de morte	27.528

Quadro 11: Quantitativo de Atendimentos dos Benefícios Eventuais

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório de Gestão dez/2016, (p. 29 - 31)

Observa-se no quadro acima que o maior índice de atendimento aconteceu no benefício em situação de morte com 27.528 atendimentos. Segundo dados do Relatório da SEMMASDH/2016, esse benefício fornece “urnas funerárias sepultamento, traslado, sepultamento e remoções, promovendo ainda o atendimento social, quando necessário”, através do Programa SOS Funeral.

Entretanto, o mesmo relatório aponta uma certa preocupação ao atendimento desse benefício. Dentro desse índice as zonas leste e norte apresentam juntas um alto percentual de 59.65%, demonstrando uma necessidade de descentralização do serviço com a criação de “um ponto focal e estratégico que venha a contemplar a demanda geográfica destas zonas, possibilitando ao usuário um atendimento com menor desgaste de locomoção” (p. 30).

A avaliação da equipe técnica da SEMMASDH foi de um resultado positivo na execução das atividades em 2016, afirmando maior planejamento nas ações e um maior número de atendimentos realizados sem queda na qualidade dos serviços.

Entretanto, aponta que ainda tem algumas dificuldades que se apresentam como desafios a serem superados para a excelência nos atendimentos, são eles: “aquisição de transporte para atender a demanda de forma mais eficaz; e destinação de espaço físico mais adequado para o atendimento individualizado de forma a garantir o sigilo do profissional e do usuário” (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2016, p. 30).

Entretanto, ressalta-se mais uma vez que as construções dos indicadores não são neutras, enfatiza-se o teor político para a elaboração dos instrumentos de avaliação, a elaboração e a divulgação dos resultados. Os indicadores não são meramente figurativos, neutros, são a possibilidade demonstrar dados positivos e seus avanços, além de exigir reflexões e debate acerca dos dados, principalmente para os sujeitos envolvidos. Sendo assim, Blanes (2015, p. 258) acredita que os indicadores demonstrados por documentos oficiais são instrumentos “de poder, de possibilidade de exercício de controle” que não podem estar a serviço da gestão administrativa, antes os usuários dos serviços podem fazer uso de acordo com seus interesses.

Portanto, a PSB divulgada no Relatório de Gestão são divulgada como positivas diante sob o aspecto de avanço da execução SUAS em Manaus, porém, os serviços socioassistenciais, bem como os equipamentos são insuficientes para alcançar o quantitativo da população que vivem em situação de pobreza no município. Considerando que para o quantitativo de quase 257 mil famílias que estão cadastradas no CadÚnico dependem do atendimento de 20 Centros de Referência de Assistência Social distribuídos em Manaus. Considerando que cada CRAS atenda as 5 mil famílias referenciadas conforme a NOB- SUAS/2005, cada CRAS estaria sobrecarregado de atendimentos, e seria necessário analisar outros fatores que em uma somatória são capazes de precarizar ainda mais os serviços ofertados.

São questionamentos que reforçam ainda mais a necessidade de conhecer as particularidades não só a gestão dos equipamentos da Proteção Social Básica, os recursos materiais e humanos necessários para execução dos serviços socioassistenciais, mas principalmente os seus usuários que recorrem a Assistência Social para atendimento das vulnerabilidades vivenciadas, na busca de melhor sua condição de vida.

CAPÍTULO III – AS CONDIÇÕES DE VIDA NA PERIFERIA DA ZONA NORTE CIDADE DE MANAUS

3.1 Manaus -“tão linda e desigual”: Os serviços de Proteção Social Básica da Assistência Social

A capital amazonense, que anteriormente foi chamada de São José da Barra do Rio Negro, a urbe localizada ao leste no Estado do Amazonas, passou a ser chamada de Manaus, em homenagem a uma tribo indígena a partir de 1856. Situada estrategicamente entre a confluência do rio Negro e Solimões, que ao fundirem-se originam o Rio Amazonas.

A Cidade possui uma área territorial de 11.401.092 km², de clima equatorial úmido, duas estações imperam: chuvosa – entre dezembro a maio, onde a temperatura permanece mais agradável decorrente das frequentes chuvas- e verão – entre junho a novembro, com temperatura elevada e sol escaldante. Com os dados do último censo de 2010 possuía um contingente populacional de 1.802.014 milhões de habitantes, com estimativa para o ano de 2017 de alcançar 2.130.264 milhões de pessoas em seu território. Representado pelo percentual de 99,49% da população concentra-se na área urbana da cidade. (IBGE, 2016)

Quanto aos aspectos sociais, em Manaus, não diferente de outras capitais, a desigualdade existente é visível, em relação a outras regiões podem ser identificadas nos diversos instrumentos oficiais de pesquisa. Como já mencionado neste estudo, os dados divulgados pelo IBGE (2016), os dados do IDHM e IVS sinalizam dados pontuais quanto às condições de vida da população, sobretudo quando os resultados dos documentos se contradizem. O quadro 12 a seguir assinala quanto aos índices do estado do Amazonas e a sua capital Manaus a respeito do ranking do Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Vulnerabilidade Social:

RANKING IDHM UNIDADES FEDERATIVAS			
Estados – 27	AMAZONAS	Municípios - 62	Posição - 18º
IDHM 2010	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
0,674	0,677	0,805	0,561
Médio DH	Médio DH	Muito Alto DH	Baixo DH
RANKING IDHM MUNICÍPIOS			

Municípios - 5.565	MANAUS	Posição - 850º	
IDHM 2010	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
0,737	0,738	0,826	0,658
Alto DH	Alto DH	Muito Alto DH	Médio DH
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL			
Dimensões	Faixa	Em relação a outros municípios	
IVS 2010	0,387	Dentre os 62 municípios no Amazonas há: 1 município – Média Vulnerabilidade Social 11 municípios – Alta Vulnerabilidade Social 50 municípios – Muito Alta Vulnerabilidade	
	Média VS		
IVS Renda/Trabalho	0,314		
	Média VS		
IVS Capital Humano	0,388		
	Média VS		
IVS Infraestrutura	0,458		
	Média VS		

Quadro 12: Demonstrativo do ranking do IDHM Amazonas/ Manaus e IVS Manaus
Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do site do PNUD (2017) e IPEA (2017)

O quadro 12 que representa os resultados entre estados e municípios a cerca da posição no ranking do IDHM e IVS de acordo com os subíndices de avaliação. Antes é preciso ressaltar que de acordo com Caleiro (2016) a revista Exame divulgou que Manaus tem a 6ª posição no ranking de participação do Produto Interno Bruto- PIB do Brasil, como também referenciado antes, o PIB se propõe a mensurar o desenvolvimento econômico das localidades.

Neste sentido, é possível perceber que a capital amazonense se torna uma cidade rica e ao mesmo tempo desigual na distribuição de sua riqueza, pois os dados da tabela assinalam a 18ª posição no ranking do IDHM em relação aos estados brasileiros, e o município de Manaus com a 850ª posição entre os municípios brasileiros, fato que representa uma queda relevante em relação ao PIB. Ressalta-se que estes instrumentos são o meio de averiguação que se contrapõe entre si na localidade onde se pretende identificar tanto o desenvolvimento econômico quanto o desenvolvimento humano.

Outro dado, interessante nos resultados é a relação entre faixa de desenvolvimento humano e a faixa de vulnerabilidade social. O IDHM realizado em 2010 assinala que a tanto o Amazonas quanto a capital possui resultados favoráveis de desenvolvimento humano, estando Manaus com 0,737 o equivalente ao alto desenvolvimento humano no município. Entretanto, um fato curioso estende-se a

pesquisa de 2010 do Índice de Vulnerabilidade Social, onde Manaus encontra-se na faixa de média vulnerabilidade social em relação aos 5.565 municípios avaliados pelo IPEA (2017).

Para tanto, a condição de vida da população precarizada da população também é visível, a capital manauara possui a produção econômica através do Distrito Industrial, a Zona Franca de Manaus que tem seus maiores arrendamentos através das indústrias de eletroeletrônicos e metalúrgicos, entretanto, esta riqueza é distribuída de forma desigual e por isso “a pobreza é vista a olho nu e tudo na cidade é desigual e ambientalmente insustentável” (SCHERER, 2009, p. 10).

Estes dados se tornam ainda mais preocupantes quando mesmo com a melhor condição econômica na capital, ao comparar com os 62 municípios do Amazonas, a capital Manaus encontra-se em uma situação não favorável de média vulnerabilidade social, enquanto 11 municípios estão em alta vulnerabilidade social e são aqueles que a economia interage diretamente com a capital a exemplo estão Itacoatiara, Rio Preto da Eva, São Gabriel da Cachoeira dentre outros, e ainda mais alarmante se pelo menos 50 municípios na faixa de Muito Alta Vulnerabilidade. (IPEA, 2017)

Diante do contexto de precarização que a região vivencia, na maioria das vezes, a população procura os serviços ofertados na capital, concentrando-se em Manaus um quantitativo significativo de migrantes advindos de municípios do estado buscando melhores condições de vida. Conforme Silva (2010, p.153):

[...] Manaus, a capital do Amazonas, que concentra mais da metade da população do Estado e o pólo industrial mais importante da Região Norte, aparece nas representações dos migrantes como o lugar das oportunidades de trabalho de ampla rede de serviços, entre eles, os de saúde e de educação. A busca por tais serviços passa a ser, em grande parte, as razões pelas quais os migrantes deixam as pequenas cidades do interior do estado em busca de um grande centro urbano. Neste sentido, a busca de melhores condições de vida e de um modo diferenciado de viver se apresenta como um direito [...]

Em conformidade com o autor, compreende-se que a formação de grandes centros urbanos causa uma forte procura por melhores condições de vida para os migrantes, por concentrar as riquezas e serviços básicos de “melhor” qualidade. Esta realidade não se dá somente para os que mudam de residência para a capital, mas para os que buscam os serviços que são ofertados somente na capital e retornam posteriormente para o lugar de origem.

Faz-se necessário ressaltar que estes dados apresentados pelo IBGE, IDHM, IVS e os demais instrumentos que são elaborados para mensuração da situação de vida da população, são indicadores elaborados para demonstrar resultados e sua utilização atender os interesses. Assim, os indicadores utilizados não são neutros ou imparciais, ao contrário, de acordo com Blanes (2015, p.260) “existe um componente político muito forte na criação de indicadores [...] a construção de um indicador não é tarefa tão simples e neutra”. Ainda para autora, um indicador tende a demonstrar a evolução, avanço nos objetivos que se pretende alcançar e a partir disso produz informações disponibilizadas para a sociedade.

Não sendo neutra, caberão também diversas interpretações teóricas, bem como a utilização dos dados para determinados fins. Para a autora, a construção destes indicadores poderá servir de base para formulação de políticas de acompanhamento das famílias “a possibilidade de um programa social modificar, acrescentar, reorientar as necessidades básicas de um determinado grupo social sob determinada intervenção” (BLENES, 2015, p.260)

3.2 Os usuários do CRAS Terra Nova: quem são? Como vivem e sobrevivem?

Como já vimos nos capítulos anteriores, a Proteção Social no âmbito da Assistência Social é considerada como uma diretriz para a organização da oferta de serviços que tem por princípios: a matricialidade sociofamiliar; a territorialização; a proteção pró-ativa; a integração à seguridade social; a integração às políticas sociais e econômicas. De modo que, a Proteção Social Básica corresponde ao conjunto de ações que se realizam no - e a partir do território, possibilitando condições para a reprodução social, pois está relacionada às condições de vida e de sobrevivência. (NOB/SUAS, 2005, p.90)

Conforme a PNAS (2004) o CRAS é uma unidade público-estatal, de base territorial, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, responsável pela organização da oferta e desenvolvimento dos serviços socioassistenciais de proteção social básica junto a grupos familiares.

Para tanto, o CRAS Colônia Terra Nova, situado na zona norte da cidade de Manaus, em área urbana periférica, foi implantado em 18 de setembro de 2010. É uma unidade que funciona em imóvel próprio, com placa de identificação. Seu

funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00. Sua capacidade de referenciamento é de até 5.000 mil famílias. O referenciamento se materializa no ato que a equipe processa - a partir do que se preconiza pelo SUAS - “as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectada no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas conforme a complexidade da demanda” (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS/CRAS, 2009)

Contudo, foi evidenciado pelo SAGI por meio das informações contidas na ferramenta Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico – CECAD (2016) que tinha sob o território do CRAS Terra Nova o referenciamento de 53.745 mil famílias. Este número é significativamente maior do que preconizado, o qual equivale à demanda para pelo menos 10 unidades de CRAS em pleno funcionamento, cada um com sua equipe técnica de referência.

De acordo com o Relatório Anual de Atividades – RA/SEMMASDH (2016) preenchido pela equipe técnica do CRAS Terra Nova acerca do planejamento e implementação dos serviços, o CRAS referido desenvolve as suas atividades a partir da ação de vinte profissionais, dentre estes: uma coordenadora, uma psicóloga, três assistentes sociais, três cadastradoras, duas recepcionistas, três serviços gerais, um motorista, cinco orientadoras sociais, um vigilante. No ano de 2016, esta equipe participou de 26 reuniões com a Gestão Municipal de Assistência Social; participou de 7 Oficinas de Capacitação; participou de 8 reuniões da Rede Socioassistencial; realizou 46 reuniões com o total de 174 participante dentre os servidores; emitiu 113 relatórios social referentes a visitas domiciliares e institucionais, busca ativa e acompanhamentos. Não há participação dos usuários nas atividades de planejamento das ações realizadas pelo CRAS. Contudo, existem processos de mobilizações para a participação destes usuários nas Conferências, representações nos eventos de Controle Social.

O Relatório de Preenchimento do Censo Suas/SEMMASDH (2016) também preenchido anualmente pela equipe de referência do CRAS Terra Nova quanto à estrutura física do imóvel, desta forma o referido CRAS funciona com uma recepção, uma copa/cozinha, um almoxarifado, cinco banheiros, uma sala com capacidade para mais de 30 pessoas, uma sala com capacidade para atendimento de 6 a 14 pessoas, uma sala exclusiva da coordenação, uma sala da equipe técnica de referência. A unidade não possui espaço externo para atividades de convívio e apesar do quantitativo de salas, funciona numa estrutura física com sérios problemas em sua

segurança, pequena, estreita, precária, insalubre devido ter sido construído sobre uma fossa – que exala constantemente odores fétidos, bem como a infestação de pombos e caramujos africanos.

Em relação às condições de acessibilidade para pessoas com deficiência (PCD) e pessoas idosas, o CRAS Terra Nova possui acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até a recepção, em consonância com a Norma da ABNT. Seu banheiro adaptado para PCD também está de acordo com a Norma. Entretanto, a rota acessível aos espaços internos do CRAS, é extremamente estreita, não correspondendo a Norma técnica. (CENSO SUAS/SEMMASDH, 2016)

Ainda de acordo com o Censo Suas (2016), dentre os equipamentos e materiais disponíveis, em perfeito funcionamento, para o desenvolvimento dos serviços, estão: nove computadores conectados a internet, um telefone de uso exclusivo, uma impressora, uma máquina copiadora, um aparelho de DVD, um Datashow, alguns poucos brinquedos e materiais pedagógicos, culturais e esportivos. Além de um veículo exclusivo para uso de visitas. Devido a alguns furtos sofridos na unidade, o CRAS já não possui televisão, equipamento de som e máquina fotográfica.

Quanto às ações e atividades desenvolvidas no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), estão: acolhida em grupo realizada por profissional de nível superior, acolhida particularizada realizada por profissional de nível superior, acompanhamento de família, acompanhamento dos encaminhamentos realizados, atendimento particularizado de famílias e indivíduos, registro do acompanhamento familiar no prontuário, elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar, grupo e oficina com famílias, visitas domiciliares, palestras, campanhas ou eventos comunitários, apoio para obtenção de documentação pessoal, orientação e acompanhamento para inserção no BPC, encaminhamentos de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial, encaminhamentos de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas, encaminhamento para obtenção de Benefício Eventuais, encaminhamento para inserção e atualização de famílias no Cadastro Único. (RA/SEMMASDH, 2016)

No mês de agosto de 2016, o total de famílias acompanhadas pelo PAIF correspondia a 166 famílias, evidenciando a disparidade entre o quantitativo de famílias acompanhadas ao número de famílias referenciadas. (RA/SEMMASDH, 2016)

No que diz respeito ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o CRAS ofertou diretamente este Serviço para onze grupos, divididos por faixas etárias, da seguinte forma: um grupo de crianças de 0 a 6 anos de idade, quatro grupos de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos de idade, cinco grupos de adolescentes de 15 a 17 anos de idade; um grupo de idosos a partir de 60 anos de idade. Quanto às estratégias utilizadas pelos técnicos para acompanhar os serviços ofertados junto aos grupos estão: participação no planejamento das atividades a serem desenvolvidas; reuniões com Equipe Técnica da rede referenciada; supervisão dos orientadores sociais; capacitação aos orientadores sociais; acompanhamento aos grupos; verificação de inclusão dos usuários no Serviço; encaminhamento dos usuários para o SCFV; avaliação e monitoramento das atividades realizadas; discussão conjunta dos casos em acompanhamento. Ressalta-se que as atividades desenvolvidas nos grupos também abrangem pais, responsáveis e acompanhantes dos participantes, além de eventuais atendimentos coletivos e particularizados. (RA/SEMMASDH, 2016)

Ainda referente ao SCFV, o CRAS Terra Nova promoveu 170 buscas ativa de usuários membros deste Serviço, bem como a realização de 157 encontros grupais, totalizando o quantitativo de 2.807 usuários; ofertou 5 passeios recreativos junto de 122 pessoas.

No que tange aos Benefícios Socioassistenciais, o CRAS ofertou 52 benefícios relacionados à segurança alimentar; 47 consultas de Carteiras do Idoso; 4 entregas de Carteiras de Idoso; 96 emissões de Declaração de Idoso; 30 encaminhamentos recebidos da subcentral de CadÚnico; 11 pré-matrículas Pronatec; 11 identificação e agendamento para concessão de BPC; 12 Busca Ativa BPC; (RA/SEMMASDH, 2016)

Quanto às ações de Cadastro Único, o CRAS realizou 83 reuniões tratando de orientações coletivas que totalizou o total de 2.728 participantes; 1.613 cadastramentos de novas famílias; 4.769 atualizações cadastrais; 4.993 consultas ao banco de dados do CadÚnico; 233 impressões de folhas resumo; 1.707 consultas SIBEC. (RA/SEMMASDH, 2016)

Junto aos beneficiários do Programa Bolsa Família, a equipe técnica realizou 36 visitas de famílias em auditorias, 29 reuniões com a presença total de 491 Responsáveis Familiares em descumprimento de condicionalidades, ou seja, beneficiários que foram advertidos ou tiveram seus respectivos benefício bloqueados e suspensos devido ao não cumprimento de suas responsabilidades referente à

atualização cadastral, acompanhamento das exigências de Saúde e Educação o que ocasionou o número de 766 consultas no Sistema de Condicionalidades e outros 718 registros no mesmo Sistema. Além da busca ativa de 106 famílias em situação de descumprimento de condicionalidades. (RA/SEMMASDH, 2016)

Em relação aos usuários da Assistência Social, várias são as demandas apresentadas. No cabe neste estudo demonstrar a partir dos dados coletados o perfil dos usuários pesquisados, apresentando quem são e como vivem. As informações foram retiradas do Prontuário SUAS (2016) o instrumento padronizado de modo nacional que permite o registro das informações familiares que possam subsidiar o trabalho técnico junto às famílias.

Esta necessidade ocorreu após a pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) junto ao Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli da Fundação Oswaldo Cruz (CLAVES/FIOCRUZ) no ano de 2010, o qual identificou que não havia uma padronização das informações utilizadas pelo CRAS e nem pelo CREAS nos municípios. Desta forma, a partir do debate do trabalho com as famílias o instrumento nacionalmente padronizado foi elaborado no ano de 2012 e somente a partir do ano de 2015 foi exigindo o uso obrigatório do preenchimento dos Prontuários nos 5.565 municípios brasileiros. (MANUAL PRONTUÁRIO SUAS, 2014)

O instrumento padronizado remete ao conhecimento a realidade dos usuários, além de organizar e sistematizar o registro das condições de vida dos usuários e os encaminhamentos, enfrentamentos as situações. De acordo com o Prontuário Suas (2016) as informações a seguir o gráfico 01 representa o percentual dos usuários pesquisados, o que diz respeito ao bairro de residência das famílias pesquisadas e referenciadas no CRAS Terra Nova:

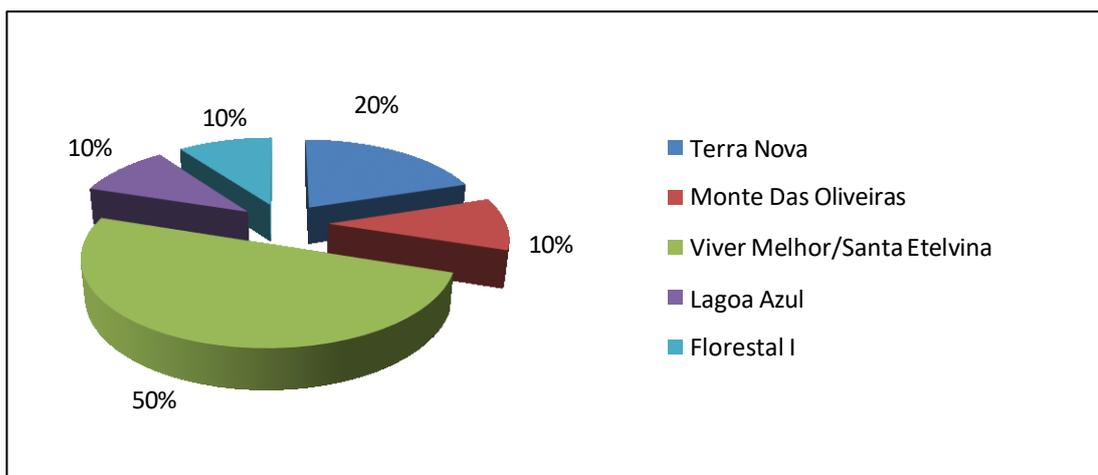


Gráfico 01: Bairro de domicílios dos usuários pesquisados

Fonte: Elaboração própria com base no Prontuário SUAS

Inicialmente cabe apresentar a procedência dos usuários acompanhados pelo CRAS Terra Nova conforme mostra o gráfico 01. Não diferente da realidade onde muitos são os bairros que fazem parte do território de abrangência desta Unidade, o gráfico demonstra esta diversidade de bairros. Dos usuários pesquisados com percentual de 20% são do bairro Colônia Terra Nova, 10% oriundos do bairro Monte das Oliveiras, o percentual de 10% corresponde aos usuários advindos do bairro Lagoa Azul, e outros 10% do Florestal I.

Porém, o fator que merece maior destaque é o fato de o bairro Santa Etelvina corresponder a 50% do valor total, ou seja, metade das famílias pesquisadas são procedentes do bairro que hoje, na Cidade de Manaus, possui uma parcela expressiva de pessoas idosas, pessoas com deficiências e outras tantas pessoas em situação de vulnerabilidade e social que foram retiradas das outras zonas da cidade e remanejadas para esta localidade.

De acordo com Soares (2016) o Residencial Viver Melhor é o resultado do termo de adesão do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV assinado no ano de 2009 pelo então governador Eduardo Braga, com um projeto financiado pelo governo Federal e construídos por empresa privada. Ainda com a autora informa, o Residencial Viver Melhor está há 22,5Km de distância da área central de Manaus e o projeto foi entregue por meio de seleção da Superintendência de Habitação do Amazonas – SUHAB, para milhares de famílias consideradas de baixa renda acompanhadas pela Assistência Social através do Cadastro Único. Estas duas

primeiras etapas foram entregues respectivamente no ano de 2012 e 2014 totalizando 8.895 unidades habitacionais entre casa e apartamentos.

Sob a regulamentação da Lei 11. 977/2009 a qual dispõe da criação de mecanismo para aquisição de unidades habitacionais, com incentivos de âmbito público e privado, a construção das unidades habitacionais, o Residencial Viver Melhor I e II são alguns dos residenciais construídos na cidade de Manaus, e já em 2017 já houve a inauguração de 2.800 mil novas moradias em 2016 e um projeto para 4 mil novas moradias no Residencial Viver Melhor III localizado no bairro Monte das Oliveiras, zona Norte da cidade. (SUHAB, 2016)

Das famílias que foram investigadas, constatou-se que em situação de condições de vida estão as que residem no residencial Viver Melhor, entretanto, estas melhorias são dadas com limitações. A melhoria se deu pelo direito à moradia das famílias, mas as condições de vida são questionadas pelo fato ter uma localização periférica da cidade com escassos serviços básicos, além de outros relatos constados nos prontuários como será apresentado em outros dados da pesquisa.

Com o registro da técnica de referência acerca da Família 4 beneficiada com a moradia, também enfrenta outras situações que são demonstradas na evolução no acompanhamento familiar:

A Sra. "Leah" compareceu ao Cras Terra Nova para justificar a desistência escolar de seu filho "Dunga" devido está em situação de drogadição no qual iniciará tratamento no CAPSI, desta forma a RF comprometeu-se em solicitar uma declaração mediante acompanhamento na instituição de saúde para darmos prosseguimento na regularização e registro no Sistema de Condicionais do PBF. A família reside no Viver Melhor II, programa habitacional financiado pelo Governo Federal, possuindo 5 cômodos. Entretanto, não há vagas suficientes nas escolas no conjunto habitacional, tampouco nas escolas dos bairros próximos, dificultando a inserção da criança "Edward" na escola. (PESQUISA DE CAMPO, 2017)

Conforme os dados do acompanhamento descritos, esta família não diferente de muitas outras procuram os serviços do CRAS para atender as condicionalidades do Programa Bolsa Família que em um dos critérios é manter a frequência escolar sem faltas para manter o benefício, mas dado a acolhida e atendimento, outras situações vão sendo evidenciadas, neste caso elenca-se pelo menos a situação de drogadição e violação do direito ao acesso à educação. Não diferente de outras famílias que são atendidas no CRAS, evidencia que o direito à moradia foi concedido,

mas outras questões precisariam de melhores planejamentos em conjunto com outras secretarias.

O Prontuário SUAS não evidencia nos registros a naturalidade das famílias acompanhadas, em sua maioria os dados são quantitativos dando-se margens apenas para registros pontuais dos técnicos de referência no momento de preenchimento. Mas, pode identificar pelas anotações que as famílias que encontram-se residindo no Viver Melhor tem dificuldade de adaptação, são elas remanejadas de outras áreas da cidade, sendo aquelas que não tinham moradia ou as demais que encontram-se residindo em área de risco.

Podemos aplicar neste sentido a reflexão acerca da migração discutida por Silva (2010), que tratando-se em situações da população advinda de outros municípios saem do seu local de origem e vão residir nas áreas periféricas da cidade de Manaus. Afirma Silva (2010, p. 153) “que no processo de migração no contexto de metrópole não é um processo fácil e muito menos homogêneo para todos” cabendo aprofundamento na investigação não só dos moradores das unidades habitacionais, mas aos demais referenciados na área de abrangência do CRAS Terra Nova.

Quanto a composição familiar dos usuários pesquisados por meio do prontuário SUAS (2016), o quantitativo encontrado representa famílias compostas por 1 pessoa e até as que tem em sua composição mais de 10 pessoas na mesma residência conforme o gráfico a seguir:

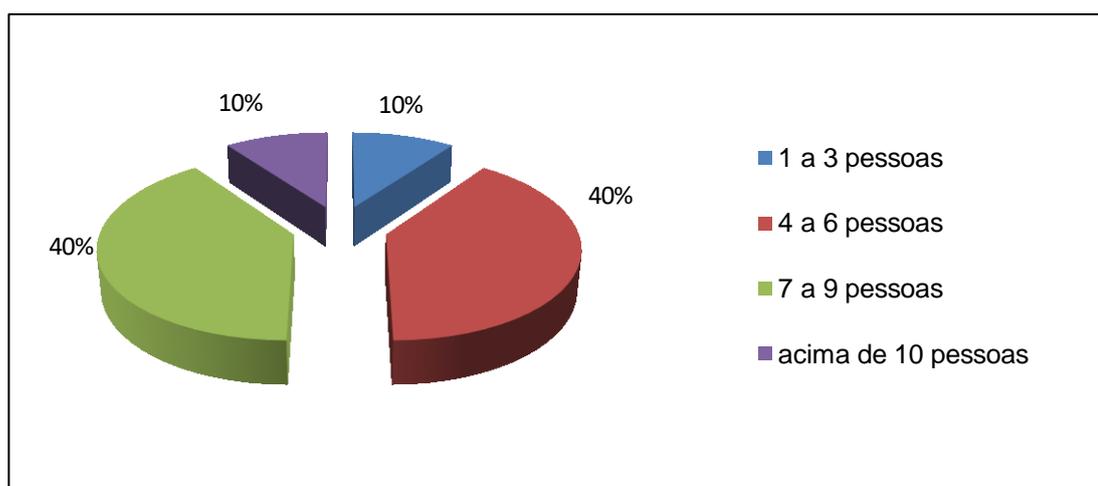


Gráfico 02: Composição familiar usuários pesquisados

Fonte: Elaboração própria com base no Prontuário SUAS (2017)

O Gráfico 02 assinala que dos usuários pesquisados a Composição Familiar é representada por 10% com 1 a 3 pessoas, bem como também com o percentual de 10% com 4 a 6 pessoas na mesma residência. Destaca-se as famílias com maior quantitativo, de 7 a 9 pessoas, as quais são representadas pelo percentual de 40%, e as famílias com mais de 10 pessoas residindo juntas em um mesmo domicílio com o percentual de 40%.

De acordo com Sarti (2015) no século XXI o Brasil já tem inúmeras discussões do conceito de família e seus novos arranjos familiares. Para a autora, como antes já mencionado, as modificações ocorridas na sociedade também impactam diretamente os padrões, arranjos, e relacionamentos familiares. “Vivemos uma época como nenhuma outra, em que mais naturalizada de todas as esferas sociais, a família, além de sofrer importantes abalos internos tem sido alvo de marcantes interferências externas” (SARTI, 2015, p.31)

A autora diz ainda que há uma dificuldade em se definir os contornos que delimitam o conceito de família. Para tanto, Soares (2012, p. 31-32) contextualiza os significados de alguns arranjos familiares declarados e vivenciados pela sociedade brasileira, portanto, compreende-se por família:

I. Nuclear ou conjugal: o que resulta nas famílias compostas por um homem, mulher e filhos coabitando o mesmo espaço. Nas nucleares permitem-se haver até duas gerações com filhos biológicos; **II. Monoparental ou mononuclear:** somando o elencar de famílias formadas por apenas um dos genitores [pai ou mãe e filho/filha]. Essas famílias resultam de uma variação da estrutura moderna devido a fenômenos sociais como o divórcio, óbito, abandono do lar, “produção independente”, graças aos avanços das tecnologias reprodutivas, etc.; **III. Extensa ou compostas por agregados domésticos:** nessas famílias encontram-se três a quatro gerações; **IV. Adotiva:** que partem do princípio da adoção de uma criança ou adolescente em que, em uma família não biológica, passa a ter os mesmos direitos e deveres de filho consanguíneo; **V. De casais sem filhos:** um projeto pessoal de não ter filhos por diversos processos de cunho restrito a projetos de vida do casal; **VI. Homoafetiva ou homoparental:** as famílias constituídas por pares do mesmo sexo e seus filhos, onde um adulto do casal assuma uma orientação sexual diferente da heterossexual; **VII. Reconstituída:** famílias formadas após o processo de divórcio; **VIII. Estendida:** famílias que estenderam os laços familiares aos amigos, vizinhos, afilhados. São várias pessoas vivendo juntas, sem laços de parentesco, mas com forte compromisso mútuo. Essa conformação família é dada como meio de sobrevivência econômica e relacional da própria família e; **IX. Unipessoal ou uniparental:** famílias constituídas pelas pessoas que vivem sozinhas com idades jovens ou, então, pessoas idosas em decorrência do aumento da expectativa de vida

Dada as definições por Soares (2012) sobre os tipos de família, cabe-se se compreender que a família é mutável, e se faz necessário conhecer suas particularidades, a realidade e história de vida de cada família. Pois, como afirmou Sarti (2015) e Soares (2012) a família se delimita simbolicamente a partir do compreende-se de sua história relatada pelos próprios sujeitos, e a tentativa de defini-la é enquadrá-las em uma estrutura padronizada e neste sentido, se faz necessário ouvi-las, mas do que defini-las.

Desta forma, a composição familiar apontada pelos dados do Prontuário Suas (2016) não é suficiente para defini-la, o prontuário como outros instrumentos são pontuais e até repetitivos no que diz respeito da elaboração dos instrumentais, entretanto, o acompanhamento e evolução dos registros das famílias pela equipe técnica pode contribuir para conhecer sua realidade, ou claro, parte dela.

A composição familiar esta distribuída em faixa etária, neste sentido cabe apresentar o perfil etário dos usuários em acompanhamento no CRAS Terra Nova que foram pesquisados através do Prontuário SUAS (2016) conforme o gráfico a seguir:

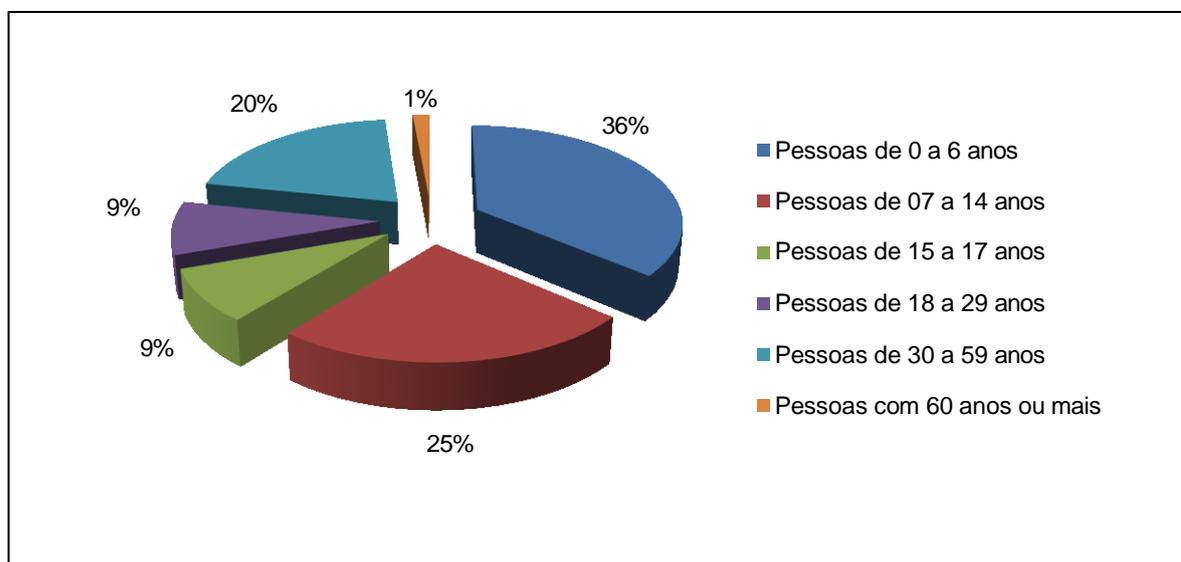


Gráfico 03: Perfil etário dos usuários em acompanhamento no CRAS Terra Nova

Fonte: Elaboração própria com base no Prontuário SUAS (pesquisa de campo,

O gráfico 03 demonstra que a composição familiar está distribuída em seis faixas etárias, com o maior quantitativo na faixa etária entre 0 a 14 anos de idade. Conforme os dados da pesquisa são em sua maioria crianças entre 0 a 6 anos de idade representadas pelo percentual de 36%, seguida de faixa etária de crianças e

adolescentes entre 7 e 14 anos de idade com o percentual de 25%. Os demais percentuais estão distribuídos entre os grupos etários também de adolescentes, além de jovens, adultos e idosos, conforme os dados a composição familiar tem o percentual 20% de pessoas entre 30 a 59 anos de idade, 9% de pessoas entre 15 a 17 anos de idade, 9% na faixa etária 18 a 29 anos de idade, e dos usuários pesquisados somente 1% corresponde a idosos.

De acordo com as faixas etárias apresentadas afere-se que a Assistência Social obteve um grande avanço ao priorizar a matricialidade social, pois ao considerar que independente do formato, arranjo da qual esta é constituída passando. Desta forma, o atendimento socioassistencial é voltado para a família, e não somente o indivíduo, passando agora a compreender suas particularidades em conformidade com a totalidade.

Conforme a PNAS (2004, p. 41):

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida.

A matricialidade socioassistencial é uma superação do reconhecimento, atendimento e encaminhamentos de modo isolado. Quando ocorre uma violação de direito, entende-se que a violação ocorre com a família. Neste sentido, ao identificar a faixa etária apresentadas, percebe-se que há grande incidência de crianças e adolescentes nas famílias, bem como idosos, fato que é preciso estar em consonância com os aparatos dos grupos considerados vulneráveis, tais como o Estatuto da Criança e Adolescente, Estatuto do Idoso, os instrumentos que visam a defesa dos direitos das mulheres, bem como a família sem fragmentações.

Na matricialidade sociofamiliar, em que se dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do território de vivência, com prioridade àquelas mais vulnerabilizadas, uma estratégia efetiva contra a setorialização, segmentação e fragmentação dos atendimentos, levando em consideração a família em sua totalidade, como unidade de intervenção; além do caráter preventivo da proteção social, de modo a fortalecer os laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros, de modo a romper com o caráter de atenção emergencial e pós-esgotamento das capacidades protetivas da família. (TEIXEIRA, 2009, p. 257)

Em conformidade com a autora, a matricialidade familiar considera também o território que vivenciam as famílias, com o objetivo de se aproximar da realidade, como também as particularidades de cada demanda apresentada, sobretudo quando se afirma que a família sendo base da sociedade prevê a proteção especial do Estado, conforme dispõe o artigo 226 da Constituição de 1988. Antes de tudo, não se deve naturalizar as condições de vida da população, e saber que cada realidade é fruto de um processo de um contexto social que vivencia o Brasil, a Região Norte, Manaus e as famílias que buscam os serviços do CRAS Terra Nova.

Desta forma, a família é a intermediação do indivíduo com a sociedade, bem como as famílias atendidas pela assistência Social, portanto, assinala Silva (2014, p. 105) “significa pensar a família como compreensão condensada dos reflexos da desigualdade social brasileira, como núcleo de resistência e produto de uma realidade dura”.

Ao que corresponde a renda familiar dos usuários em acompanhamento que foram pesquisados, através do Prontuário SUAS (2016) foi possível identificar as Condições de Trabalho e Rendimento da Família, onde a maioria das famílias se sustenta com menos de um salário mínimo ao qual corresponde ao valor de R\$ 937,00 após o decreto 8.948 de 29 de dezembro de 2016. (Diário Oficial da União, 2016). Conforme corresponde o Gráfico 04 a seguir:

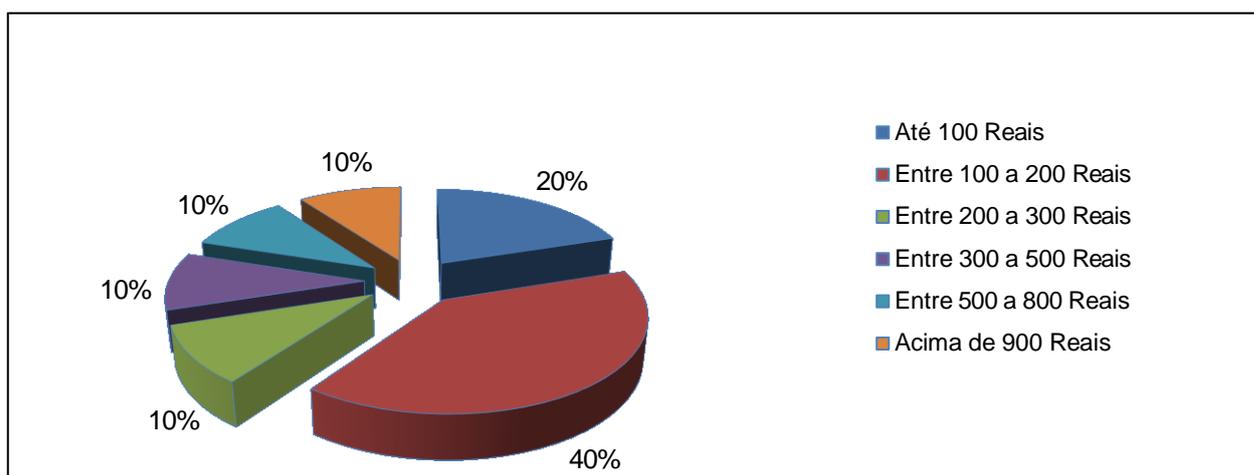


Gráfico 04: Renda familiar dos usuários em acompanhamento

Fonte: Elaboração própria com base no Prontuário SUAS

O gráfico 04 corresponde à renda familiar e assinala que 20% dos usuários pesquisados têm a renda mensal de até R\$ 100,00, o maior quantitativo se mantém com a renda mensal entre R\$100,00 e R\$200,00 ao que equivale ao percentual de 40% dos usuários pesquisados. Os demais pesquisados se equiparam na renda mensal, com percentual de 10% das famílias com a renda mensal entre R\$200,00 e R\$300,00 igualmente as famílias com renda mensal entre R\$300,00 e R\$500,00, também o percentual de 10% para os com renda mensal entre R\$500,00 e R\$800,00, bem como o percentual de 10% corresponde às famílias que possuem renda mensal acima de R\$900,00.

Entende-se que “a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.” (PNAS, 2004, p. 31) sendo compreendido que a ausência de renda implica diretamente na garantia de sobrevivência, de autonomia podendo ainda impactar em todos os âmbitos do convívio familiar e em comunidade.

Neste sentido, identificou-se que dentre os pesquisados todos são do grupo que se encontram em fragilizados por suas condições, e por vezes as famílias são revitimizadas pela má distribuição de renda da sociedade. É o que é apresentado no registro da técnica de referência acerca da Família 2 nas observações no campo de Composição Familiar no Prontuário SUAS (2016) demonstra os impactos da pobreza vivenciados pela família, conforme demonstrada na evolução no acompanhamento familiar:

Frente a situação de extrema pobreza e por denúncia do Conselho Tutelar, os filhos do Sr. “Robin Hood” foram institucionalizados num ‘abrigo’ [sic] por motivos de desnutrição e maus tratos, afirmação esta feita pelo Conselheiro. O Sr. “Robin Hood” diz não entender porque seus filhos foram retirados de seu convívio, o mesmo está lutando para reaver as crianças. (FAMÍLIA 2)

[...] Devido a situação de extrema vulnerabilidade social “Rapunzel” e “Ariel” encontram-se acolhidas na Casa Mamãe Margarida, devido falta de condições socioeconômicas da família em prover suas sobrevivências. Mediante consulta ao Cadastro verificamos que as adolescentes Rapunzel, Elza e Ana já ficaram em situação de trabalho Infantil. Rapunzel e Ariel continuam acolhidas na Casa Mamãe Margarida, conforme visita institucional. As adolescentes Elza e Ana fugiram de seu domicílio. [...] (FAMÍLIA 5)

A família 2 em questão é composta por sete pessoas, dentre elas a mãe considerada pessoa com deficiência, a qual recebe um salário mínimo mensalmente por meio do Benefício de Prestação Continuada pago pela Assistência Social, sendo

o responsável familiar o esposo que juntos convivem com os cinco filhos entre faixa etária 5 e 12 anos de idade. O Esposo, é o Responsável Familiar no Cadastro Único devido a circunstância da sua esposa, além disso, o mesmo busca rendimento como catador de recicláveis para sobreviver.

A extrema pobreza vivenciada pela Família 2 e 5 não são suficientes para a perda do poder familiar, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente sob a Lei de N. 8.069/1990 dispõe no Art. 23 acerca do poder familiar¹ “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar”.

No caso da Família 2, além da família vivenciar em residência em condições insalubres e com pouca provisão de acolhida - que de acordo com a PNAS (2004) diz respeito ao acesso básico à alimentação, vestuário, abrigo ou quaisquer situações que promovam condições favoráveis de sobrevivência – também tem o direito das crianças à convivência familiar violados.

A Assistência Social em consonância com as diretrizes da LOAS, por meio da Proteção Social prever as transferências de renda que buscam dar enfrentamento à pobreza, alívio da mesma. Para tanto, Cobo (2012, p. 150) informa que “o BPC cresceu exponencialmente nos últimos anos e vem substituindo paulatinamente a Renda Mensal Vitalícia, cobrindo, em 2008, cerca de 1,5 milhão de deficientes e 1,4 milhão de idosos”, mas os dados do MDSA informam que “atualmente, das mais de 4,3 milhões de pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada -BPC - entre idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência” (MDSA, 2015, s.p)

Estes números demonstram que o Brasil priorizou em investir nos programas de transferências de renda, no que tange os principais gastos públicos com o Programa Bolsa família e BPC, Lavinias e Cobo (2009, p.18 apud Cobo, 2012, p. 182) informam que “o volume desta rubrica quase quadruplicou em 9 anos, passando de R\$ 9,9 bilhões para cerca de R\$ 34 bilhões” de investimento. Mas, o acesso a renda mínima não é o suficiente para garantir a proteção social, é preciso equilibrar tais gastos e investir em demais serviços de igual importância.

¹ Anteriormente o termo utilizado era de Pátrio Poder, após a Lei de No 12.010/2009 substituiu a redação por Poder Familiar. O poder familiar corresponde ao direito à guarda dos filhos, e tem como dever de sustento, proteção e educação dos filhos até completarem os 18 anos de idade prevista em lei por maior idade. (ECA, 2012)

No que diz respeito às Condições Habitacionais das Famílias assinalam quanto ao tipo de residência, a distribuição de cômodos, o acesso aos serviços de saneamento básico. Desta forma, o gráfico a seguir é a representação do tipo de residência dos usuários em acompanhamento no CRAS Terra Nova, identificado por meio do Prontuário SUAS (2016):

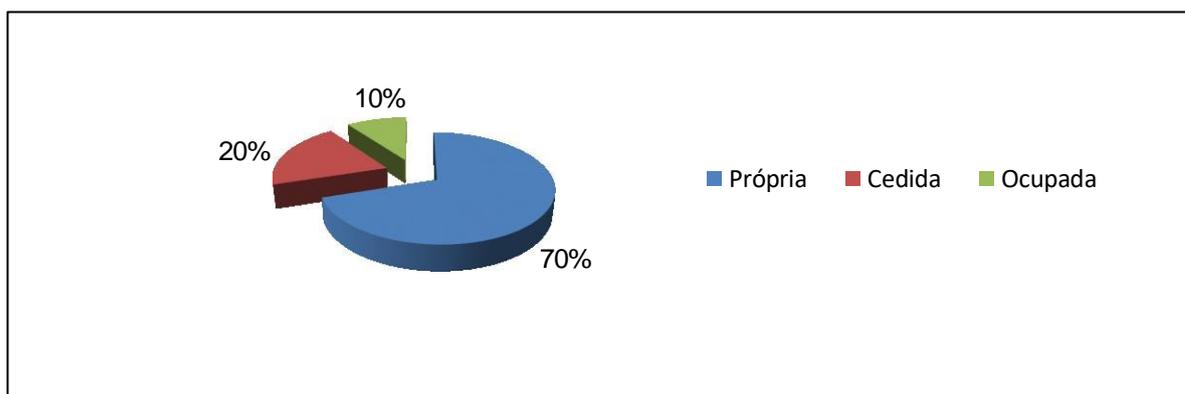


Gráfico 05: Condições de Habitações: Tipo de Residência

Fonte: Elaboração própria com base no Prontuário SUAS (pesquisa de

O Gráfico 05 corresponde ao tipo de residência, o percentual de 70% dos usuários pesquisados possuem residência própria, 20% residem em casa cedida e para os que residem em casa dita Ocupada são representadas pelo percentual de 10%. Também pelos dados extraídos do Prontuário Suas (2016) 50% dos usuários residem em casas de alvenaria e outros 50% estão em domicílios de madeira.

Através dos registros das técnicas de referência da Assistência Social, é possível identificar as situações de gravidade quanto ao acesso a moradia, além das condições de vida que vivenciam no cotidiano. Desta forma, no que tange as informações no campo de Condições Habitacionais da Família segundo o registro no Prontuário Suas (2016):

A família reside numa casa cedida em péssimas condições de conservação. O proprietário ameaçou a família de despejo caso não consigam outro lugar para morar. (Família 3)

A família conseguiu um terreno no Bairro Lagoa Azul, área de invasão. Construíram um cômodo com materiais precários, porém durante um temporal tudo desabou, foram acolhidas por uma pessoa amiga, até conseguirem ajuda de moradia. No local não há energia elétrica, nem água encanada, nenhum acesso a bens e serviços. (Família 9)

Como dito anteriormente, a condição de moradia é um direito necessário e primordial ao ser humano. Muitas outras situações decorrem do ambiente que se vive. Fato que irá prover melhores condições também de saúde e demais situações. Com os registros apresentados, as famílias sem residência própria ou em condições precárias acabam por estar vulneráveis a outras situações quando residindo em lugares inadequados. Para tanto, é preciso refletir sobre o que se entende por direito a habitação adequada:

A habitação adequada deve ser habitável, em termos de prover os habitantes com espaço adequado e protegê-los do frio, umidade, calor, chuva, vento ou outras ameaças à saúde, riscos estruturais e riscos de doença. A segurança física dos ocupantes deve ser garantida. O Comitê estimula os Estados - partes a, de modo abrangente, aplicar os Princípios de Saúde na Habitação, preparados pela OMS, que veem a habitação como o fator ambiental mais frequentemente associado a condições para doenças em análises epidemiológicas, isto é, condições de habitação e de vida inadequadas e deficientes são invariavelmente associadas com as mais altas taxas de mortalidade e morbidade. (COMITÊ DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DAS NAÇÕES UNIDAS, 1991)

Vale ressaltar que não só a falta de renda é um fator de negativo, mas a própria localização das residências dificulta o acesso a outros serviços. Considera-se que muitos bairros da Zona Norte o acesso à moradia se dar por meio de ocupação.

O fator de habitação é significativamente importante, já vimos em dados anteriores que para os pesquisados a maioria é advinda do Residencial Viver Melhor e por isso tem moradia própria, entretanto, este benefício carece de reflexão. As habitações inadequadas não acarretam prejuízos somente para os que não a possuem, no caso do Viver Melhor há pesquisas que apontam diversas falhas e denúncias a Defesa Civil quanto a construção e salubridade dos ambientes.

De acordo com Soares (2016, p. 116) “Inúmeros são os descontentamentos da população alojada no Residencial Viver Melhor, dentre os quais danos ambientais decorrentes da existência de fissuras, rachaduras e infiltrações”. Ainda com a autora, diz que as investigações apontam que a insalubridade de casas e apartamentos apresentam riscos não só a saúde como também a integridade física dos usuários.

Ainda quanto às condições habitacionais da família, o Prontuário SUAS (2016) aponta o acesso aos serviços de saneamento básico, tais como domicílios com acesso a energia elétrica, escoamento sanitário, abastecimento de água e ao serviço de coleta de lixo. Para tanto, o gráfico 06 a seguir representa o percentual correspondente ao acesso a energia elétrica:

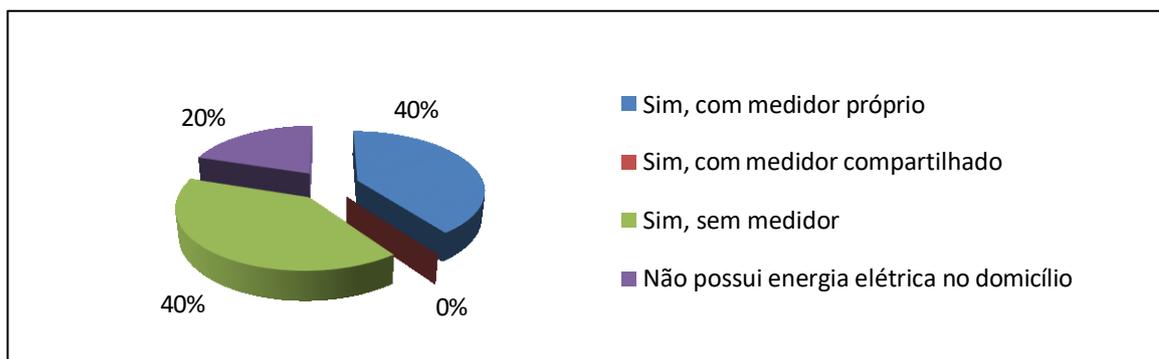


Gráfico 06: Condições de Habitações: acesso à energia Elétrica

Fonte: Elaboração própria com base no Prontuário SUAS (pesquisa de

O Gráfico 06 aponta que o percentual 40% corresponde aos usuários que têm acesso ao serviço de energia elétrica regularizado, enquanto outros 40% tem acesso ao serviço de energia elétrica em seus domicílios, entretanto, não através de serviço regularizado, e não utilizam o medidor de energia. Outro dado declarado pelos usuários corresponde ao percentual de 20% dos domicílios que não tem acesso ao serviço de energia elétrica.

Outro dado corresponde ao serviço de abastecimento de água, o Prontuário SUAS (2016) aponta que 50% das famílias têm acesso ao abastecimento de água por meio da rede pública, e 50% tem o acesso por outros meios, a saber, transporta água em baldes, cacimbas, por meio de mangueiras da casa de terceiros.

Quanto a coleta de lixo, 50% dos usuários em acompanhamento declaram que possui coleta direta, ou seja, o caminhão de coleta passa diretamente nas ruas de suas residências, entretanto 40% dos usuários declaram que a coleta de lixo é indireta, ou seja, o caminhão do lixo passa em lugares longínquos dos domicílios, bem como os 10% dos usuários que declaram não ter acesso a este serviço. Para tanto, a alternativa utilizada para os usuários com coleta indireta e sem acesso ao serviço é de realizar queimada, dispensar os resíduos em igarapés, outros abandonam lixo em terrenos de terceiros e em ruas.

Quanto ao serviço de escoamento sanitário por meio da rede pública é de percentual 20% corresponde aos domicílios do Conjunto habitacional Viver Melhor localizado no bairro Santa Etelvina, os outros resultados correspondem aos 30% de domicílios com escoamento sanitário através de fossa, 30% com escoamento a céu

aberto, ou seja, dispensam no igarapé, bem como os 20% de domicílios que não possuem banheiros.

Ao apresentar os dados quanto ao acesso aos serviços de saneamento básico, não podem ser ignorados, principalmente porque de acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS em seu relatório publicado no ano de 2011 vem trazendo a discussão não só das causas de doenças e deficiências que também podem ser influenciadas pelo ambiente em que se vive. (OMS, 2011)

De acordo com os registros realizados pela técnica de referência ao fazer o atendimento das famílias por meio do Prontuário Suas (2016) ao se tratar dos relatos quanto às condições habitacionais familiar conforme a seguir:

Como resultado do relatório enviado à SEMMASDH, ocorreu a visita da Defesa Civil no local do barraco da Sra. “Cinderela”, no bairro Lagoa Azul. Foi detectado a impossibilidade de ofertar o kit madeira, devido ser área de invasão e de risco. Até a presente data não há resposta sobre a possibilidade da família receber Auxílio Aluguel. A família está em risco de despejo e não tem para onde ir. [...] A família, composta pela Sra. “Cinderela”, seu companheiro, e cinco filhos todos menores de idade. Residem provisoriamente em casa cedida por uma amiga, pois sua residência está localizada numa área sem saneamento básico, no bairro Lagoa Azul, onde as paredes da casa são feitas de telhas, e o teto de lonas e plásticos, o piso de barro batido (FAMÍLIA 9).

Para Silva (2010, p. 155) o acesso à moradia por meio de ocupação, “se por um lado, a ocupação de uma área urbana afastada pode solucionar o problema de aluguel, por outro lado, ela cria novos desafios, como a falta de infraestrutura básica, transporte deficiente e custoso para ir ao trabalho, o problema da segurança, da escola para os filhos”, é o caso de muitas famílias que tem seus domicílios na zona norte de Manaus.

“Em visita domiciliar realizada para a entrega de cesta natalina. Constatou-se mudança significativa no imóvel, devido a uma limpeza e pequena reforma no pátio que agora está limpo, não mais insalubre. A Sra. “Nancy” encontrava-se sóbria e bem mais esperançosa já não havia acúmulo de objetos retirados da rua em sua casa” (FAMÍLIA 1).

Para os relatos registrados no Prontuário Suas (2016), se faz necessário dar ênfase ao equilíbrio ecológico necessário em espaços urbanos, pois impactará diretamente as condições de sobrevivência das famílias, residir em lugares inadequados conforme já citado neste estudo, pode impactar o convívio familiar, bem como a integridade física, ambiental. Para Soares (2016, p. 119) “A umidade nas

paredes que gera proliferação de micro-organismos (especialmente o mofo) afeta a saúde e a dignidade da vida de seus habitantes, atentando contra seus direitos à moradia, à saúde e até mesmo à vida”. Ainda com a autora, a mesma dar ênfase que os grupos mais vulneráveis à poluição são crianças, idosos e gestantes.

Em outras palavras a OMS (2011) descreve que não se pode ignorar que o ambiente que uma pessoa vive, visto que isto se torna ainda mais preocupante quando a saúde também é afetada por fatores ambientais que se apresentam em ambientes insalubres ou/em situações de vulnerabilidade social, tais como o clima, situações de pobreza ou extrema pobreza, alimentação inadequada, regiões sem água potável e saneamento básico, as condições de trabalho precarizadas ou até mesmo o desemprego, a inacessibilidade aos serviços de saúde, educação, transporte, dentre outros.

Ainda quanto as condições habitacionais familiares, os dados do Prontuário SUAS (2016) assinalam que 80% destes domicílios encontram-se em área de difícil acesso geográfico, bem como 50% deles estão em área de risco de desabamento e/ou alagamento. Para tanto, os dados ainda apontam que o percentual foi de 100% para a presença de conflito e violências

No território de abrangência do CRAS, existe a presença de assentamentos e acampamentos de povos indígenas; áreas com risco de desabamento; áreas com risco de alagamento; contornos geográficos que dificultam a mobilidade; moradias irregulares, tais como: ocupações e cortiços; presenças de altos índices de criminalidade; presença de conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas; presença de exploração sexual de crianças e adolescentes. (CENSO SUAS, 2016)

A busca por melhores condições de vida na capital amazonense, não é sinônimo de melhorias, pois há um contexto real existente, para os pesquisados atendidos no CRAS residir longe do centro da cidade, alguns destes em área de ocupação são ocupações, outros com moradia próprias carecem de condições mínimas de saneamento e serviços públicos, a ausência ou escassez dos serviços corrobora para o agravamento das inúmeras precariedades de vida.

De modo geral, Manaus conta com serviços públicos deficitários e está longe de suprir as necessidades da população. Contudo, as localidades mais próximas ao centro da cidade são providas de uma infraestrutura mínima, o mesmo não acontece nas regiões mais periféricas – geograficamente falando. Afirmado desta forma que a desigualdade produzida e reproduzida historicamente vem sendo varrida do centro

urbano para os bairros da periferia, onde se visualiza sem grandes esforços as mais diversas expressões da questão social. E para tanto, se faz necessário conhecer as particularidades de cada família quanto as demandas apresentadas no CRAS Terra Nova

3.3 Usuários e suas demandas: quais suas vulnerabilidades sociais?

O prontuário Suas (2016) apresenta informações acerca dos usuários, tendo como um dos objetivos é a padronização das informações para basear o atendimento profissional no acompanhamento dos usuários na área de abrangência. Outro sentido para o preenchimento das informações é registrar as demandas apresentadas e o quadro de evolução dos atendimentos e situação dos usuários.

Neste sentido, veremos a seguir os indicadores dos Prontuários Suas que balizam os serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica que são ofertados pelo CRAS Terra Nova para dar enfrentamento as vulnerabilidades sociais dos usuários pesquisados. As informações são registradas pelos técnicos, de modo que o histórico evite o relato constrangedor e repetitivo dos acompanhados. Para tanto,

A equipe de referência do CRAS é constituída por profissionais responsáveis pela gestão territorial da proteção básica, organização dos serviços ofertados no CRAS e pela oferta do PAIF. Sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS-NOB-RH/SUAS e depende do número de famílias referenciadas ao CRAS (ORIENTAÇÕES TÉCNICA DO CRAS, 2009, p.61)

Tanto os equipamentos da Proteção Social Básica quanto os recursos humanos se fazem necessário para a qualidade do atendimento. Especificamente no CRAS Terra Nova, o quantitativo de técnicas – 1 psicóloga e 3 assistentes sociais – se torna inviável o trabalho, considerando as demandas e a busca pelos serviços. (Censo Suas, 2016)

O Prontuário Suas (2016) demonstra que a forma de acesso ao Centro de Referência da Assistência Social dos usuários pesquisados apresenta que 60% deles vieram decorrente de demanda espontânea, não encaminhados, nem referenciados, e apesar disto reconhecem o CRAS como uma Unidade que atende a população. Os outros 40% vieram encaminhados da SEMMASDH/DPSB, Unidade Básica de Saúde, ONG e do Poder Judiciário, com solicitação prévia de acompanhamento PAIF.

Para as demandas apresentadas, se faz necessária a escuta qualificada que é direito do usuário. Pois, em conformidade com o que assinala Silva (2014, p. 128) “a Assistência Social não é somente a porta de entrada para serviços e benefícios, mas também para acesso a direitos”. Importante dizer que a produção e reprodução da pobreza tende a “invisibilizar” a classe subalterna, entretanto, a pesquisa sinaliza que eles existem, buscam os serviços da Assistência Social para que suas realidades sejam conhecidas.

Para tanto, informa o caderno de Orientações Técnicas Centro de Referência da Assistência Social (2009):

- de conhecer o nome e a credencial de quem o atende (profissional técnico, estagiário ou administrativo do CRAS);
- à escuta, à informação, à defesa, à provisão direta ou indireta ou ao encaminhamento de suas demandas de proteção social asseguradas pela Política Nacional de Assistência Social;
- a dispor de locais adequados para seu atendimento, tendo o sigilo e sua integridade preservados;
- de receber explicações sobre os serviços e seu atendimento de forma clara, simples e compreensível;
- de receber informações sobre como e onde manifestar seus direitos e requisições sobre o atendimento socioassistencial;
- a ter seus encaminhamentos por escrito, identificados com o nome do profissional e seu registro no Conselho ou Ordem Profissional, de forma clara e legível;
- a ter protegida sua privacidade, dentro dos princípios e diretrizes da ética profissional, desde que não acarrete riscos a outras pessoas;
- a ter sua identidade e singularidade preservadas e sua história de vida respeitada;
- de poder avaliar o serviço recebido, contando com espaço de escuta para expressar sua opinião;
- a ter acesso ao registro dos seus dados, se assim o desejar;
- a ter acesso às deliberações das conferências municipais, estaduais e nacionais de assistência social.

A equipe técnica tem um papel muito importante na relação com os usuários dos serviços socioassistenciais, pois a acolhida dos mesmos possibilita conhecer a realidade, o modo de vida e as condições que demonstram sua resistência cotidiana. A escuta além de uma técnica utilizada pelo profissional é para o usuário um direito de ser visto, conhecido e, além disso, ter direito ao direito.

Vale ressaltar que a cidadania plena que deve ser garantida aos usuários se baseia no que diz Coutinho (2008, p.50) “a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto [...]” em outras palavras, o direito ao direito é tornou-se

uma conquista. Ser cidadão é ser compreendido a partir da sua realidade, ter acesso aos bens sociais de qualidade.

No que diz respeito às Demandas/necessidades que motivaram a escuta qualificada da família por meio dos técnicos de referência, apontam que os usuários pesquisados e referenciadas no CRAS Terra Nova são representados pelo gráfico 07 conforme se visualizado a seguir:

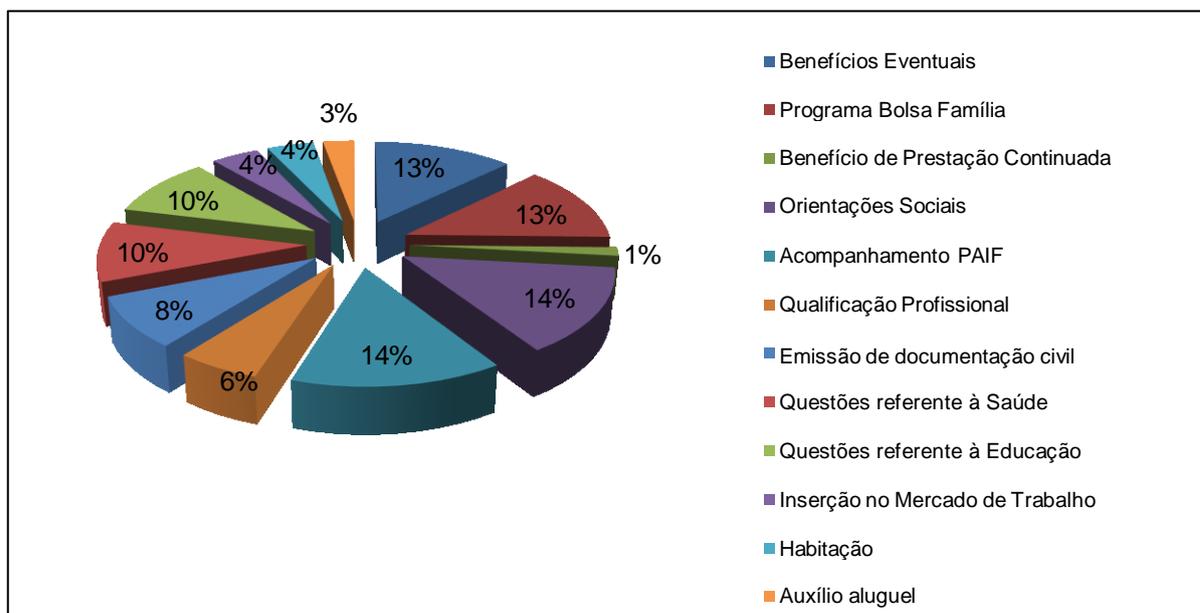


Gráfico 07: Principais necessidades que motivaram a escuta qualificada dos usuários pesquisados
Fonte: Elaboração própria com base no Prontuário SUAS (pesquisa de campo, 2017)

A representação do gráfico 07 demandas e principais necessidades que motivaram a escuta qualificada da família identifica-se que muitas são as razões que levaram as famílias a buscarem atendimento individualizado CRAS. O gráfico que os maiores indicadores foram 14% dos usuários que demandaram a escuta pois buscavam os benefícios eventuais, a exemplo, a cesta básica. Outros 14% foi por conta do acompanhamento através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, bem como se busca orientações sociais, os 13% referentes ao atendimento e acesso ao Programa Bolsa Família e demais situações, conforme o registro Técnico no Prontuário SUAS (2016):

Foi solicitada documentação para realizar a inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais, porém a mesma nos informou que os filhos estão com documentações incompletas e que uma das crianças não possui registro de nascimento. (FAMÍLIA 1)

Uma das crianças, Aurora, está sem certidão de nascimento, no entanto, a criança está com 5 anos de idade. O Responsável Familiar possui uma DNV da Maternidade Azilda da Silva Marreiro, a qual o cartório não aceitou, devido o documento está quase apagado e em péssimas condições, para a emissão de primeira via de certidão de Nascimento. (FAMÍLIA 2).

Em sua maioria os usuários apresentam mais de uma situação que pode ser evidenciada na escuta qualificada. A escuta qualificada é um direito do usuário. Nos casos apresentados, as famílias foram em busca do atendimento para ter acesso ao benefício concedido pelo Programa Bolsa Família e para informações sociais como se cadastrar para receber o mesmo, e no ato da escuta qualificada vai se evidenciando as demais situações, inclusive a necessidade a partir da análise do profissional quanto a situação e os encaminhamentos necessários.

No que diz respeito as Principais vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias, os usuários pesquisados e referenciadas no CRAS Terra Nova são representados pelo gráfico 08, conforme se visualizado a seguir:

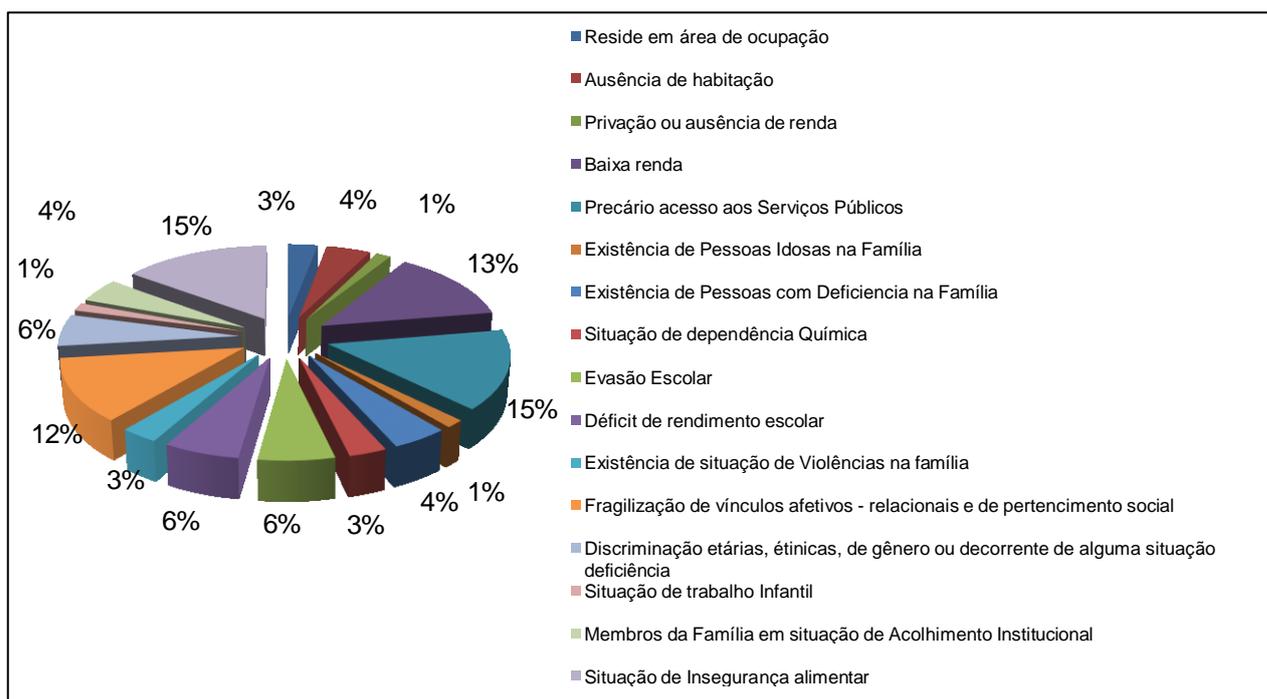


Gráfico 08: Principais vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias

Fonte: Elaboração própria com base no Prontuário SUAS (pesquisa de campo, 2017)

A representação do gráfico 08 principais vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias, identifica-se que muitas são as razões que levaram as famílias a buscarem atendimento individualizado CRAS. No Gráfico uma das maiores demandas se dar

pela insegurança alimentar, fato que reforça a procura pelo recebimento dos benefícios eventuais, e em sua maioria os usuários apresentam mais de uma situação que são evidenciadas na escuta qualificada.

E a partir da técnica utilizada pelo profissional é desafio no cotidiano, pois obter as informações e como utilizá-las vai depender do compromisso profissional com os usuários, não uma relação individual, antes a compreensão histórica e as relações de conflitos da sociedade. O desafio está posto, conforme Fávero (2005, p.17):

A qualificação, para o acompanhamento e análise crítica das relações sociais com as quais o assistente social lida no trabalho, torna-se fundamental para a proposição de ações inovadoras que venham a contribuir para alterações nessa realidade, tanto a nível de intervenção direta, quanto no âmbito das políticas sociais [...]. É necessário, a este tipo de um conhecimento que contemple o conjunto dos fundamentos que dá direção ao projeto da profissão.

Sabe-se que as demandas sociais são existentes, e que os profissionais estão envolvidos na arena de conflito que está posta na sociedade. E o posicionamento profissional irá impactar o atendimento, o acompanhamento dos usuários. É fato que para o profissional da Assistência Social não cabe a solução das demandas, mas ações realizadas estão para atender interesses de alguém, sendo o profissional um agente intermediário entre os usuários e o direito ao acesso aos serviços socioassistenciais.

O relato registrado no Prontuário SUAS (2016) pela técnica da assistência constata tanto no atendimento no espaço físico do Centro de Referência da Assistência do Terra Nova quanto na realização de outras técnicas, a exemplo a visita domiciliar, conforme as situações a descritas a seguir:

A Sra. "Elinor" encontra-se sem documentação civil nenhuma, tudo foi extraviado. Seu filho de 2 anos de idade está sem registro de nascimento e seu outro filho necessita da correção em seu nome, pois foi registrado com nome feminino e, vem sofrendo Bullying na escola apresentando desinteresse em permanecer na escola. (FAMÍLIA 9).

Em visita domiciliar para a entrega de cesta básica e acompanhamento das situações apresentadas pela família, identificou-se que a criança Eric permanece fora da escola, mesmo tendo sido disponibilizado encaminhamento para a SEMED, há 4 meses. Foram dadas orientações acerca de emissão de documentações de suas filhas que ainda permanecem sem documentações. (FAMÍLIA 1).

Das demandas apresentadas, percebe-se a importância da política para o reconhecimento das situações. Para Silva (2014) a Política de Assistência Social em si pode assumir este papel contraditório. Para a autora, a política pode assumir duas funções “atender à funcionalidade dos interesses da classe dominante, mas também às demandas das classes subalternas, possibilitando-lhes o acesso a recursos e serviços ofertados pelo Estado”. (SILVA, 2014, p. 129)

Entretanto, não se pode esperar que apenas os profissionais realizem as ações, sobretudo compreender que apesar de que a maioria dos usuários buscam por receber os benefícios eventuais, ao haver outras demandas e neste sentido é uma ação conjunta para que a situação tenha andamento.

Muitas vezes, o empobrecimento é estigmatizado, o sujeito que o vivencia é silenciado. Para Spivak (2010, p. 39) “a teoria é apenas uma ‘ação’, o teórico não representa (fala por) o grupo oprimido. De fato, o sujeito não é visto como uma consciência representativa (uma consciência que ‘re-presenta’ a realidade adequadamente)”. É-lhes negada a voz, vez, autoestima.

Desse modo, interessa, fundamentalmente, que os sujeitos falem por si, que eles mesmos definam os aspectos proeminentes de sua situação a partir de como as vivenciam e percebem, pois assim como o ser se faz dentro da história, dentro das determinações do real, a satisfação de sua necessidade corresponde a algo dependente de sua existência, de sua vida, de sua condição enquanto sujeito inserido num contexto.

Para tanto, os registros de encaminhamento são realizados pela equipe técnica conforme o Prontuário Suas (2016) no campo da Evolução de acompanhamento Familiar a seguir:

A Responsável Familiar declarou e trouxe comunicado emitido pela SEMED alegando a impossibilidade de recolocar o filho na escola, sendo orientada a matricular somente no início do próximo ano letivo no EJA. Desta forma, foi entregue relatório da situação de acompanhamento para o Conselho Tutelar para tomar as devidas providências. A Psicóloga do CAPSI também solicitou a inserção do adolescente na escola. [...] A “Sra. Leah” e o adolescente Edwards participaram da Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Manaus. (FAMÍLIA 4)

As demandas apresentadas através dos registros sobre a Família 4 reforçam a ideia que ainda que se busque os serviços da assistência por conta dos benefícios socioassistenciais. Na ocasião, como já colocado neste estudo acerca da família, a

busca para justificar a ausência do filho na escola para evitar a suspensão, bloqueio ou até mesmo o cancelamento do benefício concedido pelo PBF. Entende-se que quanto a contrapartida das famílias são necessárias, o benefício vincula “o pagamento da bolsa à frequência escolar e à vacinação. Somos da opinião de que essas contrapartidas contribuem para o processo de formação de cidadãos e indivíduos responsáveis perante a sua comunidade política.”

Neste sentido, compreende-se a importância do atendimento com a partir do preconiza matricialidade familiar na gestão do SUAS, bem como os a forma como a PNAS (2004) e a Tipificação (2009) considera que outros encaminhamentos devam ser realizados. Inclusive de ações que permitam as famílias usuárias à participação e também a informações sobre os direitos, debates e até sobre a gestão das políticas sociais como foi a ocasião do adolescente e mãe na Conferência Municipal da Assistência Social.

Isto também demonstra que o acesso aos serviços da Assistência Social exige uma relação conjunta de cumprimentos de deveres e a possibilidade de acesso aos direitos, os usuários precisam ser encaminhados a superação de suas condições de vida, por outro lado, os assistentes sociais devido a grande a demanda, em muitos momentos transita nas ações interventoras do profissional “o juízo da pobreza”, cabendo ao profissional a seleção dos que são mais pobres entre os pobres que possibilitem o direito a ter direito.

Segundo Yazbek (2015, p.32) “como mediador, o assistente social transita entre dois mundos complementares: o universo dos dominantes e dos dominados, numa posição muitas vezes ambígua na medida em que se situa num campo de interesses contrapostos”. São estes os desafios da profissão, são estes os obstáculos da Política de Assistência Social, entretanto, a política, os serviços socioassistenciais são na maioria das vezes “muita coisa” para quem a busca, e consegue o atendimento.

Neste sentido os encaminhamentos para aquisição de Serviços e benefícios socioassistenciais para os usuários pesquisados e referenciadas no CRAS Terra Nova são representados pelo gráfico 09 conforme se visualizado a seguir:

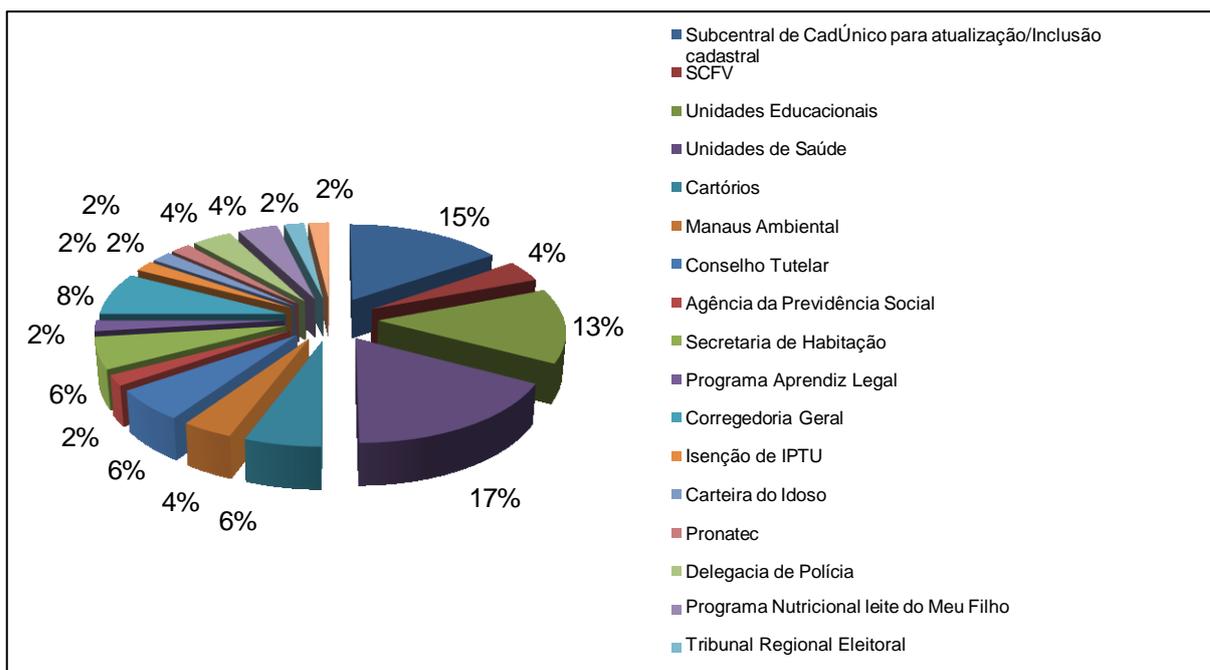


Gráfico 09: Encaminhamentos para aquisição de Serviços e benefícios socioassistenciais
Fonte: Elaboração própria com base no Prontuário SUAS (pesquisa de campo, 2017)

A representação do gráfico 09 trata de encaminhamentos realizados pela equipe técnica do CRAS Terra Nova, os mesmos apresentam como foi realizado o enfrentamento das vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias. Neste sentido, identificaram-se nos registros do Prontuário Suas (2016) que a depender da demanda apresentada, em sua maioria os usuários apresentam mais de uma situação, conforme foi evidenciado na escuta qualificada também são feitos mais de um encaminhamento e quando necessário a prorrogação do acompanhamento.

O registro a seguir trata-se de encaminhamentos realizados após o atendimento ocorrido no CRAS Terra Nova, no que diz respeito a atendimentos, encaminhamentos e a continuidade do acompanhamento conforme o registro do Prontuário Suas (2016):

Foi realizado acompanhamento da Sra. Sultona juntamente com seu companheiro ao 3º Ofício de Registro Civil para emissão da certidão de nascimento de sua filha Jasmine, 3 anos. A certidão foi emitida. Para continuidade, foi agendado com a RF visita ao TRE afim de emissão do título de eleitor. (OBSERVAÇÕES REFERENTE AO DIAGNÓSTICO DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR DA FAMÍLIA 10).

De acordo com Silva (2014, p.131) “a Assistência Social apresenta-se como a via privilegiada para a atenção às necessidades sociais, impondo um chamamento

legítimo à promoção da justiça”. Em outras palavras, para as famílias usuárias desta política, acaba por ser o primeiro acesso a direito que outrora lhes eram negados, após a gestão do SUAS todo e qualquer serviço socioassistencial preconiza além da garantia de proteção social ativa, também busca incentivar os usuários conquistarem autonomia, acesso a bens e serviços, bem como a oportunidade a partir da realidade apresentada.

A partir das demandas apresentadas pelos usuários no CRAS Terra Nova, a equipe técnica registrou a evolução de atendimentos e encaminhamentos realizados no Prontuário SUAS (2016) das famílias:

Foi realizado acompanhamento do Sr. Stefan e de sua esposa numa instituição da Prefeitura, onde foi emitida a 2ª via da DNV. Em seguida, com o documento em mãos, nos direcionamos para a Maternidade Azilda da Silva Marreiro, onde conseguimos a emissão da certidão de nascimento da criança “Aurora”. Após, nos direcionamos para a casa da família, onde fizemos a entrega de uma cesta básica. (EVOLUÇÃO DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR DA FAMÍLIA 2).

Visita Domiciliar realizada, RF foi acompanhada até a Receita Federal para a emissão do CPF. Com CPF em mãos foi realizado encaminhamento para inserção da criança Jasmine no Programa Leite do Meu Filho. Família também cadastrada no Programa para habitação. Foi realizada a concessão de Cesta Básica. (OBSERVAÇÕES REFERENTE AO DIAGNÓSTICO DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR DA FAMÍLIA 10).

Das situações apresentadas à equipe técnica, as Família 2 e 10 foram ouvidas e encaminhadas à outras instituições para garantir o atendimento de qualidade segundo suas necessidades. Percebe-se que os encaminhamentos realizados para emissão de documento civil, outros encaminhamentos como ao benefício de cesta básica para enfrentamento as situações de insegurança alimentar, bem como a encaminhamentos a unidade de saúde para inserção no Programa de Nutrição Infantil, além de cadastro para o benefício de habitação.

Em consonância com Rego e Pinzani (2014) os serviços socioassistenciais são de suma importância para as famílias empobrecidas, as quais vivenciam situação de extrema pobreza, mas que estão em vulnerabilidade social que vão além da ausência de renda. Entretanto, há situações emergenciais que necessitam ações que carecem de entregas de comida, acolhimento institucionais, e os programas de transferência de renda “visa precisamente emancipá-los não somente da miséria ou da pobreza,

mas também de um ambiente social que ulterior de sofrimento”. (REGO e PINZANI, 2014, p. 79)

Portanto, conclui-se que as condições de vida das famílias atendidas em situação de extrema pobreza no CRAS Terra Nova estão para além da pouca ou ausência de renda, a pobreza é uma das expressões da questão social mais latente na realidade manauara, bem como já evidenciada na realidade brasileira, embora a Assistência Social no âmbito da proteção social básica apresente o caráter de preventivo identificou-se que dos muitos atendimentos realizados os laços familiares já se encontram fragilizados e são fortemente agravados com as vulnerabilidades apresentadas.

Diante de um cenário de grande desigualdade na distribuição de renda, em uma realidade marcada pela contradição de um estado rico naturalmente, com a capital de sexta maior contribuição com Produto Interno Bruto tem um número significativo da população em condições de vida impactada pela pobreza e outras demandas que colocam em risco sua integridade física, o convívio familiar e social.

Temos o Estado que busca dar enfrentamento à pobreza, as condições de vida marginalizadas por meio da Política de Assistência Social, onde a implementação desta política pública ocorre em meio a avanços e retrocessos. Os avanços são dados para a Política de Assistência Social sob a gestão do Suas, que agora dar um caráter participativo que preconiza a centralidade da família na política, entretanto, os obstáculos se dão na implementação da política através de equipamentos como os CRAS insuficientes para atender a demanda real dos que necessitam da Assistência Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados obtidos constatamos a partir das discussões teóricas que o capitalismo não só globalizou no seu desenvolvimento econômico, mas também as desigualdades sociais foram produzidas e reproduzidas, impactam a vida social, principalmente a classe subalterna que vivenciam de forma latente a pobreza.

Evidenciou-se neste estudo apontam que não só Brasil vive uma situação de desigualdade e dependência em relação a outros países, mas a organização social das macrorregiões evidencia disparidades entre si, onde a região norte é fortemente impactada pela desigualdade na distribuição de renda, como também apresenta alarmantes índices de vulnerabilidade social.

O município de Manaus, capital do estado do Amazonas possui o sexto melhor índice do Produto Interno Bruto do país, mas os serviços públicos ofertados à população se caracterizam de modo desigual e as famílias enfrentam o descaso do poder público com escassos - em alguns casos sem acesso algum - à educação, saneamento básico, saúde, bem como na Assistência Social.

Constata-se que a Política de Assistência Social é muito importante para as famílias usuárias dos serviços socioassistenciais, sem desconsiderar que este processo é contraditório tendo em vista que há demandas institucionais e as demandas sociais que necessitam ser atendidas. Neste sentido, um dos avanços desta política consiste no debate crítico não só da equipe profissional como os usuários para compreender a política como direito, não só de benefícios, mas o “direito a ter direito”.

Isto se tornou possível com a preconização da matricialidade familiar determinada pela PNAS (2004) e os demais instrumentos desta política que mantém como direito à família ser atendida em sua totalidade, e não mais fragmentada, onde as demandas eram tratadas individualmente. Quanto aos usuários desta política, encontram nos serviços socioassistenciais da Assistência Social algum alívio da sua condição de pobreza extrema.

Ressalta-se que a proposta inicial a qual foi submetida a banca de qualificação era de uma pesquisa de campo com a coleta de dados empíricos a partir de entrevistas com os usuários que pudessem falar sobre sua condição de vida, mas principalmente da sua percepção quanto ao acompanhamento e o acesso a Política de Assistência Social. Entretanto, a pesquisa não foi autorizada pela SEMMASDH, a

referida permitiu apenas acesso aos prontuários do Suas por considerar que a pesquisadora sendo também servidora pública atuando como assistente social do CRAS Terra Nova, e por ter contato tanto com a equipe profissional e usuários manteria o manejo ético de sigilo quanto as informações registradas, resguardando suas identidades.

Para tanto, os dados encontrados sobre as ações desenvolvidas pela Assistência Social, apontam que a política não consegue atender todas as demandas sociais. E neste aspecto se percebe as limitações da Assistência Social. Um dos principais motivos se dá principalmente pela precariedade que se encontram os equipamentos na Proteção Social Básica, onde CRAS Terra Nova possui a capacidade para 5 mil famílias referenciadas tem na realidade de 53.745 mil famílias referenciadas na sua área de abrangência, 10 vezes mais do que o recomendável nas legislações da política o que influencia no atendimento anual que o recomendável é de mil usuários, mas na realidade o valor é superior.

Neste sentido os usuários do serviço se deparam com poucos recursos materiais e humanos, além de infraestrutura inadequada para o seu acolhimento, atendimento e acompanhamento no que tange às suas necessidades apresentadas como demandas sociais para a oferta dos serviços. Onde a equipe técnica enfrenta o desafio antagônico de precisar superar cotidianamente a escassez de recursos para exercer a profissão, para atender os usuários.

Neste campo contraditório, as demandas institucionais são voltadas para o atendimento emergencial, em sua maioria para concessão de benefícios eventuais a poucas famílias, a oferta dos serviços em estrutura insuficiente para atender todas as famílias que necessitam de acompanhamento, exigindo dos profissionais a partir dos critérios de inclusão os mais pobres entre os pobres. Diante do número considerável de atendimentos realizados anualmente, percebe-se que do universo total de 166 famílias que são acompanhadas pelo CRAS Terra Nova não alcança o quantitativo de famílias do seu território de abrangência que necessitam do serviço, tanto as que procuram ser incluídas nos serviços socioassistenciais quanto as que possivelmente desconhecem seus direitos, e não são referenciadas, nem tem sua realidade conhecida.

Os desafios consistem em ultrapassar as demandas institucionais, onde as demandas sociais são provenientes de um quantitativo significativo de usuários que residem em domicílios na periferia de Manaus, na zona norte considerada a mais

populosa, com alta e forte presença de conflito e violência. A maioria dos usuários pesquisados apresentam a composição familiar extensa que variam entre 4 a 9 pessoas residindo em um mesmo domicílio, em sua maioria possui 1 cômodo, alguns destes não tem acesso aos serviços de saneamento básico, bem como a maioria (sobre) vivem com renda mensal de até R\$ 200,00 por família.

Diante das privações que vivenciam em seu cotidiano, algumas das famílias estão inseridas nos serviços socioassistenciais ofertados no CRAS Terra Nova, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (SPAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas, além de serem beneficiárias do programa bolsa família- PBF, entretanto, nem os serviços, nem o PBF como também os benefícios eventuais são suficientes para mudar a condição de extrema pobreza de seus usuários, apesar de ofertar alívio irrisório para o cotidiano.

Estes dados foram analisados a partir dos registros feitos no Prontuário Suas no ano de 2016, o mesmo tem objetivos de obter informações sobre às famílias, bem como a padronização para o trabalho profissional diante das demandas dos usuários. Tem como ponto positivo a importância das informações sobre o histórico das famílias, evitando o relato que cause constrangimento, revitimização das famílias usuárias ao recontar sua condição de vida. Além disso o Prontuário permite as observações técnica quanto a evolução dos atendimentos e encaminhamentos de suas situações.

Mas, ao levantar as informações foi evidenciado as limitações dos registros. Considerando que os indicadores do Prontuário Suas são extensões de outros registros, a exemplo disso é o cadastro único que também é auto declaratório quanto as questões de composição familiar, condições habitacionais, condições educacionais, além de rendimento e trabalho, dentre outras informações que exige um preenchimento minucioso. E considerando que a demanda do CRAS Terra Nova é muito alta, há dificuldade de manter o instrumental atualizado, o que causou uma dificuldade em selecionar os prontuários com o maior número de registros.

Uma informação importante a respeito do Prontuário Suas que foi elaborado no ano de 2012, mas somente no ano de 2015 passou a ser obrigatório, se tornando mais uma das demandas institucionais e passou a fazer parte do plano de atividades anual do CRAS Terra Nova. Entretanto, desde a sua obrigatoriedade no ano referido, não houve um treinamento técnico para o seu preenchimento, cujo a responsabilidade do treinamento é da Secretaria de Assistência Social do Amazonas – SEAS.

Houve uma programação no mesmo ano para capacitação técnica no intuito de realizar o treinamento e tirar as dúvidas dos técnicos de referência dos CRAS e CREAS na cidade de Manaus. Por fazer parte da equipe técnica do CRAS Terra Nova participei da programação, a qual não ocorreu pelo fato de outros assuntos terem sido colocados como prioridades, fato que abriu para o debate e exposição das dificuldades e precarização do trabalho da equipe profissional em atender as altas demandas sociais nas instituições. Por fim, o debate ficou fora de controle e o treinamento não foi realizado.

A falta de treinamento, bem como o quantitativo de demandas para ser atendidas que o preenchimento do prontuário se faz em muitos momentos secundário, tornando-se apenas mais uma demanda. Embora se faça importante a atualização das informações, percebe-se que os indicadores com informações mais próxima da real situação dos usuários são as que de forma descritiva exige o compromisso, a leitura crítica do profissional, que entendam que as demandas sociais são parte de um contexto histórico marcado pela desigualdade, e que há a necessidade da promoção à autonomia, as possibilidades de acesso a outros direitos, inclusive a de participação política dos usuários.

As condições de vida dos usuários da Assistência Social não se pautam em apenas demonstrar o perfil socioeconômico que prioriza afirmar sua condição financeira, com pouca ou ausência de rendimentos monetários, antes priorizou-se neste estudo que este segmento populacional existe, e a pobreza é sim um agravante significativo em suas vidas, mas consideramos que a pobreza é mais que a ausência de renda. Primeiramente, as famílias empobrecidas não são parte de um processo natural, a-histórico. Segundo, elas precisam ser ouvidas, reconhecidas não só pela equipe profissional de atendimento do CRAS Terra Nova, mas a sociedade precisa reconhecê-los, ouvir o que eles têm a dizer sobre si sobre a Política de Assistência Social, sobre as condições de vida, fato que não foi possível neste estudo, e consideramos como negação de direito do usuário a poder falar por si, mas que se faz necessário em outras pesquisas.

Portanto, conclui-se que os usuários não só sobrevivem como também resistem a forma que lhes foram postas diante da subalternidade. Pois, o cotidiano que vivenciam, não está cercado apenas de conformismo pela parte de alguns que buscam apenas a sobrevivência básica, ao procurar os serviços da política para obter

a cesta básica, mas é permeado pela resistência de sobreviver diariamente às suas condições.

E apesar dos avanços da Política de Assistência Social, a oferta dos serviços socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica, tem sido insuficiente para atender as demandas sociais, sobretudo quando o sistema de proteção social executado dar mais prioridade para concessão de programas de transferência de renda, que de imediato produz amenização a extrema pobreza, mas é insuficiente para as famílias superarem sua condição de subalternidade, em um país subdesenvolvido com o Brasil e regiões disparees em seu território, a condição de empobrecimento é muito mais latente.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades territoriais. In: ARRETCHE, Marta (Org). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

AUSTEN, Jane. **Orgulho e Preconceito- Pride and Prejudice**. Tradução e notas de Marcela Furtado. São Paulo: Editora Landmark, 2012.

BENAION, Noval. **A Subordinação Reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BEHRING, Elaine R. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, Ana Elisabete Et. Al. (Orgs). **Publicações FNEPAS Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, Jul. 2006. Disponível em <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf> Acesso em 09 abr. 2017.

_____. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008^a

BEHRING, Elaine R. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BLANES, Denise Neri. . Formulação de indicadores de acompanhamento e avaliação de programas sócio-assistenciais. In: Ana Rojas Acosta; Maria Amália Faller Vitale. (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 01 ed. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais PUC-SP, 2003, v. 01, p. 231-239.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e trabalho: paradoxo na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília, DF: Letras Livres: UNB, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 13 de junho de 2017.

_____. **Estatuto Da Criança e Do Adolescente – ECA**. 7^a Edição. Brasília- DF, 2012.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In: CFESS/CEAD. **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo III: Política Social**. Brasília: UNB- CEAD/ CFESS, 2000.

COMITÊ DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DAS NAÇÕES UNIDAS. **Comentário Geral nº4**. [S.I.]. 1991.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Coletânea de leis**. CRESS 15º Região Amazonas/Roraima. 3ª Edição. Manaus: Editora Valer, 2013.

COBO, Barbara. **Políticas Focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios**. São Paulo: Cortez, 2012.

COUTINHO, Carlos N. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2. ed. revista. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4 edição. São Paulo: Cortez, 2010.

DURIGUETTO, Maria Lucia. et al. **Descentralização administrativa, políticas públicas e participação popular**. Serviço Social e Sociedade, Memória do Serviço Social: políticas públicas. São Paulo, ano XXIX, n. 96, p. 5-25, nov. 2008.

FÁVERO, Eunice. T. O Estudo Social – fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária, 2005. IN: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social**. 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

FLEURY, Sônia. **Estado sem Cidadãos: Seguridade Social na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 1994.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

GONÇALVES, Reinaldo. **Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira**. In: LESBAUPIN, Ivo (Org). O desmonte da nação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. (p.45-74)

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 7ª Edição, 2004.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1975.

_____. A Questão Social. In: **Revista São Paulo em Perspectivas**. V. 5, n.1, p. 1-10, jan/mar. 1991.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acessado em: 22 de abril de 2017

_____. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. IBGE. – Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/> Acessado em: 01 de maio de 2017

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2017

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros.** Edição de Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/rawData/publicacao_atlas_ivs.pdf Acessado em: 24 de abril de 2017.

_____. **Desenvolvimento Humano nas Macrorregiões Brasileiras 2016.** Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6217/1/Desenvolvimento%20humano%20nas%20macrorregi%C3%B5es%20brasileiras.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2017.

_____. **Consulta ao Mapa da Vulnerabilidade Social do Municípios.** Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/mapa>. Acesso em 15 de agosto de 2017

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre Territórios de Vida e Territórios Vividos.** São Paulo, Cortez, 2003.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun.** Tradução Reginaldo Carmello Correa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

MARX, Karl Heinrich. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Coleção a Obra-prima de cada autor. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRARIO – MDSA. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

_____. **Orientações Técnica: Centro de Referência da Assistência Social, 2009** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Censo%20SUAS%202014.pdf . Acesso em: 18 agosto de 2017

_____. **Manual de Instruções para Utilizações do Prontuário Suas.** Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Manual_Prontuario_SUAS_VERSAO_PRELIMINAR.pdf. Acesso em: 18 agosto de 2017

_____. **Relatório Censo Suas 2014.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Censo%20SUAS%202014.pdf . Acesso em: 18 agosto de 2017

_____. **Benefício de Prestação Continuada.** (2015) Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>. Acesso em: 22/01/2017.

_____. **Relatório sobre o Bolsa Família e o Cadastro Único do Município de Manaus.** Relatório de informações apresentado no site da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=130260&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585,460,587,589,450,448,464,601. Acessado em: 15 de Maio de 2017

NASCIMENTO, Nádia Fialho. Desenvolvimento capitalista e “questão social”: notas para debate. In: **Praia Vermelha.** Questão Social e Serviço Social: fundamentos e práticas. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 10, primeiro semestre, 2004.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Aula ministrada para a disciplina optativa: Cidade, sustentabilidade urbana e políticas Públicas.** Para atender aos requisitos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia-PPGSS, 2016.

NETTO, José Paulo. **A conjuntura brasileira:** o serviço social posto à prova. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 25, v.79, p.5-26, set. 2004.

OMS, Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial de Saúde,** 2011. Disponível em: <http://www.unhcr.ch/udhr/lang/por.htm> acessado em 09/04/2015

PEREIRA, Potyara A. **Necessidades Humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil- Relatório do IDH dos Municípios, 2013.** Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200014/> Acessado em: 21 de Maio de 2017.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2015 "O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano"** Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/relatorios-de-desenvolvimento-humano/rdhs-globais.html#2015>. Acesso em: 21 de Maio de 2017

_____. **Ranking IDHM Municípios 2010, Publicado em 2017.** Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 15 de agosto de 2017.

PNAS- POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,** 2004.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família:** autonomia, dinheiro e cidadania. 2 Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. Coleção biblioteca básica de serviço social. V. 6. São Paulo: Cortez, 2012.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: VITALE, Maria Amalia Faller; ACOSTA, Ana Rojas (ORG). **Família: redes, laços e Políticas Públicas**. 6ª Edição, São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais- PUC-SP, 2015.

SCHERER, Elenise (Org). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009, 291.p.

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS – SEMMASDH. **Relatório de Gestão 2016**. Manaus, 2016.

_____. **Relatório Atividade**: Complementar das ações socioassistenciais do Cras Terra Nova. Manaus, 2016

_____. **Censo Suas 2016**: Questionário CRAS Terra Nova. Manaus, 2016.

_____. **Prontuário Suas**: CRAS Terra Nova. Manaus, 2016

SILVA, S. A. Migrantes na cidade de Manaus: processos de inserção na metrópole e mudanças socioculturais. In SILVA, S. A. (Organizador) **Migrantes em contextos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. Editora da Universidade Federal do Amazonas- EDUA, Manaus, 2010.

SILVA, Marta Borba. **Assistência social e seus usuários**: entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social**: diferentes concepções e compromissos políticos. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, Tatiana Dominiak. **Os Aspectos Da Responsabilidade Civil Por Danos Socioambientais Em Unidades Habitacionais Do Programa Minha Casa, Minha Vida**: Estudo De Caso Residencial Viver Melhor I e II. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental na Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016. Disponível em: <http://www.pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/62-19.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2017.

SOARES, Ricardo Pereira. **A Concepção de Família da Política de Assistência Social – Desafios À Atenção à Famílias Homoparentais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS, do Departamento de Serviço Social – SER da Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2012. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11113/1/2012_RicardoPereiraSoares.pdf. Acesso em 13 de agosto.

SOUZA FILHO, Rodrigo de & GURGEL, Claudio. **Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. São Paulo: Cortez, 2016 (Coleção biblioteca básica de Serviço Social; V. 7)

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência social: desafios para uma política pública de seguridade social**. In: Conferência Nacional de Assistência Social. *Caderno de Textos*. Brasília, MPAS, 1995.

_____. Modelo Brasileiro de Proteção Social Não contributiva: Concepções Fundamentais. In: **concepções e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil**. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, UNESCO, 2009.

_____. **Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho dos assistentes sociais**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et.al. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais brasileiras: uma questão em análise**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SUPERINTENDENCIA DE HABITAÇÃO DO AMAZONAS – SUHAB. **Residencial Viver Melhor III é inaugurado e Governador José Melo anuncia a construção de mais 4 mil unidades habitacionais**, 2016. Disponível em: <http://www.suhab.am.gov.br/residencial-viver-melhor-iii-e-inaugurado-e-governador-jose-melo-anuncia-a-construcao-de-mais-4-mil-unidades-habitacionais/>. Acesso em: 10 de agosto

TEIXEIRA, Maria Solange. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista Política Públicas**, São Luiz, 2009, v.13, n.2, p.255-264, jul./dez. 2009.

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAIS. **Resolução nº109**, de 11 de novembro. 2009

YAZBEK, Mª Carmelita. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. In: TEMPORARIS. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social. Brasília: ABEPSS (Ano II, no 3), Jan-jun, 2001.

_____. Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS. In: **MDS- SUAS: configurando os eixos de mudanças**. Brasília, v. 1, 2008.

_____. **Classes subalternas e assistência social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANEXOS